



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES DE BOA VISTA-RORAIMA:
VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES**

Boa Vista
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES DE BOA VISTA-RORAIMA:
VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES**

Tese de Doutorado apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Dinter – entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Roraima, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política, sob a orientação do Professor Dr. José Francisco Luitgards Moura.

Boa Vista
2014

STELA APARECIDA DAMAS DA SILVEIRA

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS JUVENTUDES DE BOA VISTA-RORAIMA:
VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES**

Tese de Doutorado apresentada à banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Dinter – entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Roraima, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política, sob a orientação do Professor Dr. José Francisco Luitgards Moura.

BANCA AVALIADORA – DIA 3/11/2014

Prof. Dr. José Francisco Luitgards Moura
Orientador/ Universidade Federal de Roraima – (Dinter UFRR/UFRGS)

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Membro/ Universidade Federal de Roraima – (Dinter UFRR/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
Membro/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (Ciência Política/UFRGS)

Prof. Dr. Professor Dr. Serguei Aily Franco de Camargo
Membro/ Faculdade Estácio Atual/RR

Prof. Dr. Isaías Montanari Júnior
Membro/ Universidade Federal de Roraima – (UFRR)

DEDICATÓRIA

Com muito amor, dedico esse trabalho às pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe, pela sabedoria, parceria e incentivo. E meu marido, que me ensinou a beleza da vida nas coisas simples e me faz acreditar, cotidianamente, que é fácil ser feliz quando se ama.

AGRADECIMENTOS

Ao NECAR/UFRR, na pessoa do prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos, o qual marcou a minha vida acadêmica e a dos meus colegas, acreditando que o Estado de Roraima precisa de capital social para o seu tão sonhado desenvolvimento.

Ao meu orientador, professor Dr. José Francisco Luitgards Moura, de forma especial, pela credibilidade demonstrada em mim, muitas vezes maior do que eu mesma tinha. Pelo carinho, amizade e dedicação.

Ao prof. Dr. Gelso Pedrosi Filho, pela orientação e extrema generosidade e paciência.

À querida amiga Lidiane, com a qual pude contar na fase inicial do trabalho, cuja eficiência destacou-se no difícil levantamento de dados em organizações, instituições, movimentos e grupos locais.

Aos jovens de Boa Vista/Roraima que demonstraram predisposição para responder ao questionário, acreditando nele como um instrumento valioso que apresenta necessidades e descreve esperanças.

Aos meus irmãos Edson e Júnior, com carinho, por sempre cuidarem de mim.

Muitíssimo obrigada!

RESUMO

Esta tese apresenta as principais percepções, vivências e atitudes dos jovens do município de Boa Vista-Roraima, em relação à participação política. Para tanto, utilizam-se os aportes teóricos da Ciência Política e de áreas correlatas, pesquisa de campo e dados de outras pesquisas realizadas na Região Norte e no Brasil sobre o tema. O principal objetivo do trabalho é analisar os fatores e condições que influenciam as juventudes locais para a participação, buscando subsídios capazes de promover uma reelaboração conceitual sobre as identidades juvenis, suas peculiaridades e carências. Os resultados desse estudo indicaram que a abordagem da temática é ampla e complexa, tendo em vista o processo de exclusão social e política que vivem os jovens pobres, com baixa escolaridade, que contam com nítido descrédito dos agentes e das instituições políticas. A constatação é de que as oportunidades e motivações para a participação são escassas e a cultura política local é um dos fatores que influencia negativamente os referidos atores dessa investigação, os quais, em geral, estão envolvidos com os problemas cotidianos, buscando suprir necessidades básicas. Nesse sentido, reside a importância de um novo olhar sobre os universos juvenis, com investimento em pesquisas sobre o tema, que proporcionem inovação nas formas de participação política através de transformações positivas, a viabilizarem a esses jovens o processo de escolarização, trabalho, utilização das mídias e acesso à cultura.

Palavras-chave:

Participação política – Juventudes – Percepções - Vivências.

ABSTRACT

This thesis presents the main perceptions, experiences and attitudes of young people in Boa Vista-Roraima, in relation to political participation. To do so, we use the theoretical framework of political science and related areas, field research and data from other surveys conducted in the Northern Region and Brazil on the subject. The main objective is to analyze the factors and conditions that influence local youths to participate, seeking subsidies that promote a conceptual reworking on youth identities, their quirks and shortcomings. The results of this study indicated that the approach of the theme is broad and complex, given the social and political process in which young people live, who are poor, with little education and have sharp discrediting of agents and political institutions exclusion. The finding is that the opportunities and motivations for participation are scarce and the local political culture is one of the factors that negatively influence those actors that investigation, which generally are involved with everyday problems seeking basic needs. In this sense, lies the importance of a new look at juvenile universes, with investment in research on the topic, providing innovation in forms of political participation through positive changes, the unviable these youngsters to school, work, use of media and access to culture.

Keywords:

Political Participation – youths – perceptions - experiences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Meios em que costuma se informar sobre o que acontece no Brasil e no mundo.....	31
Figura 2 - Distribuição Econômica em frequência de respostas e percentuais válidos dos jovens entrevistados no Município de Boa Vista – Roraima, Brasil, 2013.....	33
Figura 3 - Distribuição da participação de algum tipo de grupo entre os jovens entrevistados no Município de Boa Vista – Roraima, Brasil, 2013.....	107
Figura 4 - Percepção do grau de importância da política para os jovens brasileiros...	114
Figura 5 - Distribuição idade X escolarização em percentuais dos jovens de Boa Vista, Roraima, 2013, Brasil.....	120
Figura 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Roraima – 2005/2014.....	122
Figura 7 - Atividades oferecidas pelas escolas X participação dos jovens entrevistados nas atividades oferecidas pela escola no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil.....	124
Figura 8 - Debates e discussões oferecidas pelas escola/universidade no Brasil, 2006 e no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil.....	126
Figura 9 - Situação atual de trabalho dos jovens no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil.....	130
Figura 10 - Meios que costuma se informar sobre o que acontece no Brasil e no mundo.....	134
Figura 11 - Meios que costuma se informar sobre o que acontece no Brasil e no mundo.....	134
Figura 12 - Locais de acesso à internet em que os jovens gastam mais tempo no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	136

Figura 13 - Acesso aos bens culturais e ao lazer entre os jovens no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil.....	139
Figura 14 - Participação atual, passada e não-participação os jovens no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013– em entidades, grupos e movimentos em percentuais.....	142
Figura 15 - Classificação de atitude frente à participação política dos jovens no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	143
Figura 16 - Resposta sobre a seguinte afirmação: <i>A maioria dos políticos não representam os interesses da população</i> no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	145
Figura 17 - Resposta sobre a seguinte afirmação: <i>É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses</i> no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	146
Figura 18 - Dimensões e Indicadores do Relatório do IDJM – Boa Vista/RR.....	148
Figura 19 - Resposta ao questionário sobre a seguinte afirmação: <i>É preciso abrir canais de diálogo entre cidadãos e o governo</i> no município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	150
Figura 20 - Respostas sobre a seguinte afirmação: <i>Cada pessoa tem que cuidar dos seus próprios interesses</i> no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013.....	152
Figura 21 - para a Distribuição da resposta seguinte afirmação: <i>A maioria dos políticos</i>	154

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESOP - Centro de Estudos e Sondagens de Opinião
CF- Constituição Federal
CIR – Conselho Indígena de Roraima
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDJM – Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPC – Índice de Participação Cidadã
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA - Instituto Socioambiental
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OJIMES – Organização da Juventude Indígena e Mestiços de Roraima
ONG – Organização não Governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
OPIR – Organização dos Professores Indígenas de Roraima
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RID – Rede Interamericana para a Democracia
SAEB – Sistema Nacional da Educação Básica
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento
SPSS – Statistical Package for Social Science
TIRSS – Terras Indígenas Raposa Serra do Sol
TRE/RR – Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TEMA DA PESQUISA	19
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	26
3 OBJETIVOS DA PESQUISA	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS.....	32
5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	36
6 REFERENCIAL TEÓRICO	38
6.1 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA	38
6.1.1 Conceitos do Liberalismo, Democracia e Participação	38
6.1.2 Democracia: Envergaduras e Fronteiras.....	44
6.1.3 A Efetividade da Democracia na América Latina e no Brasil	50
6.1.4 O Alcance da Poliarquia.....	57
6.1.5 Democracia Representativa: Incumbências e Compromissos	60
6.1.6 Cultura Política: A Soberania da Participação.....	64
6.1.7 Cultura Política no Brasil: Alguns Apontamentos	69
6.2 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	74
6.2.1 Desigualdades, Carências e Oportunidades para Participação	74
6.2.2 Cultura Política Local: História, Cultura e a Situação Socioeconômica do Estado de Roraima e do Município de Boa Vista	87
6.2.3 O Modelo Político Instituído	98
6.2.3 Cenário da Juventude Boa-Vistense: Circunstâncias e Contrariedades	101
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA REALIZADA EM BOA VISTA, RORAIMA.....	107
7.1 JUVENTUDES E RELIGIÃO.....	107

7.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS VIA PROCESSO ELEITORAL	110
7.3 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	113
7.4 JUVENTUDES E EDUCAÇÃO	118
7.5 INSTITUIÇÕES ESCOLARES COMO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO	124
7.6 JUVENTUDES E TRABALHO	131
7.7 MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS.....	133
7.8 ACESSO AO PATRIMÔNIO E AOS BENS CULTURAIS	139
7.9 PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS.....	167
ANEXO A	184
ANEXO B	193

INTRODUÇÃO

Amar é ter um pássaro pousado no dedo. Quem tem um pássaro pousado no dedo sabe que a qualquer momento ele pode voar (RUBEM ALVES).

Interessante verificar o consenso no pensamento adulto sobre os comportamentos juvenis. Parece haver sempre uma depreciação, como se as características da faixa etária os definissem como pessoas. Sempre um julgamento: “os jovens não têm inquietações”, “não se esforçam o suficiente”, “têm uma tendência para o conflito e, inclusive, para a violência” (SEN, 2010, p.245-251).

Em relação à participação política, o olhar da sociedade sobre as juventudes¹ e sobre a importância da participação restringe-se, quase sempre, aos anos eleitorais, quando os jovens são “alvos das campanhas”. Este é o período em que os políticos aproximam-se deles e fazem as promessas. Dependendo da conveniência eleitoral, os discursos voltam-se momentaneamente para os universos juvenis.

Entretanto, as juventudes são imprescindíveis para as instituições, organizações ou sociedades. Embora os jovens tenham vivências limitadas no âmbito pessoal, emocional ou profissional, são grupos caracterizados pela inovação, modernidade e pelos desejos. As juventudes são receptivas às mudanças com mais facilidade do que os adultos.

Contudo, é preciso considerar alguns aspectos centrais na vida dos jovens que os tornam vulneráveis, como a pobreza, a falta de oportunidades e os preconceitos. Também afetam as juventudes, as incertezas em relação ao futuro, o desencanto com a política, o apelo ao consumo, as diferentes formas de violência, as resistências, os descréditos dos adultos e tantas outras controvérsias.

Dentre tantas proposições, o desafio que este trabalho propõe é compreender os aspectos das vivências, percepções, motivações e atitudes dos jovens em relação à participação política, especialmente no Município de Boa Vista, capital do Estado de

¹ Juventudes é o conceito utilizado neste estudo, que foi elaborado a partir da obra: Juventude, juventudes: o que une e o que separa, da UNESCO, 2006, a qual reconhece a diversidade dos jovens a partir de diferenças sociais, históricas e culturais.

Roraima, através dos aportes teóricos sobre a democracia, participação, juventudes e cultura política.

O estudo envolve a análise do perfil do jovem boa-vistense, o grau de escolaridade, situação familiar, trabalho e acesso às mídias e à cultura, ofertas e oportunidades para a participação, fazendo proposições e correlações desses resultados com dados de outras pesquisas. Mesmo com a relevância do tema, há escassez de dados locais e regionais sobre juventudes, o que sugere um perverso cenário de desinteresse por esta categoria. A maior parte das pesquisas sobre participação política não se restringem às juventudes e trazem à discussão, dados nacionais² sem nenhuma referência etária.

Com base nos dados analisados, é possível constatar o baixo nível de participação política entre os jovens, o possível desinteresse e descrença no sistema político, nas instituições e nos atores políticos.

O cenário pesquisado identificou as juventudes pobres de Boa Vista, que precisam travar diariamente uma luta pela sobrevivência, muitas vezes tendo que abdicar do próprio processo de escolarização, do direito de acesso aos bens culturais e de outras formas de diversão e entretenimento, pelas carências e limitações que vivenciam.

O que se pretende mostrar nesta pesquisa é que a participação dos jovens pode estar relacionada com a percepção pessoal e com as influências que eles recebem da sociedade, estando, portanto, tudo isso condicionado por determinado contexto socioeconômico com determinadas condições e possibilidades.

Parte-se da premissa de que existe uma soma de fatores que são determinantes para o comportamento dos jovens, especialmente em relação à participação política.

Neste contexto de percepções e vivências, destacamos às novas formas de participação juvenil, que permitem observar que as relações que os jovens estabelecem com a política estão distanciadas das vias tradicionais. As novas tecnologias criaram diferentes formas de engajamento. É pertinente considerar que a desilusão com as

²Em especial destacam-se Cultura Política e decisão Eleitoral no oeste do Paraná (AMORIN, 2006 –Tese de Doutorado), Educação Política e ausência de Participação no Brasil (DANTAS, 2006), Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro (BORBA, 2005), Cultura política, Instituições e Experiência Democrática no Brasil (RIBEIRO, 2007), Encarte tendências: A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas (UNICAMP, 2010).

estruturas formais de poder não é uma percepção peculiar apenas dos jovens, mas também de muitos cidadãos. Portanto, é preciso desmistificar conceitos que estão impregnados no imaginário social acerca dos interesses dos jovens e considerar a realidade em que vivem.

Kliksberg (2006) explica que as juventudes, inclusive no Brasil, enfrentam mitos que corroboram para um cenário desfavorável. São mitos alinhavam um quadro problemático que inibe a abertura de espaços para o desenvolvimento das potencialidades dos jovens.

Para o autor, as juventudes requerem um olhar específico de aceitação das suas carências, sendo necessário superar o erro da generalização. É preciso considerar as suas diferentes histórias, fazendo uma análise biopsicossocial, econômica e de vivências, de maneira contextualizada, portanto, “mitos” generalizantes que, sem evidências, não são realmente constatados, influenciam os universos juvenis.

O primeiro mito é aquele que diz que os jovens de hoje não “têm preocupações” e por isso são chamados de desinteressados, superficiais e fúteis. Esse mito inclui os jovens de todas as condições sociais e características, há menção da pouca participação política e interesse cultural, bem como a sedução das juventudes por vivências imediatas. Contudo, as causas dessa falta de participação e interesse podem estar relacionadas com as mesmas que a sociedade em geral apresenta: o distanciamento entre as promessas eleitorais e as realidades, as práticas clientelistas, as denúncias de corrupção e outros fatores correlacionados. É possível que os jovens sejam os primeiros a se rebelarem pela própria característica do comportamento nesta faixa etária, que os torna mais questionadores e imediatistas (KLIKSBERG, 2006).

A baixa representatividade na política e a inexistência de líderes expressivos podem ser explicadas pela necessidade de práticas políticas novas e a suposta falta de interesse dos jovens pode esconder muitas a busca por causas importantes e um exemplo disso é a relação das juventudes com o voluntariado. Quando há propostas voluntárias significativas que mexem diretamente com o interesse dos jovens, eles demonstram grande acolhimento e receptividade.

O segundo mito é o de que as juventudes estariam inclinadas ao “*facilismo*”: quando é necessário mais disposição ou esforço, as tarefas são rejeitadas. Entende-se

que os jovens não são dispostos a serem empreendedores, inovadores ou proativos e que preferem a vida sem responsabilidades ou compromissos. Como consequência, toda a responsabilidade de desenvolvimento social e econômico da sociedade incidiria sobre os próprios jovens. Na verdade, toda problemática que envolve as juventudes pode vincula-se aos problemas estruturais de mau funcionamento da economia e da sociedade e são eles os mais vitimizados pelo sistema. Neste caso, é preciso considerar os tempos históricos das sociedades, pois quando os contextos apresentam diferentes perspectivas e oportunidades, não é seguro traçar comparações ou correlações (KLIKSBURG, 2006).

Em muitos países, os processos de mobilidade social se tornaram decadentes, dando origem a uma nova classe social: “os novos-pobres”. As possibilidades de acumular patrimônio educacional de qualidade também se polarizaram. Portanto, atribuir os sucessos e fracassos a supostas falta de esforços ou à passividade dos jovens não corresponde à realidade. Causas estruturais criaram restrições severas às oportunidades. Os empregos gerados foram proporcionalmente poucos e os setores beneficiados pela polarização optaram facilmente por eles, por suas vantagens competitivas. Assim, os jovens não tiveram oportunidade de provar se estavam dispostos a se esforçar e gerar iniciativas, porque a economia não abriu espaço para eles (CARLSON; PAYNE, 2002).

O terceiro e último mito apresentado por Kliksberg (2006) é que, em algumas sociedades, circula a imagem de que os jovens são desordeiros, com condutas censuráveis e imprevisíveis. No caso dos jovens de baixa renda, a percepção ainda é mais agravante; pois, envolta por preconceitos, a denominação é que seriam “*suspeitos em potencial*”.

É prudente considerar que alguns jovens têm motivos para estarem vulneráveis, pois vivem em sociedades que não dão espaço para que eles participem ou para que sejam vistos como prioridade na agenda pública. Sob o olhar da desconfiança e da desvalorização, tudo isso os transforma numa espécie de *cidadãos de categoria inferior*. Esse mito pode conduzir a uma associação entre a criminalidade à pobreza, estigmatizando os jovens mais desfavorecidos. Há de se considerar a luta pela sobrevivência ou a falta de oportunidades dos jovens de baixa escolaridade ou que

estão fora da escola ou do mercado de trabalho. Nem o maior investimento em segurança, nem o aumento de jovens nas prisões, reduziram as taxas de delinquência juvenil, porque não mexem em causas estruturais (KLIKSBURG, 2006).

O cenário de desconfiança e desvalorização gera fortes tensões para os jovens:

O mito atua para muitos jovens pobres como a “profecia que se autorrealiza”. Condena-os, por meio da discriminação, a exclusões severas, torna-os vulneráveis ao delito, depois aplica a eles políticas de repressão extrema, até torná-los já degradados e quase sem saída possível, presa fácil para os bandos (KLIKSBURG, 2006, p. 937).

Neste estudo, parte-se da premissa de que existe uma soma de fatores que são determinantes para o comportamento dos jovens, especialmente em relação à participação política.

Portanto, a participação das juventudes só será efetiva a partir de novos olhares e cenários, com oportunidades, investimentos em educação que estejam voltados para a formação profissional e para a cidadania. Para que isso aconteça, há necessidade de disponibilidade para ouvir esse segmento e respeitar suas ideias. Caso contrário, os jovens continuarão reproduzindo a cultura política estabelecida em seu meio social.

Logo, configura-se inadiável a realização de investimento em novas pesquisas sobre a participação política, assim como dedicar novos olhares sobre as juventudes. Olhares despidos de preconceitos e focalizados na preocupação em preparar mais e melhor os jovens para assumirem a responsabilidade de exercerem a cidadania no Brasil.

1 TEMA DA PESQUISA

Existe vasta literatura sobre a temática do comportamento político no Brasil que, sobre diversificadas perspectivas, objetivam explicar as atitudes e vivências que influenciam na participação política dos cidadãos. O estudo do comportamento político como tema da Ciência Política contemporânea é analisado em diferentes contextos socioeconômicos e políticos.

Embora existam múltiplos olhares sobre a temática, no presente estudo, a opção do aporte teórico é baseada em Figueiredo (1991), Castro (1994) e Radmann (2001) que consideraram três grandes linhas de investigação: a teoria psicossociológica, sociológica e a teoria da escolha racional. Essas teorias têm como objeto de investigação o comportamento político e as preferências políticas dos cidadãos, reconhecendo que os indivíduos têm crenças, valores, desejos e vontades.

A *Teoria Psicológica ou Psicossociológica do Comportamento Eleitoral ou Modelo Michigan de decisão eleitoral*, elaborado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan, sob a liderança de Angus Campbell, no final dos anos 50.

A ideia básica consiste na premissa de que o comportamento dos indivíduos se alicerça na estrutura da personalidade e no sistema de crenças, relacionadas com o grupo social em que o indivíduo vive (CRUZ, 2009). Para os autores desse modelo, o indivíduo constitui-se o elemento de análise, a fonte legítima de informações.

As pesquisas do grupo de Michigan levaram à ampliação do conceito para a teoria psicossociológica, explicando que a orientação política começa antes de os indivíduos terem idade para votar, e que o ambiente social imediato são a família e as instituições componentes predominantes na formação de atitudes políticas desses sujeitos.

A abordagem psicossociológica utiliza-se de conceitos da sociologia integrados à psicologia. Esse processo de formação de atitudes ou de socialização política. Tem como fonte as teorias de grupo e a psicologia social. Embora o modelo de Michigan admita influência dos fatores histórico-contextuais o indivíduo continua sendo o centro da unidade de análise.

A asserção básica desta teoria é que indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, independentes dos contextos históricos. As atitudes políticas dos indivíduos não são diretamente relacionadas às classes sociais ou grupos específicos. As atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política, adquirida por intermédio da socialização. Portanto, para compreender os fenômenos sociais ou políticos, é necessário saber antes como os indivíduos compreendem ou interagem na organização da sociedade e as relações sociais estabelecidas.

Neste sentido, duas alternativas aparecem como possibilidades: *o grau de centralidade que busca conhecer a similaridade nos sistemas atitudinais dos indivíduos* e *o grau de motivação para a política que busca informações sobre a predisposição que os indivíduos demonstram na política* (CONVERSE, 1975).

Dentro de tal perspectiva, é importante analisar os múltiplos fatores que promovem a motivação dos indivíduos para a política. Se por um lado a personalidade, os valores, as atitudes e hábitos são considerados comportamentos estáveis, a motivação do indivíduo pode mudar completamente num curto espaço de tempo, de acordo com a situação.

As variáveis de atitude são consideradas intervenientes entre os fatores sociais que caracterizam os indivíduos (como raça, escolaridade ou *status* socioeconômico) e o comportamento eleitoral propriamente dito. Assim, atitudes forneceriam uma explicação mais completa porque estariam mais próximas do comportamento, em uma cadeia causal temporal (CAMPBELL et al., 2008)

Tais abordagens não negam o impacto que fatores macroestruturais possuem sobre o comportamento dos indivíduos, mas destacam que os fatores por si sós não explicam tudo. Asseguram, ainda, que é importante o levantamento de opiniões, pois através delas pode-se prever a preferência dos indivíduos e as atitudes em termos de participação política e destino do voto (Cf. RADMANN, 2001).

Em relação à participação política, a abordagem psicossociológica se resume ao paradigma da centralidade. Existe uma correlação entre a preferência partidária e a opinião pública, bem como a centralidade do indivíduo no seu papel social. Sendo assim, parece necessário associar os níveis de organização dos sistemas de crenças

com o grau de motivação para a política que os indivíduos desenvolvem. Através dessa abordagem, é possível perceber que quanto maior o grau de entendimento e conceituação política do indivíduo, maior será o envolvimento e participação política (CASTRO, 1994).

A segunda teoria centraliza esforços na *abordagem sociológica*, onde o comportamento eleitoral tem como antecedente a participação política, sendo o voto o ato final de um processo social mais amplo. A sociologia política preocupa-se fundamentalmente com as condições sociais adjacentes aos fenômenos propriamente políticos. Tais condições constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos formam-se e atuam. Nesse sentido, para compreender o comportamento político de um jovem ou de um idoso, é necessário conhecer o contexto social e político: onde e como vivem esses cidadãos e seus contextos (LIPSET, 1967).

Para o autor, na Sociologia Política, o ato individual resulta da interação social. Não são os indivíduos e sim os *coletivos sociais* que imprimem dinâmica à política. E o que precisa ser analisado são os resultados agregados de ações coletivas. Quem age ou quem participa são os indivíduos, de maneira organizada ou isoladamente, mas para a sociologia política o ato individual não é socialmente isolado.

Na perspectiva sociológica, o eleitor tem a propensão a agir de acordo com o grupo social de que faz parte: religioso, familiar, profissional. Enfim, grupos que possuem valores semelhantes tendem a manifestar comportamentos políticos similares. Porém, a explicação do comportamento eleitoral não foi suficiente para explicar a decisão do voto quando, no processo de transformação estrutural no Brasil, contou com intenso processo de industrialização e urbanização (CASTRO, 1994).

E a terceira teoria é a *Teoria da Escolha Racional*. Estudiosos dessa linha de investigação partem de observação histórica simples: se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos; se, contrariamente, a economia vai mal, a oposição se beneficia (KEY, 1966). Para os autores dessa teoria, as pessoas votam acreditando que isso possa trazer-lhes algum benefício social ou econômico. A visão grandiosa do compromisso cívico cede lugar à realidade histórica, pautada pela luta política em defesa dos interesses sociais e econômicos, individuais ou coletivos.

A abordagem institucionalista, baseada na Teoria da Escolha Racional, também contribui com este estudo porque explica que a origem e a manutenção das instituições políticas são como um acordo voluntário firmado entre os atores interessados que, guiados por comportamentos racionais e estratégicos, avaliam um conjunto de preferências e escolhas, optando por aquela que lhe oferecerá maiores benefícios.

Nessa perspectiva, a democracia é definida por Przeworski (1994) e Downs (1999), como um conjunto de regras procedimentais que visam selecionar um governo e gerar resultados que sejam motivados a partir de negociações entre forças políticas, as quais competem entre si dentro de estruturas institucionais, em intervalos periódicos, resultando da derrota de uns e na vitória de outros. Desse ponto de vista, os partidos políticos são compreendidos como instituições importantes para o funcionamento da democracia, por constituírem canais de representação e mediação entre os cidadãos e o Estado, além de se tornarem atores fundamentais na intervenção da arena decisória e governamental.

A extensão do sufrágio eleitoral e o surgimento de novos movimentos sociais marcam a quebra do oligopólio da representação partidária como forma exclusiva de participação política (SANTOS, 1985).

Ideologias, identidades políticas e culturais bem como os valores são reduzidos a sistemas codificados de interesses, com a função instrumental de simplificar a aquisição e processamento de informações necessárias para uma decisão política inteligente (DOWNS, 1957). O “cidadão racional” downsiano é o homem comum que constitui a maioria dos cidadãos. Para ele, são irrelevantes as características psicológicas do homem. O homem racional organiza as opções segundo uma ordem de preferência. O seu ordenamento preferencial é efêmero, pois ele sempre pode decidir por uma das alternativas, entre as disponíveis. Em condições iguais ou semelhantes, toma sempre a mesma decisão.

Partindo dessas condições, decisão política envolve a melhor adaptação para ele, entre meios e fins. Na democracia, os eleitores buscam maximizar os possíveis ganhos com as ações governamentais, enquanto os políticos entram em competição eleitoral para maximizar os votos (FIGUEIREDO, 2008).

Na Teoria da Escolha Racional, o eleitor possui duas alternativas: participar ou não do processo eleitoral. A ambivalência da participação proporciona obstáculos para a compreensão acerca das razões que levam o eleitor a votar. Nos países ocidentais a representação política está passando por uma crise. Diferente de algumas décadas passadas, quando a representação era fundamentada numa relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos, hoje os eleitores não se identificam com os partidos e a estratégia eleitoral está focada na personalidade dos líderes. A eleição de representantes já não reflete as políticas desejadas pelos cidadãos e a arena política vem sendo dominada por fatores extremamente técnicos, que fogem do entendimento dos cidadãos (MANIN, 2006).

Desse ponto de vista, a influência dos partidos políticos e as demais instituições estão sendo avaliadas em relação ao funcionamento da democracia, por constituírem canais de representação e mediação entre os cidadãos e o Estado e por serem os atores fundamentais na intervenção da arena decisória e governamental.

A avaliação dos cidadãos sobre as instituições está relacionada com a avaliação de seus desempenhos:

[...] quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas, a exemplo da experiência brasileira recente (MOISÉS, 1995, p. 90-91).

Este estudo procura articular o conhecimento produzido por essas diferentes perspectivas teóricas com a cultura política local, com objetivo de construir um modelo mais completo para explicar as percepções e vivências dos jovens do Município de Boa Vista, Roraima, em relação à participação política, considerando o significativo contingente de jovens existentes. Esses conhecimentos, aliados aos aspectos peculiares da cultura política permite a compreensão sobre a base da formação de valores, normas e atitudes políticas dos jovens frente às suas tomadas de decisões sobre a participação.

Portanto, aportes teóricos sobre a cultura política são relevantes para o estudo. Gabriel Almond e Sidney Verba (1965) definem cultura política como o padrão de atitudes e orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político, internalizadas na dimensão cognitiva, afetiva e avaliativa.

A cultura política, fruto da conexão entre políticas micro (motivações e atitudes dos indivíduos) e macro (estruturas e funções do sistema político), configura-se para os autores em três tipos de ideais.

Primeiro: a cultura política paroquial, representativa de sociedades simples, com baixos níveis de participação e de expectativas relacionados a este sistema. É caracterizada pela ausência de consciência política e de expectativas em relação ao sistema político.

Segundo: a cultura política moderada ou de sujeição, condizente com as sociedades onde os indivíduos reconhecem o sistema político, porém não se colocam aptos ou dispostos a participar, deixando as decisões a cargo do aparelho administrativo. Os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar.

E o terceiro ideal é a cultura política participante, relacionada aos sistemas que integram indivíduos conscientes, vinculados de alguma forma ao sistema político e dispostos a participar, caracterizada pela presença dos cidadãos conscientes, ligados efetivamente ao sistema político e com capacidade avaliativa, propensos à participação política.

De acordo com Almond e Verba (1965), cada tipo de sistema político – o tradicional, o autoritário e o democrático – tem uma forma de cultura congruente com a própria estrutura.

Esse estudo pretende contribuir teoricamente para o debate sobre a importância das instituições e das políticas governamentais na oferta das oportunidades e nas condições favoráveis à participação política. Parte-se do pressuposto de que a confiança nas instituições e nos agentes políticos são indicadores da cultura política democrática.

Portanto, o conhecimento científico aqui organizado é o resultado de uma investigação com rigor metodológico, que se baseia em fatos e fenômenos sendo capaz

de capacitar o pesquisador na produção de análises, descobertas e conclusões (FACHIN, 2003). Aplicado às Ciências Sociais, a investigação – aqui denominada pesquisa acadêmica³, é um instrumento fundamental para a resolução dos problemas coletivos (MARCONI; LAKATOS, 2002).

A temática justifica-se pela possível contribuição aos escassos estudos sobre as juventudes e comportamento político no cenário regional e local e pela convergência entre juventudes e desenvolvimento, que passa a ser um tema importante especialmente no cenário de Roraima e de Boa Vista, estado e município historicamente jovens e em vias de desenvolvimento.

³Boente; Braga (2004) -classificam a pesquisa em acadêmica quando possui fins científicos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Estudos sobre participação política dos jovens podem ser relevantes para a compreensão e caracterização de aspectos fundamentais sobre o sistema político local e as relações de poder estabelecidas na sociedade local.

O estudo realizado parte da premissa de que conhecer as percepções e vivências dos jovens em relação à participação política, possivelmente contribua para adequações de percursos, que possibilitem condições de superação das limitações sociais e políticas impostas aos jovens, que muitas vezes podem ser vetores para o aprimoramento da democracia.

A proposição de estudiosos sobre a socialização política como Rokeach (1968), Almond e Powell Jr (1972) e Inglehart (2001), indicam que os valores políticos são predominantemente formados nas duas primeiras décadas de vida do indivíduo e que a experiência de viver no contexto de instituições democráticas conduz a formação dos valores pró-democracia. Desse modo, deveríamos encontrar entre os membros de grupos etários mais jovens uma postura relativamente mais democrática e participativa.

Contudo, é provável que a informação e a participação dos brasileiros estejam distantes da política e do ideal democrático. Algumas questões ainda são discutíveis, como por exemplo o desconhecimento dos cidadãos sobre o significado da democracia, a associação tradicional com menor nível de escolaridade e baixo entendimento sobre a democracia e que os mais jovens tem mais conhecimento sobre democracia do que as demais faixas de idade (OPINIÃO PÚBLICA, 2010).

Nesse sentido, analisaremos o perfil dos jovens do Município de Boa Vista, suas características, percepções e vivências em relação à participação política, salientando os limites, desafios e as possíveis intervenções deste processo na vida dos jovens e na sociedade local.

3 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral desta tese é estudar aspectos das percepções e vivências dos jovens em relação à participação política no Município de Boa Vista – Roraima, tendo como abordagem as Teorias Psicossociológica, Sociológica, Da Escolha Racional e algumas das características da cultura política local.

O estudo pretende alcançar quatro objetivos específicos:

1. Pesquisar aspectos teóricos sobre democracia, participação, cultura política e juventudes;
2. Compilar dados sobre a participação das juventudes em Boa Vista: movimentos, grupos, associações e instituições;
3. Pesquisar características, vivências e percepções dos jovens boa-vistenses: grau de escolaridade, situação familiar, trabalho, acesso à cultura e mídia, participação e cultura política;
4. Analisar os questionários da pesquisa, traçando correlações com trabalhos similares realizados no Brasil e no contexto Amazônico.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo denominado *Participação Política das juventudes do Município de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções* é uma pesquisa acadêmica que apresenta informações no campo da Ciência Política, especialmente para o Município de Boa Vista, Estado de Roraima e Região Norte. Tem como objetivo principal estudar os aspectos das percepções e vivências dos jovens em relação à participação política.

O município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, abriga uma população de 314.900 habitantes, onde pouco mais de 20% são jovens, entre 15 e 24 anos (IBGE, 2014)⁴. As opiniões, aqui analisadas, foram colhidas a partir de uma amostra de 401 jovens num universo total de 59.276, o que permitiu, dentro de uma margem de confiança de 95%, generalizar os resultados para o conjunto.

Esse estudo também possibilitou a investigação do perfil dos jovens, atitudes, vivências, acesso aos bens culturais, percepções sobre política e instituições, desvendando alguns aspectos relevantes para a explicação dos fenômenos sociais e políticos na sociedade local.

Devido às fontes, coleta e tratamento das informações, foi caracterizada como uma pesquisa quantitativa que utiliza técnicas estatísticas descritivas. Seus resultados evitam distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DIEHL, 2004). A técnica utilizada é a mais conhecida para se trabalhar neste sentido: o método de *survey*, através do qual a coleta de dados foi realizada por questionários que apresentam variáveis distintas e relevantes para a pesquisa. E, em análise, apresentado por tabelas (HYMANN, 1967).

O método de *survey* é pertinente quando o pesquisador pretende investigar o que, porque, como ou quando se dá determinada situação, sendo que a pesquisa se dá no momento presente ou recente e trata situações reais do ambiente (FREITAS et al., 2000). Esse método é perfeitamente cabível para este estudo, que investigou, porque, como e quando se efetiva a participação política dos jovens boa-vistenses: tempo e contexto local.

⁴ Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicadas no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois teve o propósito de identificar como a população jovem percebe a realidade local e quais são as variações de percepções e vivências desse grupo etário em relação às situações relacionadas à participação política no Município de Boa Vista.

A pesquisa survey descritiva busca identificar como a população definida percebe determinada situação e se há variações de percepções e atitudes de um subgrupo em relação a situações (FREITAS et al., 2000).

Neste estudo, a amostragem probabilística teve como base a escolha aleatória dos pesquisados, significando o aleatório o fato de que a seleção se faz de forma que cada membro da população tenha a mesma probabilidade de ser escolhido. Esta maneira permite a utilização de tratamento estatístico, que possibilita compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes para a representatividade e significância da amostra. A amostragem probabilística divide-se em: aleatória simples, sistemática, aleatória de múltiplo estágio, por área, por conglomerados ou grupos, de vários degraus ou estágios múltiplos, de fases múltiplas, estratificada e amostra-tipo (LAKATOS, 2007).

A amostra neste estudo foi selecionada por conglomerados. Entre trinta bairros existentes na cidade de Boa Vista (IBGE, 2010) foram incluídos dez na amostra, através de sorteio. Entre os bairros selecionados, foram sorteados os quarteirões e, posteriormente, os domicílios a serem pesquisados.

A amostragem por conglomerado ou *cluster* é um grupamento natural de elementos da população, os quais são bastante heterogêneos internamente em relação à característica estudada, porém de comportamento similar entre os conglomerados. Neste tipo de amostra é realizado o sorteio não dos indivíduos, mas de grupos naturalmente organizados (cidades, bairros, quarteirões, etc.). Este tipo de amostragem é bastante útil quando não é possível obter uma listagem de todos os membros da população (DUPPRE, 1990).

Após definida a amostra é preciso elucidar o instrumento e a estratégia de aplicação. Os instrumentos mais comuns no método de *survey* são o questionário e a entrevista. Neste estudo, o instrumento utilizado foi um questionário.

A estruturação do instrumento é muito importante para que sejam atingidos os objetivos (FREITAS et al., 2000). Dois tipos de questões poderão compor o instrumento:

as questões declarações, que visam saber a aceitação do entrevistado sobre determinado conceito; e as questões abertas ou fechadas. Sendo as questões abertas as de livre resposta, e as fechadas as com múltiplas alternativas (BABBIE, 1999).

Esta pesquisa quantitativa foi realizada entre os meses de julho e dezembro de 2013 e foi utilizado um questionário composto por 45 questões, das quais três abertas (questões de livre resposta) e quarenta e duas fechadas (questões de múltipla escolha). Através dessas questões foram produzidas 161 variáveis relacionadas com aspectos da educação, situação familiar, trabalho, mídia e cultura e participação política dos jovens.

O questionário utilizado nesta pesquisa de campo foi estruturado a partir de outra pesquisa realizada no ano de 2005, intitulada *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*, que ouviu e debateu com jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, os limites e possibilidades da sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias.

A pesquisa-modelo foi realizada por algumas instituições parceiras, com a coordenação do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. No estudo, jovens de sete Regiões Metropolitanas no Brasil, participaram: Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

A partir dos dados regionais levantados, foram produzidos relatórios com análises das pesquisas de opinião. Os relatórios finais das regiões investigadas e o relatório global da Pesquisa de Opinião constituíram a base para o texto final.

Esse mesmo questionário foi aplicado em Belém, região Norte do Brasil, sendo publicado como *Relatório Global – Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório Regional Belém em 2006*. Essa publicação e seus resultados serviram de referência para a análise e complementação de dados neste estudo acadêmico, realizado em Boa Vista, Roraima - 2013, tendo em vista algumas similaridades regionais.

No estudo em tela, bem como no discorrer dos temas e análises, sempre que houver referência à pesquisa nacional (2005) e pesquisa regional – Belém (2006) faz-se referência aos dados e análises desses dois estudos anteriores, que utilizaram o mesmo instrumento de coleta de dados. É importante salientar que ambos os estudos,

nacional e regional Belém, utilizaram, além da pesquisa de opinião, através dos questionários, a técnica dos Grupos de Diálogo⁵, não utilizada neste caso, da pesquisa local.

Alterações foram necessárias no questionário aplicado em Boa Vista – 2013, com objetivo de atualizar alguns termos na área da tecnologia, haja vista, o enorme potencial inovador que essa área possui⁶.

Para a análise dos dados, em geral, o método de survey é combinado com o método estatístico para a interpretação dos resultados. Destaca-se aqui a possibilidade que o método apresenta de transformar escalas subjetivas, nominativas e ordinais em números que poderão ser tratados pelo método estatístico (SILVA, 2013).

Nesta pesquisa, a coleta e a quantificação dos dados se tornaram fontes de informação ao serem analisadas estatisticamente através do Programa Estatístico SPSS. O Programa *Statistical Package for Social Science* – SPSS permitiu a distribuição de frequências, o cruzamento de algumas variáveis e a avaliação do grau de associação entre elas.

Para a classificação econômica dos entrevistados, foi utilizada a metodologia proposta pela ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, através do Critério de Classificação Econômica Brasil (2010).

O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida é de classes econômicas⁷ (ABEP, 2012).

⁵ Grupos de Diálogo é uma técnica qualitativa, baseada na metodologia *ChoiceWork Dialogue Methodology*.

⁶ Na questão 19 sobre os itens e quantidades que a família do jovem possui em casa, no subitem 19.8, foi excluído “videocassete” devido ao desuso deste equipamento e mantido apenas a denominação DVD. Nesta mesma questão, o subitem 19.6 que incluiu o eletrodoméstico -“aspirador de pó”, foi substituído por “computador – notebook”, haja vista a restrita utilização deste equipamento na Região Norte, devido ao clima quente, onde raramente os imóveis têm carpetes ou tapetes – o que não justificariam o seu uso. Na questão 31 sobre mídias e acesso à cultura, no subitem 5, as nomenclaturas “Orkut/ICQ/MSN (comunidade virtual)” foram substituídas por “Redes Sociais (facebook, instagram, twitter, etc), que são instrumentos tecnológicos mais atuais.

⁷ Fonte: ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2012 – www.abep.org acesso em 30.05.2014.

Portanto, essa pesquisa tem por objetivo contribuir para os estudos na área da Ciência Política, assumindo a responsabilidade de rigor na sua aplicação e análise dos resultados, para que não se desvie dos seus objetivos científicos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS

A caracterização é o resultado da pesquisa de campo sobre Participação Política das juventudes de *Boa Vista, Roraima: vivências e percepções*, que buscou estudar os aspectos das percepções, motivações e atitudes dos jovens, entre 15 e 24 anos de idade. Os dados permitem a análise dos limites e possibilidades da participação juvenil em atividades políticas, sociais e culturais, considerando a importância da inclusão desse segmento etário no processo de consolidação da democracia na sociedade local.

A abordagem deste estudo demonstrou de modo articulado os dados e análises dos resultados da pesquisa, apresentando um perfil geral dos jovens, esclarecendo a maneira como esses sujeitos têm participado da cena política, as dificuldades reveladas pela não-participação e os principais gargalos sobre a conjuntura da participação política juvenil no município. A pesquisa revela também os caminhos possíveis para fortalecer as potencialidades juvenis para a efetiva participação.

Faixa etária dos jovens	Dados IBGE (2010)	Tamanho da amostra	Tamanho da amostra em %
15-18 anos	24.051	309	77,05%
19-21 anos	17.103	65	16.20%
21-14 anos	18.122	27	6.73%
Total	59.276	401	99.98%

Figura 1: Distribuição por faixa etária do total de jovens brasileiros entre 15-24 anos e o número dos jovens entrevistados no Município de Boa Vista – Roraima, Brasil, 2013

Fonte: IBGE (2010) e dados da pesquisa “Participação Política das juventudes em Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

A distribuição etária dos entrevistados foi aleatória. A pesquisa de campo foi realizada em domicílios e é possível que a participação menor dos jovens de 15 a 24 anos (22,9%), seja justificada pelos compromissos pessoais e profissionais, típicos da maioria, enquanto que os jovens menores de 18 anos (77%), permanecem em suas residências com mais frequência, devido à dependência familiar.

A amostra de 401 jovens é composta por 44,6% de homens e 55,4% mulheres. Em relação à cor, a pesquisa de opinião demonstrou a predominância (65,9%) de pardos, 18,6% brancos, 10,9% negros, 2,8% amarelos e 1,3% indígenas⁸.

Em maioria, os jovens se autodenominaram de “pardos”, conceito controverso entre os pesquisadores. Consideramos neste estudo, os padrões estabelecidos pelo IBGE⁹, que explica esta como, normalmente, uma classificação utilizada por pessoas que são ‘morenas’ ou ‘mulatas’, dependendo da região. Na região Norte, sítio desta pesquisa, muitos pardos são, na verdade, descendentes de indígenas.

Entre as respostas válidas, 82,8% dos entrevistados em Boa Vista indicam que são solteiros e 87,7% declaram que não tem filhos. Apenas 15,9% dos jovens nesta faixa etária, são casados ou assumem alguma situação de convivência conjugal.

É importante salientar que não foram constatadas alterações significativas nas respostas que pudessem estar diretamente relacionadas com sexo, situação de convivência conjugal, filhos ou cor dos entrevistados.

Quanto à classificação econômica, houve preponderância das classes E, D, C2 e C1 o que permite afirmar que aproximadamente 94,8% dos jovens boa-vistenses pesquisados, entre os 15 e 24 anos, vivem com uma renda média familiar máxima de até aproximadamente dois salários mínimos¹⁰.

⁸ A classificação por cor foi informada pelo(a) entrevistado(a). Trata-se, portanto, de uma autodenominação.

⁹ Fonte: www.noticias.terra.com.br. Qual a diferença entre preto, pardo e negro? José Luiz Petrucelli, 2013. Acesso em 26 de junho de 2014.

¹⁰ Considerando o salário mínimo atual – 2014, que é de R\$724,00.

Classificação Econômica	Frequência das respostas	Percentuais Válidos	Renda Média Familiar (valor bruto – R\$ - ABEP,2010)
E	57	14,8%	R\$ 477,00
D	174	45,2%	R\$714,00
C2	76	19,7%	R\$1.024,00
C1	58	15,1%	R\$1.541,00
B2	15	3,9%	R\$2.565,00
B1	2	0,5%	R\$4.418,00
A2	3	0,8%	R\$8.418,00
Total	385	100%	

Figura 2: Distribuição Econômica em frequência de respostas e percentuais válidos dos jovens entrevistados no Município de Boa Vista – Roraima, Brasil, 2013

Fonte: Critério de Classificação Brasil, 2010- ABEP¹¹ e dados de pesquisa “Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções” (2013).

Comparando os resultados da pesquisa entre Belém e Boa Vista, sobre as classes econômicas dos jovens, é possível afirmar que em Boa Vista, o número de jovens pobres pesquisados é muito mais expressivo do que em Belém. Somando os índices percentuais dos jovens de Belém que pertencem às classes econômicas D e E, os números totalizam 34,2% dos entrevistados. Em Boa Vista, essas mesmas referências de classes econômicas revelam que 60% dos jovens sobrevivem com renda familiar de até um salário mínimo (pertencentes às classes D e E).

É importante esclarecer, que este estudo abordará aspectos das juventudes pobres de Boa Vista, Roraima, devido ao caráter aleatório da pesquisa que convergiu para que os jovens de baixa renda fossem os mais pesquisados, sendo, portanto, uma opção metodológica manter o foco de análise nesta classe econômica.

Esses índices, trazidos à tona, acentuam aspectos verdadeiramente inquietadores sobre a pauperização dos jovens no Município de Boa Vista, focando as discussões na necessidade da implantação de instrumentos de defesa às garantias dos direitos sociais básicos e da qualidade de vida dispensado aos jovens no município. Esses dados são relevantes porque a situação social e material dos jovens pode interferir de maneira direta na limitação das oportunidades de escolarização, socialização, formação profissional e identidade cultural das juventudes.

Portanto, não é possível realizar análise completa sobre a democracia e a participação política, a partir do funcionamento das instituições no sistema político

¹¹ A figura acima desconsiderou a classe econômica A1, devido ao fato de que nenhum dos jovens entrevistados teve enquadramento na faixa salarial de R\$12.926,00.

convencional, sem considerar a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil e especificamente, neste caso da Capital Boa Vista. As desigualdades sociais são instrumentos perversos de manutenção de relações viciadas sobre os processos de clientelismo, mandonismo e patrimonialismo na sociedade, deixando à margem das discussões, as representações dos movimentos sociais, outras formas de participação, além das instituições e a própria população pobre, que neste caso, chegou a 94,8% dos jovens dos entrevistados. Neste sentido, a pobreza se apresenta como uma restrição importante no campo das igualdades sociais de oportunidades e condições, quando se aborda aspectos da participação política.

5 ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo, procura-se, promover a discussão teórica sobre a participação política no contexto da democracia na América Latina e do Brasil. Através da contemporaneidade, destaca-se a participação política partindo dos conceitos da democracia e do Liberalismo, evidenciando as fronteiras e envergaduras desse processo.

A democracia neste contexto é concebida como a melhor forma de governo, na perspectiva da participação política, sendo analisada sobre os prismas político e social. Do ponto de vista político, a democracia é vista como um conjunto de normas e instituições que possibilitam a liberdade política e o desenvolvimento humano. No âmbito social, a abordagem vai além das liberdades políticas, considerando que a igualdade econômica potencializa a consolidação de uma sociedade democrática.

Parte-se do princípio de que um sistema político democrático é aquele que respeita a opinião da maioria, sendo as decisões tomadas com liberdade. Quando as pessoas ignoram o seu direito, beneficiam os interesses da minoria, ou seja, é possível que a omissão enfraqueça o sistema democrático.

Em relação à eficácia da democracia na América Latina e no Brasil, o texto destaca a elevada desigualdade social na região, e os fatores que possivelmente influenciam na participação e consolidação do processo democrático. Contudo, as pesquisas ressaltam que os fatores socioeconômicos e institucionais não são suficientes para explicar a dinâmica das democracias, sendo necessário considerar aspectos relacionados à cultura. Aspectos e influências da cultura política no Brasil e nos Estado de Roraima são apresentados, chegando ao comportamento político dos jovens na sociedade local.

A cultura política local, influenciada pela recente história do Estado e do Município de Boa Vista, Roraima e sua forma de ocupação, baseada no assistencialismo, clientelismo e paternalismo, pode ser considerada como possível fator intermediário para a formação dos valores, percepções e vivências juvenis.

Aspectos sobre as peculiaridades regionais são destacados. Entre eles, cultura dos povos indígenas e questões relacionadas à trílice fronteira entre o Estado de Roraima (Brasil), Venezuela e República Cooperativista da Guiana.

No segundo capítulo, discorre-se sobre o universo juvenil e suas vivências em relação à participação política. Esse cenário apresenta as desigualdades, as carências e as diferentes oportunidades vivenciadas no contexto histórico, cultural e das condições socioeconômicas. O texto resgata algumas manifestações políticas, no Brasil, protagonizadas pelos jovens, ao mesmo tempo em que apresenta proposições para estes contextos históricos e comportamentos. São esboçadas algumas considerações em relação ao modelo político estabelecido no Município de Boa Vista, haja vista as peculiaridades locais no desenvolvimento histórico, político e social. Ainda neste capítulo trazemos à tona o cenário das juventudes boa-vistenses, as circunstâncias e contrariedades no processo da participação política.

O terceiro capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo realizada no Município de Boa Vista e articula informações regionais e nacionais acerca do tema, apresentando análises e proposições. Nessa parte, o texto traça o perfil dos jovens boa-vistenses, níveis de escolaridade, situação familiar, formas de participação política, via partidos políticos e processo eleitoral, questões relacionados ao trabalho, às mídias, cultura bem como outras formas de participação.

Por fim, o presente estudo destaca prováveis dimensões significativas sobre a participação política dos jovens sustentadas por considerações finais e busca-se vislumbrar novas perspectivas de pesquisas para o Município de Boa Vista, Estado de Roraima e para a Região Norte do Brasil, que carecem de tais contribuições.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

Não, não estou dizendo que a política é feita por homens maus. Se fosse assim, bastaria trocar os maus pelos bons e a política estaria salva! Estou dizendo que o poder tem uma lógica toda sua, na qual não penetram seja as razões da ordem da verdade, seja as razões da ordem da beleza, seja as razões da ordem da bondade. Não são os homens que jogam o jogo do poder; é o poder que joga com os homens (RUBEM ALVES).

6.1.1 Conceitos do Liberalismo, Democracia e Participação

A democracia constitui-se tema amplamente discutido na Ciência Política e nas Ciências Sociais, entretanto, vem enfrentando crises que produzem processo dialógico, no intuito de construir regime efetivamente representativo. Entre os sistemas de governo, vivenciados pelas sociedades, é possível considerar que o mais viável seja o regime democrático, pois a tomada de decisões pelas minorias sempre se mostrou desfavorável resultando no mau uso do poder e do espaço público. Por isso, a democracia tem se caracterizado como o regime mais adequado para abrir possibilidades aos diversos interesses da sociedade, sobretudo, garantindo a todos o direito de participação.

A promoção de reflexões analíticas sobre o conceito de democracia e suas implicações na contemporaneidade, repercute nas diversas formas de participação, trazendo a possibilidade de caracterizar o comportamento dos atores sociais e políticos. A democracia tal como entendemos hoje, em sua vertente de pensamento dominante é fruto de concepções filosóficas que se tornaram hegemônicas desde o século XVII surgidas no seio das sociedades ocidentais.

Os antecedentes históricos, no século XVIII já apresentavam indícios e formas democráticas, pois a Europa passava por transformações em direção ao capitalismo e à hegemonia burguesa, centrando preocupação em um governo não-despótico, trazendo relevância da problemática relação entre democracia e república. Essa preocupação de um governo não-despótico, pode ser observada no final do século XVII na obra de John

Locke, sendo os fundamentos do governo civil a preservação dos direitos naturais à vida, à propriedade e à liberdade.

As ideias de democracia e liberalismo se fundem a partir do século XIX, de maneira que atualmente é difícil pensar em ideal democrático sem levar em conta os valores surgidos com a doutrina liberal no tocante às liberdades individuais, igualdade perante a lei e regime representativo. A fusão ocorre no momento em que as pressões populares camponesas e as novas classes trabalhadoras industriais questionavam a burguesia, forçando espaços para a participação. O liberalismo, base da ideologia burguesa, como defensor dos ideais de igualdade legal, não poderia se opor às demandas de participação popular na política (HOBBSAWN, 1996).

Num contexto social onde a burguesia não tinha como manter um regime autocrático, tanto pelo crescimento dos movimentos de emancipação popular, que caracterizou o final de uma era feudal, quanto pela impossibilidade ideológica de um regime de tal natureza, a organização dos regimes representativos se constituiu na melhor forma pela qual a burguesia poderia manter a hegemonia na sociedade, conseguindo mobilizar o apoio das camadas não-burguesas através da defesa dos ideais de igualdade e liberdade (MATOS, 1999.).

A doutrina Liberal é desde suas origens uma doutrina pluralista, que apresenta afinidades e diferenças entre autores, como Locke, Montesquieu, Kant, Adam Smith, Humboldt, Benjamin Constant, Tocqueville e John Stuart Mill. As nuances da teoria Liberal, que na verdade é uma generalização de teorias que possuem diversidade e convergências em comum, foi determinante para a concepção de ideias sobre a liberdade e capacidade de ação política da sociedade, trazendo à tona, discussões sobre a participação e representação política.

Stuart Mill, assim como Tocqueville apontavam que a liberdade e o individualismo, para se fortalecerem, precisavam da democracia e que só ela poderia educar os indivíduos para a independência, resistência e força. Acreditavam que uma sociedade opressora não pode destruir o pensamento individual dos homens, nem limita-los pelo medo dos riscos (BERLIN, 1986).

A obra de Mill, “sobre a liberdade” (1859) aborda questões sobre a liberdade civil e o poder da sociedade sobre os indivíduos. Acreditava que quando não se

respeita os indivíduos, isoladamente do contexto da sociedade, ela se impõe muito mais na vida cotidiana do indivíduo, chegando a “encadear-lhe a alma”.

Por esto no basta la protección contra la tiranía del magistrado. Se necesita también protección contra la tiranía de la opinión y sentimiento prevalecientes; contra la tendencia de la sociedad a imponer, por medios distintos de las penas civiles, sus propias ideas y prácticas como reglas de conducta a aquellos que disientan de ellas; a ahogar el desenvolvimiento y, si posible fuera, a impedir la formación de individualidades originales y a obligar a todos los caracteres a moldear-se sobre el suyo próprio (MILL, 1986, p.59-60).

Como princípio limitador da autoridade da sociedade sobre o indivíduo, Stuart Mill partiu da defesa incondicional da liberdade de pensamento e discussão e do respeito à individualidade, um dos elementos do bem-estar (CADEMARTORI, 2006).

Com Jean Jacques Rousseau, a reflexão teórica sobre a democracia incorporou outros temas e enfoques à reflexão política. Não seria mais a liberdade privada a âncora da modernidade política, mas a eleição da igualdade como fundadora da convivência democrática, completando assim, o debate contemporâneo dialético entre a questão da liberdade e da igualdade, a do liberalismo e a democracia (NEVES, 2014).

A liberdade pressupõe a existência de igualdade, tornando-se centro das preocupações de Rousseau (1712-1778), ante a sociedade da época, que em sua teoria refutava a desigualdade. Na visão de Rousseau, construir uma sociedade de liberdade e igualdade é imprescindível à democracia direta. A ideia de democracia pregada por Rousseau situa-se no nível do *dever-ser*, que necessita de uma ação coletiva para a sua concretização a partir da participação direta do povo. No poder, é possível construir a vontade geral, que constitui o corpo político rousseauiano.

Rousseau defende a doutrina da soberania que tem como fundamento o princípio democrático, a igualdade política e o sufrágio universal. Cada indivíduo detém uma parcela da soberania, que o permite participar ativamente da sociedade, pois “se o Estado é composto por dez mil cidadãos, cada um terá a décima milésima parte da autoridade soberana” (ROUSSEAU, 2003, p.53).

As ideias de Stuart Mill se aproximam das de Rousseau na concepção de que o processo de participação é uma forma de aprendizado. A democracia não seria apenas método ou arranjo político, ela teria função psicológica e educadora sobre os

indivíduos. Ambos acreditam que nada valeria o sufrágio universal e a participação no governo nacional sem um aprendizado com a política local (ALMEIDA NETO, 2012).

Partindo da premissa de que a não-participação no processo político degrada o indivíduo, Mill resgata a constitui o sufrágio como questão importante e relacionada com a educação e o efetivo funcionamento do sistema representativo. Observa-se que apesar de diferentes épocas, as ideias desse teórico permanecem atuais, tendo grande importância para a compreensão do Estado Moderno, sobretudo na educação que se relaciona com a política e com a reforma do Estado.

Contudo, é preciso considerar que o liberalismo e a democracia expressam posturas distintas em relação à natureza dos processos políticos modernos:

O liberalismo se apóia na supremacia do indivíduo e da propriedade, e funda aí, a concepção de uma sociedade melhor, mais eficiente e competitiva. No seu limite é conservador: a mudança deve ficar restrita ao aperfeiçoamento do que existe. A democracia, concebida como uma correlação de forças, como uma permanente negociação de divergências dentro dos quadros legais em que o processo político ocorre, é mais adequada às modernas sociedades de volume, assentadas na crescente diversificação e especialização de suas estruturas sociais. No seu limite é transformadora: admite a incorporação constante das demandas, quando a elas mostram-se capazes de expressar a força política dos atores que agem na arena do poder. A representação expandindo-se alarga o espaço dos movimentos políticos, inclusive, ou até mesmo, principalmente, das minorias (NEVES, 2003).

O processo capitalista industrial adentra o século XX influenciou teorias políticas. O desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais burocratizada exerce impacto nessas teorias, colocando em dúvida as concepções de democracia ideal.

Dentro da linha liberal democrática, destaca-se a teoria de Shumpeter, que defende uma visão econômica de democracia, baseada no arranjo institucional semelhante ao do mercado, onde vários grupos e indivíduos competem entre si pelos votos dos eleitores, sendo a vontade do povo o produto, não o motor do processo político (BOTTOMORE, 1984).

Sartori (1965, p. 141) também desenvolve suas ideias a partir de um governo de elites em competição, explicando que a democracia real é a democracia a *democracia governada*, em que a influência da maioria é assegurada por minorias eletivas e concorrentes às quais ela é confiada. Nesse sentido, restringe a participação no processo eleitoral, salientando o perigo da manipulação da opinião pública. Também

aborda o problema da apatia política das massas, justificando-a como falta de interesse individual, enfatizando a importância dos grupos políticos ativos.

Lipset (1967) valoriza o processo eleitoral e alerta para a existência de conflitos nesse sistema, caracterizados pela luta por posições dominantes no sistema político para a manutenção da democracia estável. Conceitua democracia como sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos governantes e um mecanismo social que permite a uma parte da população exercer influências nas decisões políticas mediante suas escolhas.

Norberto Bobbio (1986) apresenta contribuições para a compreensão da democracia. Os principais aspectos das suas obras abordaram questões no tocante à regra da maioria, à democracia representativa e ao princípio da publicidade do poder e à educação para a cidadania. Algumas regras para o autor são denominadas *universais processuais*. Entre elas, a de que todos os cidadãos devem ser livres, sendo colocados em condições de escolher entre diferentes soluções. A liberdade política deve ser condição elementar para a tomada de decisões, assim como a regra da maioria deve ser válida para eleições ou para as decisões coletivas. Nesse sentido, ser cidadão a condição da pessoa natural que, como membro de um Estado, encontra-se no gozo dos direitos que lhe permitam participar da vida política.

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, o elemento crucial da democracia é o fato de que ela aumenta o poder das pessoas. A democracia proporciona direitos civis e políticos, assegurando o direito das pessoas à liberdade de escolha em suas ações públicas ou privadas (SEN, 1999, p. 152-154).

Para Ingleharte e Welzel (2009), o desenvolvimento humano é o tema integrador entre desenvolvimento socioeconômico, valores de autoexpressão e instituições democráticas, que permitem ampliar a escolha humana. O desenvolvimento socioeconômico reduz as escolhas humanas autônomas, ao incrementar recursos econômicos, cognitivos e sociais das pessoas, podendo torná-las materialmente independentes ou não. Como o desenvolvimento socioeconômico tende a favorecer a independência material, social e intelectual das pessoas, ele acalenta um sentimento de segurança existencial e de autonomia nos indivíduos.

O sentimento de autonomia existencial leva as pessoas a priorizar os valores de autoexpressão que enfatizam a emancipação humana, colocando a liberdade em condição privilegiada, ampliando o escopo de atividades às quais as pessoas podem aspirar. Em síntese, capacidades objetivas de escolha promovem aspirações subjetivas à escolha. Valores sólidos de autoexpressão levam as pessoas a exigir instituições que lhes permitam agir de acordo com suas próprias escolhas (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.189-190).

Arturi (2010), nesta perspectiva, destaca que a capacidade do Estado, constitui-se como condição para a democracia. Sem a capacidade institucional de fazer valer as normas e regras, capacidade de implementar as decisões dos agentes políticos, sem a condição de garantir o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, a democracia permanece frágil. Aos constrangimentos políticos para a consolidação da democracia, devem ser acrescentados aqueles que concernem à desigualdade social.

A atualidade do tema refere-se a variadas dimensões: papel do estado na produção, na questão social, previdência, saúde, emprego, educação, sendo esse debate convergente com as discussões do século XIX, no liberalismo clássico e de suas variações e elementos conceituais (ALMEIDA NETO, 2012).

Especialmente, a democracia representativa, no contexto do capitalismo, tem se mostrado vulnerável na garantia dos direitos da maioria e no uso adequado da coisa pública, mantendo atuais as discussões sobre a participação e a representação, igualdades de condições, cultura e do empenho político dos cidadãos.

Também o conceito de representação tem revelado diferentes enfoques. Hobbes apresenta o conceito do homem com propriedade de ação (sendo definido como “autor”). Ele pode autorizar alguém a agir por ele a partir da autoridade que detém. A pessoa que age em nome de quem lhe passou o direito, o “autor”, que detém a autoridade (SOUZA, 2012).

Contudo, a falta de vínculos entre representantes e representados abre descontentamentos com a democracia e instituições democráticas, intensificando pela falta de efetividade os reclamos da sociedade (BOBBIO, 2004), aspecto relevante de

investigação, se a consolidação da democracia for concebida a partir da representação política.

Apesar de diferenças teóricas, a característica geral das teorias liberal-democráticas, constitui-se na preocupação com a preservação da liberdade individual frente ao crescente poder do Estado, que evoluiu para o século XX para teorias que se concentram no sistema político autônomo em que a participação da população se reduz ao ato do voto ou então se torna uma disputa entre elites, canalizando conflitos para o sistema político (MATOS, 1999).

Os conceitos liberais de democracia continuam sendo difundidos e novas proposições, a exemplo do conceito de cidadania podem constituir-se num alargamento da esfera política em relação à sociedade civil complexa e multifacetada.

6.1.2 Democracia: Envergaduras e Fronteiras

Toda a trajetória da experiência democrática, da Antiguidade aos nossos dias, tem mostrado que a democracia é regime difícil de governo, tanto na sua implantação quanto na manutenção. Trata-se de conceito com muitas definições e, muitas vezes, com práticas incoerentes com a acepção do termo.

Embora inventada numa diversidade de ambientes, existem condições que são consideradas favoráveis e que fundamentam o desenvolvimento de um governo democrático. A inclusão dos adultos, na forma de participação efetiva dos cidadãos, a igualdade de voto, o conhecimento sobre aspectos da política, o controle do programa de planejamento do governo são alguns dos critérios do processo democrático (DAHL, 2001).

Nesta perspectiva, o autor explica que tais critérios possibilitam a efetiva participação dos cidadãos na sociedade, e quando qualquer um deles é transgredido, os membros da sociedade deixam de ser considerados politicamente iguais. Portanto, para a participação democrática, a “lógica da igualdade” é encorajamento necessário. Além da igualdade política, a democracia apresenta outros resultados sociais importantes porque evita a tirania, garante a autonomia moral, a autodeterminação, os

direitos e a proteção dos interesses essenciais dos cidadãos, promovendo a liberdade e o desenvolvimento humano.

Historicamente, faltaram importantes realizações para a eficiência dos regimes democráticos, que são peças decisivas. Em primeiro lugar, mesmo nos países mais promissores para a efetivação do regime democrático, as desigualdades sociais representam empecilhos. Nessas sociedades, embora os homens sejam considerados livres, são desiguais em *status*, conhecimento, influência e poder, “a lógica da igualdade mergulhava de cabeça na desigualdade irracional”. Ainda que as sociedades estivessem acostumadas com assembleias e parlamentos, estavam muito longe dos mínimos padrões democráticos, “os representantes eleitos pelo povo tinham apenas uma influência parcial na legislação” (DAHL, 2001, p. 33).

Para Dahl (2001), os representantes do povo não representavam todo o povo. E, até depois do século VIII, as ideias e as convicções democráticas não eram compreendidas nem compartilhadas. A liberdade de expressão era restrita. O avanço das ideias e dos costumes democráticos dependia de condições favoráveis inexistentes à época, inclusive, para o autor, “a democratização não seguiu a trilha ascendente até o momento”.

Outros autores como Sen (2000), corroboram neste sentido, esclarecendo que os males sociais privam as pessoas de viverem minimamente bem: pobreza extrema, fome coletiva, a subnutrição, a destituição e marginalização sociais, a privação dos direitos básicos, a carência de oportunidades, a opressão e a insegurança econômica, política e social são variedades de privação de liberdade. O desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas devem desfrutar.

Quando escreve sobre a importância da democracia, Sen (2000) salienta a “força das necessidades econômicas” em países de Terceiro Mundo. Essa força fatalmente pesa mais do que “outras pretensões, como a liberdade política e os direitos civis”. Para o autor, a democracia pode ser ampliada em ambientes favoráveis. Em países pobres, a democracia e a liberdade política não são consideradas prioridades para a população, que tem carências básicas essenciais, como a saúde e a educação. O autor

complementa essa questão ao afirmar que “democracia e a liberdade política são um luxo que um país pobre não se pode dar” (SEN, 2000, p. 173-1740).

Nesse sentido, a intensidade das necessidades econômicas *aumenta* – e não diminui – a urgência das liberdades políticas. As considerações são apresentadas, como justificativa da necessidade do predomínio dos direitos políticos e civis básicos. A primeira argumentação deste autor é a de que os direitos políticos e civis têm importância direta para a vida humana, associada a capacidades básicas de participação política e social. Os direitos civis e políticos proporcionam às pessoas as condições e a oportunidade de expressarem suas necessidades gerais e exigir a ação pública adequada para a resolução dos problemas sociais. A resposta do governo depende da pressão exercida pelo povo sobre esse governo, e é nisso que o exercício dos direitos políticos pode fazer a diferença.

A segunda argumentação favorável aos direitos civis e políticos está no papel *instrumental* que eles exercem em aumentar o grau de importância que as reivindicações de atenção pública, como as necessidades econômicas das pessoas, são expressas e defendidas. A formação dos valores na sociedade requer comunicação e diálogo aberto e as liberdades políticas e os direitos civis são centrais neste processo.

Ainda segundo Sen (2000), para expressar publicamente o que valorizamos e exigir que se dê a devida atenção a isso, precisamos de liberdade de expressão e escolha democrática. Os direitos civis e políticos exercem papel *construtivo* na conceituação de “necessidades” (como a compreensão das necessidades econômicas em um contexto social). A compreensão adequada de quais são as necessidades econômicas (seu conteúdo e força), requer discussão e diálogo e são essenciais no processo de geração de escolhas bem estruturadas e refletidas. É necessário considerar o impacto da democracia e das liberdades políticas, sobre a vida e as capacidades dos cidadãos.

Em sua obra *Liberdade como Desenvolvimento*, Sen (2000) defende que os direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar a atenção sobre as necessidades gerais da população e de exigir a ação pública adequada. Para viabilizar esse feito, os direitos políticos (de votar, criticar, protestar – que são formas de participação) podem fazer a diferença.

A participação estabelece relação com a intensidade em que os cidadãos exercem os direitos políticos que lhes estão ratificados como direitos constitucionais. A participação política tem a ver com o número de pessoas que votam nas eleições e com o número de pessoas filiadas em partidos políticos, mas também está associada ao número de pessoas que participam em eventos políticos, de organizações ou movimentos cívicos e que têm ações politicamente relevantes. O conceito de participação política está impregnado nos regimes políticos democráticos (SEN, 2000).

Os distintos graus de participação política permitem, por sua vez, falar de distintas culturas políticas mais ou menos participantes. Nos regimes democráticos, não são coincidentes as leituras que se fazem acerca do grau de participação das pessoas em atos participativos, sendo isso sinal de um possível enfraquecimento dos regimes democráticos:

A democracia não serve como um remédio automático para doenças do mesmo modo que o quinino atua na cura da malária. A oportunidade que ela oferece tem de ser aproveitada positivamente para que se obtenha o efeito desejado. Essa é, evidentemente, uma característica básica das liberdades em geral – muito depende do modo como elas são realmente exercidas (SEN, 2000, p.182-183)

Nessa linha de análise, embora o regime democrático seja aceito pela maioria dos cidadãos, o mais importante é a qualidade da democracia vigente nos países. Um dos requisitos da qualidade democrática é quando o regime é legitimado e estável; quando os cidadãos estão plenamente satisfeitos. Outro requisito importante é o grau de envolvimento dos cidadãos na política, através de uma cidadania ativa, estabelecendo relação de participação política, num processo de construção democrática. Em situação contrária, a democracia é mantida simplesmente numa dimensão formal, perdendo sua legitimidade. São três os fatores que garantem o processo democrático: os procedimentos, o conteúdo e o resultado. Nesta perspectiva, caracterizar sistema democrático de qualidade depende da maneira como um país tem encaminhado seu processo de transição para a democracia (MORLINO, 2007).

Dos 140 países do mundo que vivenciam regimes democráticos, apenas em 82 existe democracia plena¹². Esse dado demonstra que a democracia não é apenas ato eleitoral, mas processo que exige eficiência, equidade e transparência nas instituições e

¹² O conceito de “democracia plena” está relacionado com a garantia dos direitos universais à população.

que, para o aprimoramento do processo democrático, é importante uma cultura política que aceite a legitimidade dos direitos dos cidadãos e sua participação, inclusive e principalmente, de efetiva oposição. A democracia não é apenas valor em si mesmo, mas meio eficaz para o desenvolvimento. Nesse sentido, a governabilidade democrática é um elemento central do desenvolvimento humano, porque, por meio da política, é possível gerar condições mais equitativas e aumentar as opções das pessoas (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2002).

A democracia requer mais do que eleições e destaca-se a importância da participação política dos cidadãos como indicativo de processo democrático mais abrangente:

A democratização verdadeira é algo mais do que as eleições [...] O fato de conceder a todas as pessoas uma igualdade política oficial não é suficiente para criar, na mesma medida, a vontade ou a capacidade de participar nos processos políticos, nem uma capacidade igual de todos em influir nos resultados. Os desequilíbrios de recursos e de poder político minam, frequentemente, o princípio “uma pessoa, um voto”, e a finalidade das instituições democráticas. As eleições não são eventos isolados, mas sim parte de um processo mais amplo (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2002, p.53).

Esse sistema mais amplo de participação está concatenado com as oportunidades de que cada cidadão tem de conquistar maior compreensão das questões públicas, que não são apenas parte da definição de democracia, mas a principal exigência para se efetivar a democracia.

Quando privilegia a discussão pública, a deliberação, a controvérsia e o debate, a educação pode proporcionar o diferencial em relação à qualidade da democracia. É chamada “pronta disponibilidade de informação confiável e outras instituições de sociedade livre”. A natureza e a característica da democracia dependem da maneira como os líderes e os cidadãos resolverão as dificuldades de ordem econômica, de internacionalização, a diversidade cultural e as questões da educação (DAHL, 2001).

Referindo-se à importância da educação no processo democrático, Dahl (2001) a denomina de *educação cívica* e garante que cada cidadão deve ter oportunidades iguais e efetivas de aprender sobre políticas alternativas e suas consequências. O conceito refere-se à instrução adquirida na escola, nos meios de comunicação e informação, associações organizadas. Esse conceito também é defendido pela

Organização das Nações Unidas como uma ferramenta importante para o fim da pobreza e para a diminuição dos efeitos das desigualdades (ONU, 2002).

Os cidadãos precisam de educação escolar que assegure a alfabetização e o acesso às informações de qualidade para que possam ter compreensão das possibilidades que o processo democrático concede. Os candidatos, as instituições – inclusive os partidos políticos – oferecem informações aos eleitores e apresentam suas histórias e intenções (às vezes, até mesmo com *falta de qualidade nas informações!*), que precisam ser interpretados.

A relevância da educação e do acesso às informações para o fortalecimento da democracia é uma discussão teórica da Ciência Política clássica desde os séculos XVIII e XIX. Montesquieu entendia a troca de informações como ferramenta indispensável ao pleno funcionamento da democracia.

Rousseau (1712-1778) traz para a discussão política a preocupação em não dissociar a educação dos problemas e desafios da vida coletiva. O autor partiu da premissa de que sempre há alguma ligação entre política, formação do cidadão e a organização jurídica da cidadania. Contribui Comparato (2006, p.241), quando em Rousseau (1999), apresenta a educação como vetor da democratização:

[...] a verdadeira educação é a de cunho moral e não técnico. A educação preocupa-se com a finalidade que importa; o desenvolvimento harmônico de todas as qualidades humanas. A mera instrução diferentemente cuida dos instrumentos. Desviada de sua finalidade maior, ela pode criar autônomos e súditos, nunca cidadãos e homens livres.

A educação para a democracia comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis, pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode via a ser, alternativamente – e mais de uma vez no curso da vida – um ou outro (BENEVIDES, 1996).

Para Benavides (1996), são três os elementos indispensáveis para a educação formadora da cidadania:

1. *A formação intelectual e a informação* – é o desenvolvimento da capacidade de conhecer para melhor escolher. Parte do princípio de que é preciso formar o cidadão

através da informação e proporcionar estudos às diferentes áreas do conhecimento. Para a autora, a falta de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a segregação.

2. *A educação moral*, vinculada ao desenvolvimento dos valores e à consciência ética, *que é formada tanto de sentimentos quanto de razão*, é a conquista de corações e mentes.

3. *A educação do comportamento*, relacionada ao desenvolvimento de hábitos de *tolerância* diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, *ao bem comum*.

Maria Victoria Benevides (1991) destaca a importância da educação como sinônimo da capacidade dos indivíduos em compreenderem seus direitos e deveres na sociedade. A educação política dá-se pela cidadania. Esse conceito tem relação direta com a lógica do pensamento de Theodor Marshall (1967), que aponta a educação como indispensável para a efetivação do conceito de cidadania.

Autores como Norberto Bobbio (1986), mostram-se preocupados com a apatia política, demonstrada através do desinteresse da sociedade pelas questões da ordem pública. Defende, para tanto, a existência de amplos espaços sociais democráticos.

6.1.3 A Efetividade da Democracia na América Latina e no Brasil

A América Latina vivencia duas décadas de governos democráticos. Embora, historicamente, esse dado represente um avanço importantíssimo para a região, os países latino-americanos enfrentam graves crises sociais. As desigualdades, agravadas pelos elevados níveis de pobreza, têm motivado amplo descontentamento popular com os regimes democráticos.

Nos países da América Latina, não há consenso sobre os significados de democracia, concebida como a melhor forma de governo. Em termos políticos e ideais, a democracia é vista como conjunto de instituições, normas e práticas que visam ao desenvolvimento humano e à liberdade política.

Em termos sociais, a democracia é compreendida como regime que visa potencializar não apenas a liberdade política, mas a igualdade socioeconômica entre os cidadãos. Contudo, a democratização na região, opera em contexto de elevada exclusão e desigualdade social, não permitindo a consolidação da sociedade democrática. Entre os obstáculos para o desenvolvimento da democratização, Barreda e Costafreda (2004) apontam duas: os graves problemas econômicos e sociais na região, e a prevalência da institucionalidade informal que constrange a democracia.

O Relatório sobre a Democracia na América Latina (2004) traz em seu texto a afirmação de que *não há problemas com a democracia, mas há problemas na democracia*. E que o principal instrumento para resolver esta questão está implícito na própria democracia, a liberdade para a participação. O texto reporta à importância de se exercitar a liberdade da participação, o que em política significa exercer a capacidade de reconhecer e decidir o que os cidadãos querem com suas sociedades, acreditando que, quando participam ativamente e sabem o que exigir de seus representantes, enfrentam o que o Relatório chama de “crise da representação na política” (PNUD, 2004).

Esse mesmo documento explica que existem fatores indispensáveis para a governabilidade democrática, fragilizados na região, como a proteção sólida dos direitos humanos e a independência do poder judiciário, por exemplo. Questões estas que motivam grupos excluídos às manifestações populares por vias alternativas, inclusive através de expressões populares violentas.

O próprio Relatório explica que consolidar a democracia constitui-se processo político, social e econômico e não se resume a ato isolado:

Para que a democracia não defina e possa crescer, a América Latina precisa trabalhar incansavelmente para que as instituições democráticas, das legislaturas às autoridades locais, sejam transparentes, prestem contas dos seus atos e desenvolvam aptidões e capacidades necessárias para desempenhar suas funções fundamentais. Isso significa que será preciso assegurar que o poder, em todos os níveis de governo, seja estruturado e distribuído de forma que dê voz e participação real aos excluídos (PNUD, 2004, p. 14).

Além da importância do desempenho das instituições públicas, as instituições legislativas e jurídicas devem ser capazes de proteger os direitos humanos e garantir os espaços efetivos de participação e debate político.

Para o Relatório do PNUD (2004), a democracia e o desenvolvimento humano são complementares, onde o desenvolvimento humano se configura como o processo de fortalecimento das capacidades do ser humano, sendo capaz de gerar, mais oportunidades para as pessoas. Em contrapartida, para a efetividade da geração das oportunidades, faz-se necessária a democracia, como condição política. O relatório destaca ainda dois desafios para a democracia nos países da América Latina: encontrar soluções políticas para seus problemas sociais, buscando formas alternativas de participação política e de controle do poder público, e encontrar soluções para a desigualdade social e a pobreza, buscando alcançar uma cidadania de alta intensidade¹³.

O referido documento reconhece que a debilidade da democracia latino-americana não está associada a questões institucionais, mas a processos de exclusão social, a crises de governabilidade e a baixos índices de confiança no sistema político, que colocam em risco a estabilidade do regime democrático.

Nessa mesma linha de análise, Sánchez-Parga (2004), denomina as democracias latino-americanas como processos de crescente *desconsolidação*, partindo da premissa de que nunca se consolidaram:

:

Podría objetarse que el concepto de desconsolidación no posee suficiente pertinencia para significar los procesos de desinstitucionalización de la democracia, pues democracias que nunca llegaron a consolidarse mal podrían desconsolidarse. A tal objeción cabe arguir que la transición democrática supone una inicial institucionalización de prácticas, procedimientos, organismos y ordenamientos políticos; las elecciones, por ejemplo, confieren a los ciudadanos la capacidad de elegir y legitimar a sus representantes y gobernantes; éstos a su vez en base a leyes adquieren el poder de implementar políticas con efectos en la sociedad; la misma relación entre poderes del Estado (ejecutivo, legislativo y judicial) se encuentra normatizada y ordenada en base a principios, leyes y procedimientos constitucionales. (SANCHEZ-PARGA, 2004, p.60)

¹³ A intensidade da cidadania é avaliada pelo exercício dos direitos políticos e pelo acesso aos direitos sociais (PNUD, 2004).

Segundo Sanchez-Parga (2004), existem três fatores que impedem a institucionalização da democracia no contexto latino-americano: o presidencialismo e a personalização do poder, caracterizada pela ênfase no poder pessoal do presidente à revelia das instituições políticas e sociais. O segundo fator se refere à crise de representação política que se agrava com o predomínio do voto personalista em detrimento do voto partidário, sendo que o personalismo e o clientelismo transformam as políticas públicas em interesses particularistas e o terceiro fator que o autor destaca, se relaciona com a cultura política latino-americana, em que as orientações e atitudes autoritárias, arraigadas historicamente, funcionam como obstáculos para a consolidação do regime democrático (SÁNCHEZ-PARGA, 2004).

A democracia política não se consolidará num quadro de extrema desigualdade social, mas pela constituição de democracia social com o fim do “sistema dual”, composto por integrados e marginalizados. A democracia social pressupõe uma sociedade integrada que promova a distribuição de renda e de poder entre os cidadãos. Desse ponto de vista, a igualdade social e a participação política são componentes essenciais na vida democrática e na construção da sociedade capaz de romper com a situação da pobreza e de exclusão social vivenciada nas democracias latino-americanas (WEFFORT, 1995).

Especificamente no Brasil, o ESEB¹⁴, que tem como premissa geral a tese de que contextos sócio-políticos e, em específico, os arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais, afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática. Assim, seus objetivos principais são: identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais moldadas por crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definirem a capacidade ou qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo em diferentes arranjos políticos, avaliam os processos e as instituições democráticas.

¹⁴ ESEB 2010 é um estudo vinculado ao projeto internacional Comparative Study of Electoral Systems (CSES), coordenado pela Universidade de Michigan com a participação de outras instituições em vários países. Foi realizado pelo CESOP com o apoio do CNPq e sua base de dados está disponível no Banco de Pesquisas do CESOP/Unicamp.

Nessa perspectiva de estudo, dentre os vários aspectos do funcionamento eleitoral, os dados permitem avaliar o desenho eleitoral a partir da percepção do eleitor sobre as suas escolhas, a avaliação de partidos e candidatos, a organização do sistema sob o prisma da ideologia e da capacidade representativa e a representação como forma de intermediação de interesses. Os dados do estudo sugerem que existe preferência pela democracia, e ela é tendência crescente no Brasil. Ainda, que a adesão ao regime democrático, embora observado através de indicador normativo, tem bases significativas.

Quando perguntados sobre a Preferência pela Democracia, 78,4% dos brasileiros manifestaram-se favoráveis, garantindo que é melhor do que qualquer outra forma de governo. Sobre o conceito de democracia, 27,6% dos entrevistados responderam que é a liberdade de expressão e de opinião, 13,1% associaram a democracia com a liberdade de escolhas, 8% disseram que democracia está diretamente ligada à conquista dos direitos e somente 7,3% dos entrevistados associaram a democracia com o direito de voto.

Esta mesma pesquisa pode indicar a importância e a influência da educação formal nos resultados obtidos, pois demonstrou que os indivíduos com maior nível de escolaridade demonstraram compreensão mais razoável sobre a democracia.

Porém, o Brasil apresenta indicador de alta vulnerabilidade na taxa escolar da população, pois 37,9% das mulheres e 26,6% dos homens (entre 14 a 24 anos), estão fora da escola e nem completaram o Ensino Médio (IBGE, 2011). Esses dados trazem à tona a discussão sobre a dificuldade ao acesso às informações e à qualificação profissional da população, o que reflete significativamente nos resultados sobre o fortalecimento da democracia, tornando essa discussão muito mais complexa.

Na Ciência Política contemporânea, existe consenso sobre as condições que devem ser cumpridas para que o acesso ao governo de um Estado possa ser considerado democrático¹⁵. Entre as condições apresentada pelos autores, destaca-se a concepção de que a democracia pressupõe determinada maneira de organizar o poder na sociedade. Em democracia, as relações de poder entre o Estado e os cidadãos, os cidadãos entre si e entre o Estado, as organizações e os cidadãos devem

¹⁵ Segundo aportes de Robert Dahl (1989) e Guillermo O'Donnell (2002).

estar ajustadas ao exercício dos direitos políticos, civis e sociais e que sejam garantidos esses direitos. A essência da democracia é que o poder público ou privado esteja organizado de maneira que represente instrumento central para a sua expansão.

Verifica-se ceticismo em relação às instituições políticas, o que não é exclusivo desses países. Dados da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*), coordenada por Ronald Inglehart (2001), evidenciaram o sistemático declínio dos partidos políticos, o descrédito e as desconfianças nas instituições democráticas em diversas democracias ocidentais. Mas em contrapartida, conforme a pesquisa cresce o interesse dos cidadãos pelos direitos humanos, pela questão ambiental e pela qualidade de vida, confirmando efetiva mudança nos padrões de participação política, expressa pela adesão e apoio aos movimentos sociais.

A indiferença e a desconfiança em relação às instituições políticas, demonstradas pelas pesquisas de opinião como às da UNICAMP e CESOP – Encarte Tendências de 2006, refletem a decepção dos cidadãos frente aos graves problemas sociais e a ineficiência dos partidos e dos governos em responderem às demandas sociais.

O desencanto e a desconfiança gerados pelo impacto das avaliações negativas dos mecanismos de *input* e *output* podem acirrar a crise de legitimidade comprometendo a base de apoio à democracia, portanto:

O paradoxo da legitimidade democrática, no Brasil, consiste, portanto em perversões do passado, isto é, vícios políticos herdados do autoritarismo, persistem no presente, ameaçando virtudes novas como a tendência de valorizar e de viver democracia. Do ponto de vista da consolidação democrática, a questão crucial converte-se, então, em saber se esse círculo vicioso pode, de algum modo, ser rompido (MOISÉS, 1995, p. 269).

Possivelmente esse círculo vicioso será rompido mediante mudanças efetivas na cultura política dos brasileiros, pois, a princípio, o apoio dos cidadãos aos procedimentos e regras democráticas e a predisposição em participar existem. Portanto, a construção de uma cultura política democrática é necessária.

Em países como o Brasil, com altos padrões de desigualdade social e com sérios problemas educacionais, é relevante considerar os padrões de qualidade da

democracia. O enfoque das discussões envolve aspectos do conteúdo da democracia e dos resultados que ela opera:

Do ponto de vista do cidadão, a qualidade da democracia pode ser pensada a partir dos produtos e insumos (outputs e inputs) do sistema democrático. Ou seja, de um lado o governo e o sistema político produzem bens públicos que podem ou não satisfazer as necessidades e desejos dos cidadãos. Do outro lado, a cidadania gera ou não insumos, na forma de demandas, comunicação de preferências etc. que informam e estimulam o governo e o sistema político para responder. Pensando nos produtos do sistema político, o cidadão é visto como o objeto das ações do governo. Pensando nos insumos do sistema, o cidadão passa a ser o agente ativo, o protagonista do drama democrático. Obviamente, para ter uma democracia de qualidade, qualquer país precisa de ambos, tanto dos produtos quanto dos insumos (RENNÓ et al., 2011, p.39).

Por isso, a discussão sobre democracia deve passar pela avaliação de variados aspectos e pela percepção da maneira como os cidadãos detêm informações sobre esse tema. Entre outras coisas, avalia-se a qualidade da democracia brasileira a partir dos insumos gerados pela cidadania.

Arturi apresenta alguns dos atuais dilemas para a consolidação do regime democrático no Brasil, avaliando que se originaram a partir das mudanças do papel do Estado durante as últimas décadas. Do ponto de vista institucional, o protelamento da reforma política agrava a imagem das instituições democráticas e das lideranças políticas e a corrupção ligada ao financiamento de campanhas eleitorais, afrontam a democracia, caracterizando-se como um dos dilemas. Utilizar as experiências políticas democráticas alternativas como os orçamentos participativos e a formação de conselhos, entre outros modelos, pode servir de atrativos para atrair para a arena política, parte da população desencantada com as práticas políticas tradicionais. Aprofundar estudos sobre a cultura política nacional, mapeando a áreas onde se concentram, é outro dilema para a literatura brasileira e, sobretudo, é na efetividade do Estado de Direito democrático para parte da população, explicitada na falência da segurança pública, que reside ponto extremamente sensível e a grande ameaça à consolidação do regime democrático (ARTURI, 2011).

Essa análise nos revela que a democracia consiste em um fenômeno de múltiplas dimensões, e que a história, as questões sociais que emergem pelas

expectativas, frustrações e esperanças de um povo são aspectos relevantes para a condição de compreender e aprimorar a democracia.

6.1.4 O Alcance da Poliarquia

O termo Poliarquia deriva das palavras gregas que significam “muitos” e “governo”. Distingue-se assim o “governo de muitos” do governo de um, ou o governo de poucos, aristocracia ou oligarquia. É um sistema político que garante direitos civis e políticos a todos os cidadãos, considerados politicamente iguais. Entre esses direitos cabe destacar o de votar em eleições livres, de candidatar-se a cargos públicos, de exercer oposição ao governo, de participar em organizações políticas, de manifestar-se publicamente e o direito de ler e ouvir opiniões divergentes sobre as questões políticas (DAHL, 1997; 2001).

Para o bom funcionamento da Poliarquia, deve haver assentimentos entre as regras do processo democrático, as opções políticas e a legitimidade da atividade política. A Poliarquia deseja a aplicação do ideal democrático, tendo como principal característica a perspectiva do real.

As funções básicas de uma Poliarquia, como a segurança, a proteção e a justiça, não chegam a alcançar extensão necessária no universo social de países como o Brasil. Os brasileiros expressam certa tendência a combinar adesão à democracia com atitudes de desconfiança e de pouca predisposição à participação política, colocando em questão a legitimidade e a estabilidade do regime democrático (SANTOS, 1993).

O significado de democracia tem a ver com *responsividade*, que se refere a governo que seja capaz de atender às preferências de seus cidadãos em igualdade de condições:

Gostaria de reservar o termo democracia para um sistema político que tenha como uma das suas características a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos considerados politicamente iguais (DAHL, 1997, p. 25).

O conceito de Poliarquia amplia a discussão democrática, indo além da adoção desse regime, reportando à sua manutenção, ressaltando a importância de execução

continuada. Para que o governo seja *responsivo*, com cidadãos politicamente iguais, deve conceder a eles oportunidades de formular e expressar seus favoritismos aos concidadãos e ao governo através de ação individual e coletiva. Outra condição necessária para os cidadãos num governo *responsivo* é o direito de ter suas preferências igualmente abalizadas na ação e atos do governo.

Em contrapartida, o processo democrático garante aos cidadãos:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações. 2. Liberdade de expressão. 3. Direito de voto. 4. Elegibilidade para cargos públicos. 5. Direito de líderes políticos disputarem apoio – disputarem votos. 6. Fontes alternativas de informação. 7. Eleições livres e idôneas. 8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 1997; 2001, p. 27)

Quando as garantias e as oportunidades estão em conexão, complementam as condições suficientes para promover a *responsividade* do governo e caracterizar o processo democrático. Dahl (2001) decompôs o conceito da democracia em duas dimensões, afirmando que o processo de democratização pode caminhar no sentido da contestação pública e no direito de participação. O autor examina a concepção de democracia e a decompõe, revelando graduações: os países mais e menos democráticos. Por outro lado, explica que dificilmente seria possível atingir a democracia plena, porque a busca democrática está sempre sujeita a avanços e desdobramentos.

A dimensão da contestação pública admite o conceito de democracia que permite o conflito entre o governo e a oposição, podendo atingir, no limite o estágio das oligarquias competitivas¹⁶. Em relação à participação política, o conceito estende os direitos à população, atingindo a hegemonia inclusiva. Um país que consegue avançar no estágio da contestação e da participação poderá chegar mais próximo da democracia, podendo tornar-se regime relativamente democrático, portanto ser considerado Poliarquia. Contudo, o processo é cíclico: quando se atinge determinado patamar democrático, outras demandas surgem e se transformam em objeto de novas buscas daquela sociedade.

¹⁶ Oligarquia é uma forma de governo no qual uma pequena parcela da população controla de maneira quase ditatorial o poder. (www.significados.com.br/oligarquias), acesso em 10 de dezembro de 2013.

A contestação pública se fortalece quando mais indivíduos ou grupos de interesse têm suas preferências levadas em consideração nas discussões políticas. Nesse caso, instala-se conflito saudável, permitindo que novos segmentos da população sejam incluídos no campo político, oportunizando uma ativa participação e alternância de poder. A presença do conflito não inviabiliza a Poliarquia, porque é no equilíbrio de forças entre oposição e governo que ela é atingida. Quanto maior é o equilíbrio de forças entre o governo e a oposição, mais alto será o grau de segurança mútua para ambos e maior a possibilidade de se encaminhar em direção a Poliarquia (DAHL, 2001).

As Poliarquias são os regimes que foram popularizados e liberalizados, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. Para Dahl (1997), a democracia é o ideal e a Poliarquia é o real, a democracia possível. Quanto maior for o nível da contestação pública e de participação da população no sentido da inclusão, mais próximo os regimes estarão da Poliarquia.

Outra questão importante para Dahl (2001) se refere a discussão sobre as condições em que os países pouco desenvolvidos poderiam se tornar nações democráticas. Alguns outros autores se ocuparam desses estudos anteriormente.

Seymour Lipset (1967) e Barrington Moore Jr.(1975) associaram a democracia ao processo de modernização. Na perspectiva desses autores, só os países que se modernizassem seriam capazes de atingir o melhor estágio democrático. Samuel Huntington (2003) reafirmou a ideia da inviabilidade democrática nos países subdesenvolvidos, afirmando que a instabilidade, típica desses países, provoca resposta autoritária, portanto antidemocrática.

As possibilidades de a democracia prosperar vão depender do grau do pluralismo da sociedade, não havendo, obrigatoriamente, incompatibilidade entre democracia e subdesenvolvimento. Quando há equilíbrio entre a tolerância e o conflito, qualquer país, com maior ou menor chance, pode caminhar em direção a Poliarquia ou quase Poliarquia, sendo o perfil adequado do país aquele que tem ordem social pluralista, economia descentralizada, cultura política que dê ênfase às crenças e valores como a cooperação e a confiança mútua (DAHL, 2001).

Embora seja vasta, a obra de Dahl e seu conceito de Poliarquia não constituem uma visão incrédula de democracia, mas sim plausível. Representa a democracia possível e a possibilidade relativa, mas palpável.

No contexto brasileiro, a discussão se revela mais complexa, pois existem algumas precariedades no campo socioeconômico que interferem na realidade:

No campo social, tal crise se materializa na desigualdade de oportunidades na educação, saúde, moradia e qualidade de vida para as pessoas. Também se institucionalizou o que se denomina “pobreza dura”, a qual caracteriza uma situação da pobreza estrutural que exclui, permanentemente, um segmento da população que não dispõe de recursos (saúde, educação e informação) exigidos para ter acesso às oportunidades geradas quando existe crescimento econômico. Acrescente-se a essa situação o surgimento de uma nova categoria de cidadãos que se incorpora aos excluídos. Esse segmento, oriundo da classe trabalhadora, tem experimentado um crescimento significativo, pois inexistem mecanismos, via políticas públicas, que os requalifiquem para o novo contexto de mercado e os protejam com salário-desemprego durante a época deste treinamento. Nessas condições, escapar da pobreza se torna uma tarefa difícil (BAQUERO, 2008, p. 390)

Para o autor, a realidade tem mostrado algumas questões, principalmente no âmbito social, que a democracia processual brasileira não tem conseguido resolver, fazendo com que o poder invisível do Estado governe além da vontade popular.

Em virtude da não alteração do modelo de mercado que privilegia a estabilidade procedimental em detrimento da estabilidade societária, inclusive a classe média é penalizada no Brasil, e as possibilidades de construção da democracia, socialmente justa, é remota. E o mais grave é que a desigualdade econômica deprime o interesse, a discussão e a participação política, particularmente dos mais pobres (SOLT, 2008, p.48).

A controvérsia da democracia no contexto da América Latina e, especialmente no Brasil, é apropriada, porque a participação não pode ser um privilégio. A efetividade da participação é um direito, e deve ser a oportunidade concreta para todas as pessoas, impreterivelmente.

6.1.5 Democracia Representativa: Incumbências e Compromissos

A representação se firmou como um tema de frequente discussão na Ciência Política porque os atores políticos têm objetivos, interesses e valores próprios, e eles sabem coisas e tomam decisões que os cidadãos não conseguem perceber ou só podem acompanhar com dificuldade. Os eleitores podem fortalecer a representação através da participação política dos critérios que garantam uma boa escolha política, do acompanhamento e da fiscalização dos políticos e das políticas públicas.

A correlação que se estabelece entre democracia e representação caracteriza-se pela escolha dos governos, através da eleição. Os elementos que fortalecem essa argumentação se assentam na garantia das eleições concorridas livremente e a ampla participação dos cidadãos com suas liberdades políticas. A perspectiva de que os governos agirão em favor da população é um estímulo para a participação. Em contrapartida, supõe-se que as eleições servem para manter o governo responsável pelas suas ações, devido a prestação de contas à sociedade.

A democracia caracteriza-se pela contínua *responsividade* do governo às demandas e preferências dos cidadãos, expressas por meio da participação eleitoral e da contestação pública. Mas, para suscitar a adesão e participação, “a democracia tem que gerar resultados substantivos, ela deve oferecer a todas as forças políticas relevantes oportunidades reais de melhorar suas condições de bem-estar material” (PRZEWORSKI, 1994, p. 54).

Durante décadas a representação parecia estar fundamentada na relação de confiança entre os eleitores e seus partidos políticos. Porém, atualmente, o eleitorado tende a votar de maneira diferente de uma eleição para a outra. As pesquisas de opinião revelam que tem aumentado o número de eleitores que não se identificam com nenhum partido e que as estratégias eleitorais também mudaram. Hoje, os candidatos e os partidos consistem na construção de imagens que projetam apenas a personalidade dos líderes. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios e na habilidade de comunicação, e não porque tenham identificação com seus eleitores... “*o abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando*” (MANIN, 1995).

Sobre a representação, Manin (1995) explica o que está em declínio atualmente são as relações de identificação entre representantes e representados e a

determinação das políticas públicas por parte dos eleitores, e que os princípios do governo representativo, formulados no final do século XVIII, nunca foram postos em questão. Esses princípios traduzem as ideias que se transformaram em práticas e instituições concretas.

Para Manin (1995), quatro princípios foram formulados nos primeiros tempos do governo representativo moderno. São eles:

a) *Os representantes são eleitos pelos governados*: não existe representação quando os governantes não são periodicamente eleitos, mas as eleições não garantem a perfeita identidade entre governantes e governados. As eleições não eliminam a diferença de *status* e função entre o povo e o governo, porque simplesmente a eleição é um método de escolha dos que devem governar e de legitimação de seu poder. Em segundo lugar, um sistema eletivo não requer que os governantes sejam semelhantes àqueles que governam; e o governo representativo pode ser um governo de elites. Mas, cabe aos cidadãos decidir que *elite* vai exercer o poder.

b) *Os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores*: alguns autores desde Madison (1787) defendem a ideia de que não é papel do representante votar da maneira como o povo desejaria em todas as ocasiões. A superioridade do sistema representativo está justamente no fato de permitir um distanciamento entre as decisões do governo e a vontade da população.

A representação é uma forma de governo preferível. Os cidadãos não dispõem do tempo necessário para se ocupar dos negócios públicos e precisam confiar o governo, através das eleições, a indivíduos que se dediquem exclusivamente a essa tarefa. Não é função dos representantes agir como meros transmissores da vontade dos eleitores (SIÉYÈS, 1789c; 1789b).

c) *A opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo*: a opinião pública, que é a voz coletiva do povo, sem valor impositivo, sempre pode se manifestar independentemente do controle do governo. A liberdade de opinião, para Manin (1995), não exige que os representantes ajam de acordo com os desejos do povo, mas eles não os podem ignorar. A liberdade de opinião garante que esses desejos sejam, no mínimo, levados ao conhecimento dos representantes – porque esses atores sabem que estão sujeitos à

reeleição. Dessa maneira, a vontade popular torna-se um componente reconhecido do ambiente que cerca uma decisão.

d) *As decisões políticas são tomadas após debate*: o governo representativo foi concebido e justificado como um governo de debate. As análises de Schmitt (1928; 1988) tiveram grande influência na disseminação dessa interpretação. Ainda que o debate não figure com tanta ênfase no pensamento dos fundadores do governo representativo quanto nas análises do século XIX, é evidente que, desde suas origens, a ideia de representação sempre esteve ligada à discussão desse tipo de governo. Os fundadores do governo representativo colocaram a igualdade de vontades na base das concepções políticas, acreditando que nenhuma superioridade poderá conferir a determinados indivíduos o direito de impor suas vontades aos demais. Para que se resolva a convergência de vontades numa assembleia, todos os participantes devem procurar conquistar o consentimento dos demais, persuadindo-os.

Em artigo¹⁷ denominado Eleições e Representação, os autores explicam que existem três maneiras para que os eleitores reforcem a representação utilizando seus votos: para escolher políticos e políticas públicas, para sancionar o governante em exercício ou para ambos simultaneamente. Porém, nesse mesmo artigo, os autores reconhecem que o controle dos cidadãos sobre os políticos é imperfeito na maioria das democracias; e explicam que essa afirmação não representa argumento contra a democracia, mas apelo à realização de reforma e inovação institucional:

Nós necessitamos de instituições eleitorais que aumentem a transparência da responsabilidade e facilitem para os cidadãos recompensar ou punir os responsáveis. Precisamos de condições morais e econômicas nas quais o serviço público usufrua de respeito assim como de recompensas materiais apropriadas. Além disso, precisamos de instituições que forneçam informações independentes sobre o governo aos cidadãos [...] (MANIN PREZWORSKI; STOKES, 2006, p. 133).

Quando a discussão é remetida para o sistema de competição eleitoral, torna-se necessário acatar alguns requisitos para que seja legitimado o democrático. Entre outras prioridades, a participação política desponta como garantia de espaço para a manifestação de opiniões. Entre o segundo e terceiro pontos, assegurar a paridade dos votos dos membros e ter acesso às informações para o melhor esclarecimento dos

¹⁷ O artigo é o Capítulo I do livro de Adam Przeworski, Susan C. Stokes e Bernard Manin (Eds).1999.

membros, o que implica criar alternativas, programas de planejamento que inclui a deliberação acerca das questões políticas, é fundamental. O quarto ponto versa sobre a inclusão dos cidadãos adultos no processo político, que deverão ser tratados com igualdade (DAHL, 2001).

Na perspectiva da democracia representativa, os estudos sobre a participação são mais complexos, porque é nesse cenário que emerge a importância das relações entre governo e sociedade civil organizada, intermediada pelas instituições. A qualidade dessas relações pode ser determinante para a avaliação de desempenho das instituições. Essa relação determina um novo comportamento político do cidadão, que vai além do ato de votar, aproximando-se de uma democracia participativa e de uma nova cultura política. Os fatores socioeconômicos fazem parte do comportamento dos eleitores, mas que também é necessário considerar as variáveis psicológicas (CASTRO, 1994).

Outros autores apresentam compreensões similares a esta:

A integração entre a perspectiva sociológica e psicológica com ênfase nos condicionantes da cultura política auxilia na compreensão do comportamento do eleitorado brasileiro, por levar em consideração os contextos estruturais em que os indivíduos se inserem e as interações que se dão dentro do grupo socioeconômico da qual os indivíduos fazem parte (RADMANN, 2001, p. 47)

As experiências que os cidadãos vivenciam, via instituições fazem com que as atitudes e valores em relação a elas sejam formados ou alterados, e o surgimento de novos movimentos sociais marca a quebra do oligopólio da representação partidária como forma exclusiva de participação política e traz à tona a possibilidade de novas formas de participação (SANTOS, 1985).

6.1.6 Cultura Política: A Soberania da Participação

Nas ciências sociais, o conceito de cultura se revela complexo e polissêmico. Autores como Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) acreditam que os fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias, sem que seja necessário recorrer à cultura. Esses autores

defendem a tese de que os traços culturais dominantes têm pouca importância para analisar a durabilidade das democracias.

Por outro lado, alguns autores como Inglehart (1988); Moisés (1995) e Baquero (1999) sustentam a premissa de que as instituições e procedimentos não são suficientes para se alcançar a estabilidade do regime democrático, tendo em vista a importância das crenças e dos valores na consolidação da democracia.

No contexto deste trabalho, a obra *The Civic Culture*, de autoria dos precursores dos estudos de cultura política, Gabriel Almond e Sidney Verba (1965, p. 14), representa o mais adequado aporte teórico, pois define a cultura política como o padrão de atitudes e orientações políticas dos cidadãos em relação ao sistema político, internalizadas na dimensão cognitiva (que significa o conhecimento no sistema político e a crença nele, nos seus papéis e nos seus titulares, seus *inputs e outputs*), afetiva (que se traduz pelos sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho) e avaliativa (significa o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos, que tipicamente envolvem a combinação de padrões de valor, bem como de critérios de valor com informações e sentimentos).

Aspectos da cultura política são avaliados, desde sentimentos coletivos até os processos políticos e administrativos, chegando até o papel de cada indivíduo na sociedade. Desse modo, a cultura política, que interliga as políticas micro (motivações e atitudes dos indivíduos) e macros (estruturas e funções do sistema político), configura-se em três tipos de ideais: a cultura política paroquial, caracterizada pela ausência de consciência política e de expectativas em relação ao sistema político; a cultura política moderada, em que os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar e a cultura política participante, caracterizada pela presença dos cidadãos conscientes, ligados efetivamente ao sistema político e com capacidade avaliativa, dispostos à participação política. Cada tipo de sistema político – o tradicional, o autoritário e o democrático – tem uma forma de cultura congruente com a própria estrutura (ALMOND; VERBA, 1965).

Na década de 90, as abordagens sobre cultura política ressurgem vigorosamente, mas num contexto de decadência das ditaduras militares e, sobretudo num processo de democratização nas esferas governamental e da sociedade civil.

A onda de democratização nos anos 1990, ocorrida nos países da Europa Oriental, África e América Latina, transformou os sistemas políticos e o papel dos cidadãos nas novas democracias e essas mudanças produziram incertezas sobre os padrões formais de democracia, criando novo dinamismo, que precisa ser considerado nos estudos sobre comportamento político. A crise e o desgaste das instituições e dos atores políticos propiciam a transformação da cultura política e o rompimento com algumas estruturas tradicionais da política (DALTON, 2000).

A experiência brasileira tem demonstrado que a democratização é processo positivo de criação institucional e de reconstrução da sociedade civil. As atitudes dos brasileiros para com a democracia mudaram de maneira positiva e substancial, contribuindo para a transformação da cultura política, tornando-a mais democrática (LAMOUNIER; SOUZA, 1991).

Esse novo contexto dos estudos faz com que seja ultrapassada a abordagem dos comportamentos individuais para a ênfase no coletivo dos atores sociais, através de seus valores e representações as realidades que sofrem influências das atitudes políticas, como as variáveis demográficas ou das orientações partidárias. Assim, essa perspectiva contemporânea pensa o comportamento dos indivíduos no contexto das suas relações coletivas (GOHN, 1999).

Putnam (1996), numa ótica de renovação, desenvolve um estudo importante a partir da experiência no norte e no sul da Itália, propondo estabelecer uma relação coerente entre cultura cívica e democracia. Sua abordagem pautada numa perspectiva histórica atribui grande importância ao contexto social, econômico e cultural do país, descobrindo que a história e o contexto social condicionam os resultados ou os desempenhos das instituições democráticas e que a prática política pode ser alterada, desde que se alterem as instituições formais a elas vinculadas. E que, a história institucional de um país evolui, mas lentamente.

A partir dessa análise, o autor considera que o desempenho governamental está diretamente relacionado ao surgimento de organizações civis horizontais – baseadas nas relações entre iguais – o que vai de encontro a vínculos do tipo patronal e clientelista (de caráter vertical), que se desenvolvem a partir de relações de dependência e exploração.

Portanto, a transformação da cultura política é possível, mas é um caminho árduo:

[...] a instabilidade dos regimes democráticos relaciona-se pela ausência de correspondência entre regime e cultura política e que a transformação da cultura política previamente autoritária ou semidemocrática em uma cultura política democrática em novos regimes democráticos é um dos mais importantes desafios (VIOLA, 1987, p.107).

Esse debate examina o poder da dimensão cultural nas narrativas democráticas e na oferta de serviços de proteção social na sociedade. Destaca-se, como exemplo, o caso do quadro socioeconômico no Brasil, cujo embasamento da discussão sobre a democracia relaciona-se, dentre outras dimensões, na incapacidade de tornar as políticas públicas efetivas e eficientes.

A cultura política tem sido revalorizada dentro da política comparada como elemento imprescindível para analisar as mudanças na política. A experiência mostra que os valores vão mudando e surgem novos elementos que modificam estrutural e conjunturalmente a cultura política e o comportamento político dos cidadãos (MADUEÑO, 1999).

Revisando as categorias conceituais da cultura política, o autor destaca as seguintes premissas: toda cultura política possui uma identidade relacional dentro de uma totalidade histórica; possui uma lógica estrutural própria; é parte de uma estrutura que marca a rede de relações entre economia e política e é um conceito histórico.

A cultura política está coadunada às ações sociais e políticas de uma sociedade:

Contexto onde encontramos um conjunto de significados tecidos pelo homem e pelas instituições, onde os atores individuais e coletivos se reconhecem mutuamente e reproduzem as ações sociais e políticas sobre a base de **crenças, hábitos e rituais**, convertendo-se estas em regularidades de ação onde restabelece força a dimensão tempo e espaço (MADUEÑO, 1999, p.124).

A cultura política possui a capacidade de incorporar os elementos necessários para novos diagnósticos em seu contexto na medida em que surgem outros fenômenos, produtos das modificações de novos tempos.

As mudanças demográficas, o crescimento econômico, a expansão da educação e da mídia têm transformado as atitudes e os processos políticos nas sociedades

contemporâneas (fatores que interferem nas variáveis da ciência política). E a cultura política é componente integral da ação política e que as mudanças são resultantes de mudanças estruturais. É preciso levar em consideração as tendências do contexto internacional na explicação das transformações da cultura política e das instituições nacionais (ALMOND, 2001).

É possível suscitar a articulação entre os pressupostos da teoria da escolha racional e da cultura política para a construção de um modelo analítico mais complexo sobre o comportamento político:

Ao combinar o estudo dos valores, crenças e conhecimentos do indivíduo – que constituem o contexto cultural que o cerca – e o papel das instituições formais neste ambiente com a suposição de que as pessoas agem racionalmente, ou seja, apresentam razões para desenvolver certa atividade, possuem planos coerentes e visam maximizar preferências e minimizar custos, pode-se amenizar as dificuldades de uma abordagem exclusivamente racionalista e ampliar a capacidade explicativa da perspectiva culturalista (RENNÓ, 1999, p.105).

A institucionalidade informal, tem se caracterizado pela presença do clientelismo nos processos políticos e reside fundamentalmente em uma cultura patrimonialista, na qual se concebe a política como uma extensão do espaço privado que permite satisfazer interesses particulares. O clientelismo reflete a relação política vertical e desigual vivida na região, contribuindo para reforçar essa situação. Tendo em vista as debilidades do desempenho institucional, são necessárias novas propostas de reformas institucionais no contexto latino-americano, sendo imprescindível considerar que toda reforma institucional que pretenda ser efetiva tem que ter um caráter integral, não bastando mudar o desenho das instituições políticas, mas necessário é mudar também a cultura política da sociedade (BARREDA; COSTAFREDA, 2004).

A magnitude do conceito de cultura política está na condição de apresentar as ferramentas de análise necessárias para a explicação das predisposições e comportamentos políticos dos cidadãos. Enquanto conceito histórico e estrutural, a cultura política é uma variável importante que contribui para compreender a estabilidade e as mudanças dos sistemas políticos.

O modo como as pessoas internalizam normas, crenças e valores são importantes para compreensão do seu comportamento político e eleitoral, pois o padrão

comportamental se constrói a partir das ações individuais e também de identidade coletiva.

O ser humano, como agente da democracia, é dotado de razão prática e de capacidades cognitiva e motivacional para fazer opções sendo o único responsável pelas suas escolhas e pelas consequências diretas decorrentes delas. Nesse sentido, a democracia reconhece em cada indivíduo uma pessoa portadora de direitos e responsável pela maneira em que exercita tais direitos (O'DONNELL, 2002).

Dentro da perspectiva da cultura política, a maneira como o indivíduo participa representa um componente central na organização democrática. O ritual da participação deve ter como eixo operacional o debate público, a definição e as opções de políticas e da opinião pública. A agenda da participação deveria priorizar os desafios centrais para os interesses individuais, coletivos, das organizações e do conjunto da sociedade. Discutir o abarcamento do debate público é uma condição peculiar para as reformas democráticas.

6.1.7 Cultura Política no Brasil: Alguns Apontamentos

No Brasil, existem diferentes abordagens e estudos sobre a cultura política, entre os quais, destacamos: Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala* (1973) sobre o sistema escravocrata; Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) que escreve sobre a relação que se estabelece entre o colonizador-colonizado; e Faoro em *Os donos do poder* (1958) fala sobre o patriarcalismo como base para a constituição do poder político.

A cultura política brasileira, que ainda hoje ostenta o clientelismo, tem raízes fincadas nos mais de trezentos anos de colonização no Brasil, na sociedade patriarcal e na relação de dominação do colonizador sobre o colonizado. Nesse sentido, é importante abordar as raízes das desigualdades sociais na cultura política brasileira (OLIVEIRA, 2007).

A “*cultura da dádiva*” é a expressão política dessa desigualdade. Esse processo inicia-se nos primeiros séculos da formação da sociedade brasileira, quando se

estabeleceu a relação de mando-subserviência no âmbito do domínio territorial brasileiro. A dívida chega à república substituindo os direitos básicos de cidadania, que não foram concedidos pelo liberalismo caboclo na passagem do século. As alternativas para o rompimento dessa relação de mando-subserviência estão aprofundando mais as desigualdades no Brasil, na medida em que ainda hoje percebemos as situações de fuga ou deslocamento do trabalhador rural e das populações pobres em geral e a acomodação ou retificação em todas as situações dos que permanecem no local de origem ou dos que buscam saída na itinerância do “*fetichismo da igualdade*”.¹⁸ Quando se refere à subserviência e não obediência está na verdade redefinindo a outra extremidade da alteridade em termos de pedir, para além do obedecer (SALES, 2012).

Para a autora, o pedir, para além de obedecer, faz parte do cerne da cultura política da dívida e implica, necessariamente, um provedor forte. No caso brasileiro esse provedor forte foi o domínio territorial, que resultou na contrapartida do favor, da dívida, do mando e da subserviência do povo brasileiro.

Weber (1991, p.33) definiu o poder como “a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Mais preciso do que o conceito de poder para o autor, é o de dominação, definido como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”.

Os mesmos senhores rurais que estão na base do poder – na formação histórica brasileira até o advento da República – controlam ainda hoje os aparelhos de justiça. Os delegados de polícia representam as corporações municipais. São ainda eles que amparam o homem comum (VIANNA, 1987).

Outro aspecto para a compreensão da alteridade do mando-subserviência:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo povo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; de sua vida de menino; de seu cristianismo reduzido a religião da família e influenciado pelas crendices da senzala [...] Nas casas grandes foi até

¹⁸ O “fetiche da igualdade” é uma definição da autora que se baseou em conceitos de Gilberto Freyre de “democracia racial” e do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda. São os fatores mediadores das relações de classe que têm ajudado a dar uma aparência de encurtamento das distâncias sociais, contribuindo dessa forma para que situações conflitantes frequentemente não resultem em conflitos sociais de fato, mas em conciliação.

hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. (FREYRE, 1973, p.10)

Na passagem do século, com a abolição da escravatura e a implantação da República no Brasil, o controle do liberalismo (enquanto doutrina), pouco ou nada contribuiu para o estabelecimento dos direitos básicos da cidadania. O liberalismo dos senhores de terra no Brasil, sempre foi um privatismo conservador, com raízes nas velhas oligarquias da Primeira República. A cidadania continuou tão concedida quanto antes (WEFFORT, 1992).

O estado de compromisso da política dos governantes e da política coronelista que dominou toda a Primeira República foi afirmando que esse estado de compromisso se expressava na troca de favores entre o poder público, progressivamente fortalecido e a decadente influência social e política dos chefes locais (LEAL, 1975).

É possível que os mecanismos de clientelismo e patronagem ainda permaneçam, mudando apenas a sua efetivação, pois os políticos locais de hoje são diretamente os representantes do Estado, quando antes havia a intermediação necessária do poder privado dos coronéis (REIS, 1988).

Esse processo histórico ainda hoje interfere nos interesses dos poderosos e no comportamento da população (especialmente nos mais pobres). Se antes o poder estava assentado no domínio territorial, agora os cidadãos continuam submissos às concessões de favores dos políticos locais. Nesse sentido, para o autor, a pobreza do brasileiro não é um estado que tem a ver apenas com as condições econômicas e sim com essa condição histórica de submissão política e social (LEAL, 1975).

A abordagem proposta por esses autores coloca a cultura política como um alicerce das relações de poder que se estabelecem na sociedade e em última análise se relaciona com as raízes da desigualdade social brasileira.

Nos anos 80 e 90, novos estudos indicaram uma articulação entre a cultura política e o processo democrático. Schwartzman (1988) em sua obra sobre as Bases do Autoritarismo Brasileiro esclareceu que o próprio sistema de formação do Brasil como colônia portuguesa, se caracteriza como um elemento condicionante no processo de evolução histórica. Faoro (1958) e Schwartzman (1988) enfatizam a evolução do sistema político brasileiro a partir de sua estrutura patrimonial, cujo desenvolvimento

passa a ser considerado um confronto entre tendências de caráter cooptativo (advindas do Estado) e representativo (advindas da sociedade civil). Nesse sentido, apontam a participação política como um importante instrumento de conquista dentro do aparelho do Estado.

Nos anos 90, o conceito de cultura política deixa de ser uma categoria homogênea, e as análises e considerações sobre o tema passam a ter importância quando delimitado dentro do contexto histórico. Portanto, “falar de cultura política é tratar do comportamento dos indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm de si próprio e de seu contexto histórico” (TATAGIBA, 2003, p. 68).

Essa discussão para o contexto brasileiro é salutar, pois pode contribuir para uma compreensão mais ampla e realista da cultura política e da maneira como os cidadãos internalizam as normas e crenças em relação à política. Embora os problemas sociais tenham sido discutidos com frequência por especialistas e polemizado pelos meios de comunicação, ainda são esforços insuficientes, pois a inadequação entre o modelo econômico implantado e os anseios da sociedade é perceptível.

A economia com base na lógica de mercado dá ênfase à produtividade, à competitividade e à inserção internacional. Tal lógica está na contramão das demandas da sociedade de maior participação política. Nessa arena política de articulação de interesses, faz com que a sociedade tenha perdido espaço, pois essa nova ordem social tem conseguido construir um novo controle de dominação política que debilita as forças sociais como catalizadoras de novas identidades coletivas com forças de pressão no atendimento às reivindicações da sociedade. Tal situação leva o Estado a tornar-se incapaz de criar uma relação coerente entre os formuladores das políticas públicas e as demandas dos cidadãos. Logo essa incongruência não tem possibilitado o surgimento e o fortalecimento de uma cultura política cidadã ativa (BAQUERO, 2008).

A hipótese básica do autor é a que no Brasil, temos uma cultura híbrida, que mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas carecem de credibilidade e em alguns casos, de legitimidade. Para entender por que prevalecem essas características, e sinalizar a solidificação da construção democrática, é necessário examinar a percepção dos brasileiros a respeito dos principais problemas do país.

É possível observar, através das abordagens teóricas dos estudiosos da cultura política, que ela está relacionada à transmissão de valores políticos e com a legitimação do funcionamento de instituições políticas. Em Brotto (2009)¹⁹ constata-se que apesar da discussão sobre o fortalecimento e consolidação de uma cultura política democrática, de caráter participativo no Brasil, convive-se ainda com uma cultura política que valoriza ações individualistas, de caráter fragmentado de pouco capital social. Sendo assim, o cenário democrático brasileiro é de elevada complexidade e desigualdade social, apresentando-se permeado de relações de mando e subserviência, trazendo em seu bojo, entre os principais desafios: compatibilizar a perspectiva democrática às exigências do cenário e das relações político-partidárias e demonstrar que suas políticas possibilitam resultados mais eficazes. Para o autor, o Brasil caracteriza-se como uma sociedade que apesar de ter superado o regime democrático, não superou as tendências tradicionais de fazer política.

É fundamental entender a lógica de formação de crenças a respeito da política, para gerar subsídios para a compreensão da ambivalência que a democracia brasileira enfrenta, bem como superá-lo por meio da construção de uma base normativa de apoio à democracia e ao mesmo tempo, a criação de capital social.

¹⁹ Professor Assistente do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO, Mestre e Doutorando em Serviço Social pela PUC-Rio.

6.2 JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Quem se sente fascinado pelo mar acaba por descobrir as maneiras de construir barcos e navegar. Se o mar não me fascina, se ele me dá medo, porque razão haveria de querer aprender a arte de construir barcos e de navegar? É o fascínio que acorda a inteligência. O conhecimento surge sempre no desafio do desconhecido. Essa frase deveria estar escrita em algum livro de psicologia da aprendizagem. Pena que eles digam muito sobre a ciência de construir navios e nada sobre o fascínio de navegar [...] (RUBEM ALVES).

6.2.1 Desigualdades, Carências e Oportunidades para Participação

Existe convergência entre juventude e desenvolvimento. Essa relação é explicada pelo relatório da CEPAL (2008), através de alguns dados regionais: os jovens têm em média mais anos de escolaridade que os adultos o que interfere na facilidade de acesso às novas tecnologias da comunicação, informação e do conhecimento. A dinâmica populacional demonstra a proporção de jovens tende a diminuir em muitos países, o que possivelmente melhorará sua situação em relação à oferta e demanda em educação, saúde e empregabilidade.

Os jovens pelas peculiaridades típicas da idade são mais ágeis e dinâmicos, o que favorece alterações em suas trajetórias de vida em busca de novas oportunidades. Têm mais volubilidade e energia, aceitando melhor as evoluções e mudanças culturais e os novos modelos organizacionais.

No entanto, a juventude também vive alguns problemas que são históricos, outros mais atuais. Entre eles podemos citar que, em proporção ao seu nível educacional, os jovens enfrentam os maiores índices de desemprego e recebem os menores salários. É o grupo da população que mais morre por causas externas e registram altos níveis de homicídios em vários países da região. Devido à ineficiência das políticas públicas, os altos índices de maternidade na adolescência, a violência e o uso excessivo de drogas, são alguns dos desafios enfrentados (CEPAL, 2008).

Entre os mais jovens o desenvolvimento de capacidades, o acesso a oportunidades e a exposição a riscos estão relacionados por níveis de renda, distribuição geográfica, racial e de gênero. Em relação à migração, muitos sofrem pela falta de direitos, trabalhos precários e tráfico de drogas.

Enfim, para o Relatório da Cepal (2008), adverte que os jovens não sentem identificação com o sistema representativo e com o aparelho do estado. Denuncia os critérios setoriais, as lógicas corporativistas e as burocracias consolidadas na maioria dos países da região, porque esses aspectos dificultam as suas demandas.

As pesquisas sobre as prioridades juvenis revelam que apenas 4% consideram fundamental a participação ou liderança em movimentos pela transformação política no Brasil. Entre os favoritismos nessa relação de importância estão: a necessidade de ter mais trabalho e estudar e ter diploma universitário (IBASE, 2008).

Esses mesmos estudos mostram que para os jovens o que é mais importante para transformar o país são as políticas governamentais, a mudança do sistema econômico, o esforço pessoal, o reconhecimento da importância da vida familiar. Apenas 4% reconhecem que a atuação e pressão das organizações sociais seriam boas alternativas para provocar as mudanças necessárias no Brasil. Portanto, os dados apresentados indicam um cenário preocupante para a participação política na juventude.

Nos últimos anos no Brasil, se instaurou o conceito de que o país vive democracia plena, com regras, procedimentos e eleições regulares que organizam a vida política, num processo de transparência. Porém isso não representa condição suficiente para explicar a complexidade do processo político. Novos padrões de participação surgiram na política formal, mas isso não tem garantido efetivamente a participação social.

Embora a democratização brasileira seja recente, com um período curto para se efetuar análise conclusiva sobre possíveis mudanças de valores e comportamento, revela-se que o país já tem pelo menos uma geração socializada sob a influência das instituições democráticas. Partidos, eleições, direitos civis e políticos fazem já parte da história de vida dos atuais jovens brasileiros desde suas primeiras experiências sociais e políticas.

Esse novo contexto de arranjos políticos cria um forte viés de mobilizações também de cunho social e cultural, denominados de *novos movimentos sociais*. Esse fenômeno desafia os pesquisadores contemporâneos na compreensão de como realmente funcionam as “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e

cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p.13).

As peculiaridades históricas da sociedade brasileira, talvez possam contribuir para a compreensão deste fenômeno:

Provavelmente devido ao caráter semiperiférico da sociedade brasileira, combinam-se nela movimentos semelhantes aos que são típicos dos países centrais (movimento ecológico, movimento feminista – ainda que as reivindicações concretas sejam distintas), com movimentos próprios orientados para a reivindicação da democracia e das necessidades básicas (comunidades eclesiais de base, movimento dos sem-terra, movimento dos favelados) (SANTOS, 2006, p.265).

Um elemento relevante no contexto dos *novos movimentos sociais*, foi a crise econômica do Brasil, influenciada pelo “choque do petróleo” em meados de 1970, que acentuou as divergências que cindiam os militares enquanto bloco de poder hegemônico. A partir de 1974, foi possível acompanhar um longo período de corrosão do regime militar, que acabou por assumir a retórica da abertura política e postergou o fim da ditadura no Brasil (OLIVEIRA; MARINHO, 2012, p.132).

Mesmo com a possível indefinição do impacto que os *novos movimentos sociais* do Brasil estão produzindo ou irão produzir, é possível elencar alguns desses movimentos que são importantes na história da recente democracia brasileira, especialmente envolvendo os jovens.

O movimento das “Diretas já”, teve seu embrião no ano de 1979, quando o regime militar abriu precedentes para o retorno de algumas liberdades políticas no país. A reforma política possibilitou a formação de novos partidos, expandindo o direito de expressão política no Brasil. No ano de 1982, diferentes partidos disputaram eleições para governos estaduais e municipais, criando um novo quadro, que fortaleceu a oposição ao governo e criou uma forte articulação política para que se instituísse o voto direto na escolha do Presidente da República²⁰.

Deflagrada em abril de 1983, ano que se iniciou o debate acerca da sucessão presidencial, a campanha pelas eleições diretas ganhou fôlego a partir de janeiro de 1984, a vésperas da votação da proposta de emenda constitucional do Deputado Federal Dante de Oliveira/PMDB-GO, que determinava o restabelecimento de

²⁰FONTE: www.brasilecola.com, disponível em 12.02.2012.

eleições diretas para presidente em 1985. Reunindo um número cada vez mais expressivo de participantes, tornar-se-ia o coroamento de um processo de organização, conscientização e fortalecimento da sociedade civil (OLIVEIRA; MARINHO, 2012).

O movimento das Diretas Já de 1984 foi considerado por Delgado (2007) o maior movimento cívico-popular da história do Brasil:

O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre a bandeira política democrática e aspiração coletiva, que transformou o ano de 1984 em marco da única campanha popular brasileira que, segundo Ronaldo Costa Couto, nasceu no Parlamento. Campanha ampliada pela ação de partidos políticos de diferentes segmentos e organizações da sociedade (DELGADO, 2007, p.413).

Esse movimento histórico, mesmo fortalecido pelos partidos políticos, teve importantes representações na sociedade brasileira, sendo que muitas delas, encabeçadas por jovens cidadãos.

O direito de voto aos adolescentes, garantido pela Constituição de 1988, apesar de ser facultativo, garantiu que mais de 50% os jovens nesta faixa etária votassem. Parte considerável da juventude optou por Collor, que representava os grupos conservadores e da elite nacional, o que embora representasse um paradoxo em relação aos jovens militantes mais aguerridos, demonstrou que, via de regra, eles eram minoria dentro do universo juvenil (DIAS, 2008).

Para Dias (2008), a preferência por Collor entre os jovens, estava baseada numa frágil estratégia eleitoral de modernização, que não era real, que acabou alavancando o movimento do *impeachment*:

Collor recebeu o voto de milhões de jovens, que estreando no cenário político sentiram-se traídos ao perceberem que apesar do discurso modernizante e inovador, Collor representava, na realidade, a velha política tradicional de favorecimento e corrupção. Desta forma, em 1992 surgem as primeiras denúncias de corrupção do presidente, uma parcela destes jovens considerou-se enganados e, quando o movimento *impeachment* surge como alternativa viável, sentem-se compelidos a participar (DIAS, 2008, p.2)

Um segundo movimento social contemporâneo que foi significativo pela representatividade juvenil, foi o movimento “Caras Pintadas” cujas raízes podem ser analisadas a partir da década de 1980. Além da frustração social em relação ao

governo Collor, outras variáveis são consideradas para a repercussão desse movimento. Entre elas, podemos citar, por exemplo, a influência dos meios de comunicação:

Quando as manifestações políticas pró-*impeachment* começaram, os vários meios de comunicação de massas, já tinham, de forma geral, sua posição preestabelecida, dando destaque ou não, de acordo com seus compromissos (DIAS, 2008, p.4).

É possível perceber claramente a importância dos meios de comunicação de massas na formação no movimento “caras-pintadas”, porém quando o movimento cresceu, coube a imprensa apenas acompanhar e dar visibilidade às manifestações:

Show, carnaval e manifestação política deixavam de ser autoexcludentes. Na própria fala da imprensa este enfoque demonstra que a imprensa teve que acompanhar as grandes manifestações da opinião pública, sob pena de cair no descrédito. Ao mesmo tempo, formadora de opinião e expressão do público leitor, a imprensa acaba sofrendo os influxos dos grandes eventos coletivos.” (EUGÊNIO, 1994, p.294)

Corroborando com este pensamento, a opinião de outro estudioso do tema, quando destaca a importância desta mobilização, independente das motivações implícitas:

Não queremos tampouco cair no ceticismo de atribuir o fenômeno dos caras-pintadas somente à manipulação pela mídia ou pelos partidos políticos. Se existiu manipulação (de vários lados), também houve uma experiência orgânica importante, indicativa de mudanças estruturais e culturais, tanto nas vidas e perspectivas dos jovens, quanto na organização social e política da sociedade brasileira (MISCHE, 1997, p.138).

Tendo em vista a dimensão e a rapidez da divulgação, mobilização e organização desse movimento, existe a necessidade de *nova ótica teórica* para analisar a participação política dos jovens brasileiros. Para uma discussão mais abrangente, a análise sistemática das “redes” interpessoais e organizacionais, focalizando a “multivalência” dos discursos e das ações, pode possibilitar a descoberta de novos caminhos para a compreensão da reformulação da cultura política neste universo de ambiguidades e conflitos das interações sociais (MISCHE, 1997).

É possível considerar que essas “redes” estejam estreitamente relacionadas com a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação, que são extremamente atraentes, sobretudo para os jovens.

Outros movimentos ocorreram após 1992, mesmo não tendo a mesma intensidade que o movimento pelo *impeachment*. O movimento dos jovens pela ética talvez tenha se transformado e a Ação da Cidadania contra a fome e pela vida, os movimentos culturais na periferia, através da música e/ou esporte, são alguns exemplos. Neste sentido:

[...] devemos evitar que a construção da “memória histórica” desse movimento, seja elaborada sem dar “voz” aos sujeitos históricos. Devemos evitar que ela seja construída a partir de modelos tradicionais onde, normalmente, os movimentos populares não são percebidos ou considerados, exceto, para desfigurá-los. Sempre são caracterizados como alienados: parados são passivos; atuando são manipulados (DIAS, 2008, p.16)

O fenômeno mais recente de participação, envolvendo os jovens foi no ano de 2013. A crise foi deflagrada a partir da revolta com o aumento de passagens de ônibus coletivos em várias cidades e capitais brasileiras. Inicialmente as manifestações denunciavam a má qualidade do transporte público, porém as demandas pelas manifestações foram sendo ampliadas: reivindicava o fim da corrupção, a diminuição de impostos a reforma agrária, as demarcações de terras indígenas, a melhoria dos serviços públicos na educação e saúde, o fim da impunidade no Brasil.

Analistas, governos, políticos, imprensa, todos ficaram perplexos com os acontecimentos. As manifestações foram gigantescas. Alcançaram adesão de um público de até 700 mil pessoas em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Proporções que não ocorriam desde o *impeachment* do ex-presidente Collor em 1992 (MENEGAT, 2013).

Também no caso desses movimentos, o perfil dos manifestantes expressa os conceitos dos novos movimentos sociais no Brasil. São grupos compostos inicialmente por estudantes universitários que discutem e se organizam através das redes sociais. O movimento cresceu e obteve o apoio de outros jovens trabalhadores, ampliando-se a toda a população. O movimento pode ser classificado

como “uma manifestação massivamente estudantil, de jovens trabalhadores e da classe média brasileira” (MENEGAT, 2013, p.2).

É importante analisar como se construiu a relação desse movimento com as novas tecnologias e com o atual contexto socioeconômico no Brasil:

Um novo tipo de sublevação surge com o advento das tecnologias da informação e as redes sociais da internet. As convocações ocorrem por efeito cascata e são simultâneas para vários tipos de grupos sociais. Esses jovens estão teclando desde a campanha de reeleição de Lula, que iniciou a era da internet na política brasileira. As ruas ficaram mais de 20 anos vazias de manifestantes e, de repente, eles organizaram pelos teclados dos computadores a ocupação das ruas. É uma nova geração com novos métodos e pautas. Ela tem o desafio de ocupar as ruas das grandes metrópoles, onde reina o medo da violência urbana entre tantos outros medos. Muitos jovens vão para a rua desafiando seus pais, traços típicos das rebeliões juvenis (MENEGAT, 2013, p.4)

As recentes mobilizações no Brasil representam novas maneiras de mobilização e protesto, distante das formas tradicionais dos sindicatos ou dos partidos políticos. Os protestos estão relacionados com os problemas cotidianos do brasileiro e seu modo de ver o mundo (ZIBECHI, 2013).

Neste sentido, reflexões mais complexas devem ampliar esta discussão:

Al principio giraron em torno al problema inmediato que deflagró las acciones: el aumento del precio del transporte urbano, la mala calidad del mismo y los problemas que ocasiona a los usuarios. Poco a poco se fueron instalando reflexiones más complejas que incluyeron la insatisfacción de amplias capas de la población con la vida cotidiana. Aun reconociendo que em la última década los ingresos de las familias crecieron de forma sostenida, la insatisfacción que produce la inclusión a través del consumo y la pervivencia de la desigualdad, están em la base de reflexiones estimulantes (ZIBECHI, 2013, p. 15)

Ainda de maneira imprecisa, os estudiosos tentam explicar as causas da ampliação das manifestações formadas por jovens com uma concepção política, ainda que não necessariamente partidária outros com afinidades anarquistas, autonomistas ou de partidos de esquerda, entre outros, que iniciaram em junho de 2013. Embora as manifestações na rua tenham um conteúdo heterogêneo, polissêmico, expressam claras conexões entre os temas relacionados à

precariedade do trabalho no Brasil, as ricas transversalidades existentes entre as classes sociais, gênero, gerações e etnias.

Na verdade, estamos diante da ruidosa transformação de uma inquietação social latente e difusa em uma aberta, a despeito de ainda inorgânica, insatisfação (ANTUNES, 2013).

O que fica evidente neste cenário é que o atual ciclo de mobilizações no Brasil necessita de organização entre os setores mais jovens da sociedade para que o estigma do vandalismo e da violência não assuma um papel determinante:

Ao mesmo tempo, devemos evitar a redução das lutas à estetização vazia da política: O grande problema do “Black Bloc”²¹ não é que sua estratégia de manifestação contra agências bancárias e lojas de marca atraia a repressão policial. A questão é que este tipo de ação direta fatalmente afasta a massa de trabalhadores da maioria dos manifestantes (ARRUDA, 2014).

Contudo,

[...] apesar do futuro ainda ser um tanto quanto turvo e incerto para o atual ciclo de mobilizações, uma coisa está clara no horizonte brasileiro: as duas décadas de letargia política ficaram para trás (BRAGA, 2013, p. 59)

O avanço na engenharia institucional é essencial para a construção de uma cultura política participativa, mas devemos considerar a compreensão do papel que a história, a cultura política e o próprio ser humano exercem na configuração das representações políticas dos cidadãos (BAQUERO, 2007).

É uma análise que envolve diferentes agentes em diferentes contextos:

A participação política caracteriza-se pelas ações coletivas ou individuais, de apoio ou de pressão, que são direcionados a selecionar governos e a influenciar as decisões tomadas por eles (AMORIN, 2007, p.369)

No caso brasileiro, podemos considerar que indivíduos com idades distintas tiveram diferentes experiências de socialização política em decorrência das

²¹ Black Blocs – são um dos elementos mais polarizadores da série de protestos que desde meados de 2013 aconteceram no Brasil. Esse grupo tem como ideologia o questionamento à ordem vigente. Sua principal arma é promover dano material. Seus alvos costumam ser bancos, empresas e sedes de instituições públicas. “Os Black Blocs não agridem as pessoas, mas símbolos do poder. Eles não se consideram violentos, porque entendem que um objeto não é vítima de violência. Para eles, violenta é a polícia, que agride os manifestantes e, ao mesmo tempo, protege o patrimônio dos bancos”, afirma o Cientista Político PEDRO FASSINI ARRUDA, da PUC/SP. Acesso em www.diariocentrodomundo.com.br, em 22.01.2014.

mudanças institucionais ocorridas no Brasil nas últimas décadas. Indivíduos que atualmente são jovens viveram sob o contexto das instituições democráticas desde seu nascimento, ao passo que aqueles agrupados em faixas etárias mais elevadas, passaram por experiências de viverem sob o domínio de um desenho institucional autoritário (RIBEIRO, 2007).

Mesmo considerando que os indivíduos mais velhos tenham vivenciado outras formas de governo, que não somente a democracia, esse raciocínio não invalida a tese de Rokeach (1968), de que após as duas primeiras décadas de socialização, os valores e crenças tendem a estarem mais consolidados e as mudanças a serem mais sutis. Porém, é coerente afirmar que os efeitos da democracia, que pressupõe mais participação, verificada entre os jovens seja maior do que a encontrada nos demais grupos etários. Ou seja, tomando como verdade que a afirmação de que as instituições democráticas favorecem o desenvolvimento de valores democráticos nos cidadãos que vivem sob sua influência, podemos supor a existência de bases de participação política entre os jovens.

Contudo, sobre a participação política dos jovens é possível perceber alguns aspectos interessantes, às vezes controversos, acerca dos temas que envolvem participação. Um estudo realizado por Ribeiro (2007), sobre as experiências de socialização política dos jovens, que viveram intensamente a transição ou a totalidade democrática, demonstrou que essa experiência democrática não produziu efeitos verificáveis no sentido do estabelecimento de uma postura mais congruente com a consolidação e aprofundamento deste sistema político.

Outro exemplo que podemos citar é a pesquisa, que procurou saber sobre o envolvimento dos jovens com movimentos sociais e comunitários. Frente à pergunta: *“Você já participou de algum movimento ou reunião para melhorar a vida no seu bairro ou na sua cidade?”*, 18,5% dos entrevistados responderam que sim e 80,6% disseram que não. Verificou-se predomínio participativo comunitários dos jovens mais velhos, na faixa etária dos 21 a 24 anos, em comparação aos mais jovens, dos 15 aos 17 anos. Entre os jovens que afirmaram participação social, perguntou-se sobre a natureza dessa mobilização. Em média, as principais expectativas se direcionaram as conquistas ou melhorias nas áreas de lazer, educação e segurança (IBASE, 2004).

Outros aspectos interessantes estão relacionados à sutil correlação, positiva e baixa, que indica a existência de uma associação entre os mais jovens e a participação em instituições de ativismo voluntário, com variáveis de questões ambientais, artísticas e/ou educacionais. Também nesse quesito, as faixas etárias mais jovens não demonstram uma postura mais cívica. Apesar de uma associação discreta, a elevação na idade tende a ser acompanhada de aumento no ativismo.

Resultados como estes, demonstram a variedade de fatores que devem ser analisados diante da complexidade do tema que envolve participação política e juventude. Diferentes aspectos devem ser correlacionados para a interpretação mais eficiente dos resultados, pois as análises indicam que os contextos sociais, econômicos e políticos têm relevância.

É necessário considerar alguns avanços, entre eles, que a temática do emprego de jovens foi reconhecida como uma prioridade na Agenda Hemisférica para a Promoção do Trabalho Decente, apresentada pela OIT na XVI Reunião Regional Americana em 2006, tendo respaldo das delegações tripartites presentes. Nesta ocasião, definiu-se como objetivo central – em relação à juventude - promover sua maior formação e inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, o Relatório posiciona-se, tendo observado que quase metade dos desempregados do mundo são jovens e se comprometeram:

Estamos decididos a integrar o emprego juvenil nas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento: a elaborar políticas e programas para melhorar a capacidade de emprego dos jovens, através da educação, capacitação e formação contínuas, de acordo com as exigências do mercado de trabalho; e a promover o acesso ao trabalho por meio de políticas integradas que propiciem a criação de novos empregos e de qualidade para os jovens, e facilitem o acesso a eles, por meio de iniciativas de informação e capacitação (BRASIL, 2010, p.14).

Os dois princípios básicos que norteiam os regimes democráticos são a representatividade e a responsividade. O primeiro, a representatividade, já está garantido em lei. Mas, o segundo princípio, a responsividade, é representado pela participação, pela identificação e pela capacidade dos cidadãos em se compreenderem como agentes políticos importantes na vida pública (MANIN; PREWORSKI; STOKES, 1999).

O princípio da participação via responsividade é o mais complexo de análise. Partindo do princípio da importância da participação política dos cidadãos, a Rede Interamericana para a Democracia criou o Índice de Participação Cidadã²² (IPC) que é elaborado a partir de três indicadores:

- a) Participação através dos canais formais e informais da política, incluindo partidos políticos, reuniões políticas, sindicatos, entidades religiosas e comunitárias;
- b) Participação através da opinião pública que envolve o envio de artigos ou cartas aos meios de comunicação a fim de expressar opiniões e reivindicações, fazer denúncias ou tentar solucionar problemas individuais ou coletivos;
- c) Participação eleitoral, avaliada pela predisposição dos cidadãos em participar de eleições e referendos, de partidos políticos e audiências públicas.

No Brasil é destacável uma ampla predisposição a participar de processos eleitorais, mas também se observam altos índices de participação direta em organizações políticas, religiosas, sindicais e sociais e um elevado interesse em participar dos processos de formação da opinião pública através de mecanismos de reclamo e opinião (IPC, 2005).

As atividades religiosas e comunitárias são as que apresentam os melhores índices. Também a participação sindical apresentou importante relevância no Brasil. Isso demonstra a construção de valores como a solidariedade e a cooperação, mas também demonstrou um amplo sentimento de utilidade e sentido de responsabilidade popular.

Entre os tipos de participação incluídos para a medição do IPC, podem se diferenciar três dimensões fundamentais e a primeira instância participativa identificável é a do protagonismo direto. Os participantes são protagonistas do destino da comunidade ou de um projeto coletivo. Conceitos como identidade, pertença, compromisso, militância, voluntariado, solidariedade e responsabilidade social, são valores agregados destes tipos de análises (IPC, 2005).

Os âmbitos destas formas de participação direta podem ser diversos, como, por exemplo, partidos e movimentos político, ONGs dedicadas a temas de incidência coletiva, atividades em torno de organizações religiosas, organizações comunitárias ou de bairros, até manifestações ou mobilizações de ruas. Este tipo de participação

²²A elaboração de um Índice de Participação Cidadã (IPC) é um dos projetos centrais da Rede Interamericana para a Democracia (RID). Trata-se de um instrumento orientado à avaliação periódica e sistemática dos âmbitos e níveis de participação cidadã na região.

cidadã, por sua vez, reconhece diferentes intensidades que dependerão da quantidade e qualidade do compromisso individual com seu âmbito de incidência (IPC, 2005).

Uma segunda instância de participação, segundo o IPC (2005), é aquela que se veicula através da opinião e o reclamo. As modalidades deste tipo de participação podem ser múltiplas, como, por exemplo, enviar artigos ou cartas a meios de comunicação com o fim de dar a conhecer sua opinião, fazer uma denúncia ou tentar solucionar um problema. Finalmente, um terceiro tipo de participação, é a da clássica participação republicana nos processos eleitorais formais e nos novos procedimentos de democracia semidiretas.

Em relação à participação, o Brasil apresenta uma pontuação de quatro pontos, localizando-se logo depois de República Dominicana (4.2), no segundo lugar em importância em relação à participação direta em organizações. No segundo tipo de participação, vinculada à participação na formação de opinião pública o Brasil apresentou três pontos, localizando-se atrasado em relação às sociedades do México e Bolívia que encabeçam esta categoria (IPC, 2005).

Ainda em relação ao IPC (2005), o Brasil adquire especial importância no terceiro tipo de participação estudada: a participação eleitoral (7.9). Neste caso, o país se distancia positivamente do restante dos países pesquisados. Só o Peru (7.3) e México (7.1) superam os sete pontos. Todos estes valores estão graduados em uma escala onde um é o mínimo possível e dez é a pontuação máxima. Porém, neste quesito, há de se considerar a obrigatoriedade do voto.

A discussão atual que se coloca é como motivar os cidadãos para o envolvimento político. O exercício da participação política começa em micro esferas da vida social, tomando, depois uma dimensão mais ampla na vida do cidadão. Quanto mais os indivíduos participam, mais qualificados se tornam para fazê-lo (PATERMAN, 1992).

Dentro desta perspectiva algumas reflexões são importantes: como alcançar maior participação sem que haja uma mudança na consciência do povo nas condições de desigualdade social? Como efetivar as mudanças na consciência do povo e nas condições de desigualdade sem o aumento da participação? Como sair desse círculo vicioso? Considerando que a apatia política é um alto custo social, especialmente para as causas ambientais e sociais (MACPHERSON, 1978).

O risco do regime democrático é a insatisfação da população com o desempenho das instituições políticas, devido aos altos índices da desigualdade, pobreza e exclusão social. A qualidade do serviço público e com o desempenho governamental, somados as constantes denúncias de corrupção, são as principais justificativas para a insatisfação da população em relação ao regime democrático. É possível que esse sentimento de insatisfação com o regime democrático tenha alavancado no Brasil as novas formas de participação política (PNUD, 2004).

A pesquisa de 2004 do Movimento Pelo Voto Consciente²³ exemplificou as novas formas de participação política e demonstrou que a participação social do brasileiro está atrelada à religião e à benevolência e que a mudança social e a defesa de interesses políticos não envolvem uma parcela significativa da população. Os resultados do estudo revelaram que o cidadão brasileiro está distante de participação ativa na sociedade.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, a participação efetiva dos indivíduos em ações sustentáveis, na gestão pública e na luta por direitos é o diferencial capaz de alterar os quadros de pobreza e de desigualdade que assombram países como o Brasil²⁴.

O encaminhamento de novas formas de intermediação de interesses, fundada na horizontalidade, transparência e na descentralização, tem por objetivo a superação das práticas clientelistas que são pautadas em relações verticais, assimétricas e hierárquicas, responsáveis pela fragmentação política. Nesse sentido os estudos sobre participação política e cultura política têm por objetivo verificar a existência de padrões atitudinais sobre o apoio e à adesão dos cidadãos aos princípios democráticos.

Essas novas formas de participação no Brasil caracterizam-se por serem mais flexíveis e igualitárias, pois exigem maior transparência e eficácia nas ações governamentais. Possuem uma meta importante, que é a inclusão social e a cidadania, transformando as antigas práticas sociais e favorecendo o reconhecimento dos direitos.

²³O Movimento pelo Voto Consciente é uma OSCIP – Organização Social de Interesse Público, desde 2006. Tem como objetivos, o controle social, o trabalho da educação política para o exercício da cidadania a todos os cidadãos e o fortalecimento da democracia.

²⁴ONU. La Democracia em América Latina. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2004.

As novas formas de participação política buscam contemplar os interesses sociais diversos, contribuindo para a criação de uma nova gramática social e política – capaz de mudar as relações na sociedade, articulada a uma nova institucionalidade que vislumbre novas formas de participação e promoção da cidadania (SANTOS, 2002).

Portanto, analisar a maneira como as pessoas internalizam as normas, as crenças e os valores políticos constitui-se tema importante para a compreensão dos principais aspectos da cidadania e da motivação para a participação política.

6.2.2 Cultura Política Local: História, Cultura e a Situação Socioeconômica do Estado de Roraima e do Município de Boa Vista

Existe uma discussão na Ciência Política que admite que estudar os valores culturais é objeto importante para a investigação do processo político. Essa asserção torna-se proficiente, na medida em que se reconhece que, além das instituições, os aspectos culturais contribuem para o fortalecimento da democracia.

Nesse sentido, estudos sobre a história e o contexto socioeconômico do Estado de Roraima e de Boa Vista, a capital, é uma condição básica para compreender a política local e as relações de poder que se estabelecem entre os cidadãos, na esfera estadual e municipal, pois possibilitam algumas respostas das questões que embasam a discussão sobre a conjuntura política roraimense.

Partindo do argumento de que o município é a primeira unidade de análise e que a qualidade da democracia está relacionada com a formação dos valores, das normas e atitudes políticas dos cidadãos, busca-se caracterizar aspectos da história e do contexto socioeconômico que possam ser relacionados com o sistema político local na atualidade.

A história dessa unidade da federação é muito recente e, pela própria caracterização geográfica, - Amazônia Ocidental e tríplice fronteira – suscita, em sua complexidade, algumas peculiaridades.

O Estado de Roraima está situado no extremo Norte do país e faz fronteira ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana; ao Sul com os estados do Amazonas e Pará; ao Leste com a República Cooperativista da Guiana; e a Oeste com o Estado do Amazonas e a República

Bolivariana da Venezuela. Abriga o ponto mais setentrional do Brasil, o Monte Caburaí. Roraima tem a maior parte de seu território no hemisfério norte. O clima é equatorial, quente e úmido. Mais de 60% da área do Estado é coberta pela Floresta Amazônica (ISA, 2011).

A história deste Estado inicia-se no século XVIII, quando a região do vale do Rio Branco foi encontrada pelos lusitanos. Pelo Rio Branco, o principal curso d'água da região, que chegaram os primeiros colonizadores portugueses. Nesta época os Espanhóis e Neerlandeses²⁵ já promoviam invasões, através da Venezuela e da Guiana no território que era colônia de Portugal. Porém, os portugueses reagiram, derrotando e expulsando os invasores, estabelecendo a soberania portuguesa²⁶.

Embora não tenha aguçado, a princípio, o interesse dos portugueses, quando da chegada da família real ao Brasil, a região foi bastante cobiçada pelos ingleses, neerlandeses e espanhóis.

O início da colonização luso-portuguesa, no então território, foi marcado pela construção do forte São Joaquim, um marco da soberania portuguesa. A Igreja Católica tornou-se importante nesta história de colonização, pois o território era habitado por milhares de indígenas e o seu aldeamento pelos missionários facilitava o controle da região pelas autoridades portuguesas. A Igreja Católica era aliada do Estado Português – o que inicialmente facilitou o processo de colonização. Porém, não eliminou os conflitos entre as populações indígenas e não-indígenas (CHAVES, 2008).

A cobiça à região justificava-se pela presença dos indígenas (mão-de-obra escrava) e pelas riquezas naturais. Nesta época foram construídos três povoados – onde os índios foram forçados a habitar, mas não houve progresso. A economia local, no final do século XVIII, era alicerçada pela criação de gado – dadas as condições geográficas da região, com objetivo de manter o homem “civilizado”²⁷ naquele lugar.

²⁵Em neerlandês: *Nederland*, literalmente “país baixo”. É uma nação constituinte do reino dos Países Baixos, localizada na Europa ocidental. Os países baixos são frequentemente chamados de Holanda, o que é tecnicamente impreciso, já que as Holandas do Norte e do Sul são duas de suas doze províncias. Neerlandês é o gentílico não-ambíguo, alternativo.

²⁶Origem: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Acesso em 03 de novembro de 2013.

²⁷Civilizar tornou-se, a partir de meados do século XIX, a peça central da doutrina colonial europeia em relação aos territórios ultramarinos. Na senda de outros impérios, Portugal adoptou, como parte integrante da sua estratégia governativa, a missão política de civilizar os povos indígenas. O conceito de ‘civilização’ combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade da cultura portuguesa e a possibilidade de as culturas ‘outras’ poderem melhorar as suas qualidades fruto deste encontro.

No final do século XIX, o processo de ocupação deu-se a partir de fazendas, cujo objetivo era criar uma frente pecuarista, porém ocupando importantes áreas indígenas. No início do século XX, as fazendas de gado continuaram avançando sobre as áreas indígenas. O resultado desse processo de expansão da atividade pecuária sobre as áreas indígenas foi o “deslocamento voluntário das etnias para locais isolados, principalmente do lado guianense, atestado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nos anos de 1920” (DORO FILHO, 2009, p.6).

Em 1943, o então Presidente da República Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro, criou cinco Territórios Federais: Guaporé (atual estado de Rondônia), Amapá, Ponta Porã (extinto em 1946), Iguaçu (extinto em 1946) e o Território do Rio Branco (antecessor do atual Estado de Roraima). Esses Territórios Federais vieram se somar aos dois Territórios Federais já existentes: Fernando de Noronha e o Acre. Os governadores dos territórios eram nomeados pelo Presidente da República.

Entre os primeiros atos do governo do Território do Rio Branco foram tomadas várias medidas para incentivar a ocupação da região, entre elas, destaca-se a criação de três colônias agrícolas, para que fossem povoadas. O objetivo era garantir a posse da região para o Brasil. Para tanto, um decreto federal declarava a região como “área de segurança nacional” (CHAVES, 2008, p.4).

Apesar de não apresentarem os resultados imediatos esperados, as medidas do governo Vargas permitiram a abertura de um novo fluxo migratório incentivado e patrocinado pelo governo federal. Foi iniciada a construção da BR 174 e foram criadas colônias agrícolas. O Nordeste foi o motor da explosão demográfica da época, pois a dificuldade de obter terras naquela região contrapunha-se às “facilidades oferecidas pelo governo federal aos camponeses que fossem para Roraima” (CHAVES, 2008).

No dia 13 de dezembro de 1962, por meio do Decreto-Lei nº 4.182, o Território do Rio Branco passou a denominar-se Território de Roraima. Durante as décadas de 1960-1970, os militares ampliam a infraestrutura da região, com objetivo de dar melhores condições para o desenvolvimento da região. Através do suporte de infraestrutura, os pequenos empresários e trabalhadores puderam se estabelecer com melhores perspectivas na região.

Tanto a criação do Território Federal de Rio Branco, em 1943, como a do Território Federal de Roraima, em 1962, sempre atenderam à lógica da ocupação populacional como forma de garantir a presença brasileira e estabelecer um elo com a população indígena, buscando obter certo grau de desenvolvimento econômico. Porém, apesar dos esforços dos governos, não se obteve o êxito desejado (CHAVES, 2008).

Entre as peculiaridades políticas da história do Território de Roraima, cabe destacar a chegada dos militares ao poder, em 1964. Enquanto Território, a autonomia política em Roraima era bastante limitada. Nos Territórios Federais, não havia eleições para governadores nem para prefeitos e os mandatos não tinham duração definida. Os ocupantes do poder executivo eram nomeados aos cargos diretamente pelo Presidente da República e os prefeitos, pelo governador. Os governantes indicados à época eram da Força Aérea Brasileira e a população não possuía nenhuma influência nas escolhas dos nomeados. Pode-se perceber pelas interpretações dadas a essa realidade no decorrer da história de Roraima, que tal situação influenciou na compreensão do que é a política para população local. (MARTINS, 2010, p. 22).

Sobre as “Memórias do Regime Militar”, destaca-se a identidade coletiva da população roraimense oriunda desse período:

Ainda que não tenha alterado de forma significativa o quadro da organização política do Território, o regime militar deixou marcar visíveis em Roraima. Somente neste período a região passou a ser ligada, por via terrestre ao restante do país. Atividades econômicas, como a exploração madeireira e aurífera, ganharam importância em paralelo às grandes alterações nas formas de ocupação do espaço de fronteira clássica, em que para além das graves disputas pela terra, estabeleceram-se também contendas pela memória e pela identidade coletiva (MARTINS, 2010, p.23).

Na década de 1970 em Roraima, os governadores militares tinham consciência da necessidade de cooptar lideranças locais para compor uma nova relação de poder. Para isso, usaram de diferentes estratégias, que iam desde a tradicional distribuição de cargos públicos até o apoio estatal a determinadas atividades privadas, passando pelo auxílio a jovens estudantes que buscavam formação em outras unidades da federação (SANTOS, 2004).

Nesse sentido, percebe-se que os jovens à época eram neutralizados para evitar uma possível oposição aos governos através benesses recebidas, como o financiamento dos estudos, atividades culturais, homenagens, prêmios e incentivo aos esportes, tudo financiado pelo ente estatal. Com esse tipo de postura, o governo promovia uma aproximação com setores cada vez mais amplos da juventude roraimense, que via vantagens em se associar a tal processo (MARTINS, 2010).

Em meados da década de 1980, o garimpo ganha impulso e Roraima passa por um momento de explosão populacional. Naquela década, também foram criados oito municípios. No oeste de Roraima eram incontáveis as regiões onde foi possível encontrar ouro.

Palco de conflitos, massacre, exploração e progresso, o Estado foi município, território federal, e a partir de 1988 conquistou a categoria de Estado. As Disposições Transitórias da Constituição Brasileira, em 1988, torna o antigo Território Federal em Estado de Roraima. No entanto, foi necessário mais de um ano e meio para que a região ganhasse definitiva e democraticamente o direito de obter a denominação de “Estado”.

Entre 1991 e 1994, Roraima vivenciou uma etapa marcante na sua história com a estruturação administrativa e política do Estado. Em 1º de janeiro de 1991, toma posse, legalmente, o primeiro governador eleito da história do Estado e as práticas desse primeiro governo atraíram muitos imigrantes para Roraima.

O governo Ottomar Pinto (primeiro governador eleito de Roraima) foi “generoso” na distribuição de cestas de Natal, enxovais para bebês, redes e peixes na Semana Santa. Devido a esse contexto histórico, existe a hipótese de que essas práticas “paternalistas” sejam esperadas até hoje pela população, especialmente pelas pessoas de baixa escolaridade e renda:

A atuação de Ottomar Pinto no processo de ocupação de Roraima é incontestável, mesmo que revestida de objetivos eleitoreiros indisfarçáveis e de um certo caráter folclórico, que o tornou a figura política mais popular de Roraima (SOUZA, 2001, p.82)

Ainda no período de 1991 a 1994, a questão do garimpo era muito evidente, pois, mesmo na clandestinidade, atraía muitos migrantes para o Estado. Muitos deles que vieram para Roraima apontam este como um dos motivos para seus

deslocamentos. Podemos dizer que migrantes de todos os lugares constituíram o grande fluxo migratório para Roraima, sendo os maranhenses os mais significativos (RODRIGUES, 2008).

Importante salientar a rejeição que os migrantes que chegavam a Roraima na época sofriam. Em grande parte isso acontecia por conta dos problemas econômicos e sociais advindos dessa mudança, já que parte da população residente no Estado (as famílias tradicionais – os chamados “filhos da terra”) acreditava que eles eram os responsáveis pela deterioração da qualidade de vida daqueles que já estavam aqui. Os migrantes eram apontados como causadores de problemas que vão desde o surgimento dos desequilíbrios ambientais até o estreitamento do mercado de trabalho e a diminuição de renda. Desse modo, pode-se verificar que, realmente havia uma disputa pela configuração identitária de Roraima (MARTINS, 2010, p.38-40).

Roraima é um dos Estados com mais áreas indígenas demarcadas no Brasil, cobrindo 46,37% do território – no total de 104.018,00 Km². Terras estas, que somadas às da União, do Exército e de Preservação Ambiental assumem um espaço geográfico de aproximadamente 90% do Estado. Sendo assim, somente 9,99% do território são áreas efetivamente estaduais.

Em todo o Brasil, e especialmente em Roraima, os povos indígenas viveram um intenso período de organização política nas últimas décadas do século XX. No fim dos anos de 1970 a política indígena nacional ganhou notoriedade. Esses povos estabeleceram parcerias junto aos setores da igreja católica, às organizações não-governamentais de cunho social e ambientalista e os intelectuais ligadas às universidades e lutaram por seus direitos à terra. Em Roraima, pode-se verificar que a resistência indígena em termos clássicos teria mesmo ganhado corpo a partir daqueles anos, pois, se é verdade que os contatos interétnicos entre diversos grupos nativos da região já eram intensos, desde as primeiras entradas europeias na região do Vale do Rio Branco, não havia notícia entre eles para resistir organizadamente à entrada dos colonizadores.

Esse processo significou importante mudança nas formas de participação política dos grupos indígenas (CUNHA, 1998). Mas, outro aspecto importante deve-se considerar sobre a presença dos povos indígenas no Estado, a grande influência cultural na região. Etnias e comunidades, - apesar da magnitude com que a cultura

moderna se expande, ainda que aparentemente se reconfigure -, mantêm suas peculiaridades, sua condição de cultura distinta da nacional. O contato não inviabiliza a existência de uma cultura indígena, em alguns casos pode até ser conveniente à comunidade. Os indígenas vão à cidade, em busca de qualificação profissional, o que não os faz menos índios ou significa descaso com a própria cultura (VILHENA, 2010)²⁸.

A demarcação da área indígena da Raposa Serra do Sol, conduzida sob vários protestos, devido à sua abrangência “de forma contínua”²⁹, foi homologada em 15 de abril de 2005, por meio de Decreto Presidencial, quase três décadas depois que o processo de reconhecimento da área tinha iniciado. A discussão é importante para a região, porque se trata de um tema que discorre sobre os aspectos culturais, de segurança das fronteiras nacionais, de extinção de sedes de municípios e vilas, além da preocupação com o destino das várias fazendas produtoras de grãos.

A demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol representou um fato político marcante para Roraima, porque fortaleceu os movimentos indígenas na região e possibilitou a concretização de algumas demandas históricas ligadas à identidade dos povos, fortalecimento de lideranças e a conscientização sobre seus direitos, assegurados pelas leis brasileiras.

A maneira como a história de colonização em Roraima foi conduzida, marcada pela busca de ocupação de uma extensa área de tríplice fronteira, contribuíram também para o agravamento dos conflitos, pois as políticas de ocupação desconsideraram as áreas indígenas:

A iniciativa do Estado brasileiro foi a de ocupar a área desconsiderando a presença indígena, o que acabou por provocar um grave conflito entre índios e não-índios que ficou conhecido como o caso da demarcação da área da Raposa Serra do Sol, que chegou até à instância jurídica máxima do país, o STF. (CHAVES, 2008, p.7)

Embora o crescimento populacional, que ocorreu incentivado pelas diversas instâncias governamentais, não tenha levado em consideração a presença de

²⁸Uma leitura do Blog Impressões Amazônicas - Impressão 55, Comunidade/Aldeia Paraná – Etnia Ingaricó.

²⁹A demarcação de terras indígenas de maneira contínua é caracterizada pela demarcação como um todo, sendo necessário, a retirada dos não índios da referida área.

grupos indígenas tradicionais que habitam as terras do Estado de Roraima, desde o início do processo de colonização, os povos lutaram por seus direitos:

Em Roraima, as lutas do movimento indígena pela autonomia política e seus ambientes ancestrais, estão se tornando realidade. Entre elas, a mais esperada de todas, pelos índios ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangs e uapixanas de Roraima: a homologação da área Indígena Raposa serra do Sol, pelo Presidente Lula, para usufruto exclusivo desses índios. Mais uma batalha do movimento indígena, ganha, comprovando com isso, a autonomia política do movimento indígena em Roraima (COSTA FILHO; SANTOS, 2008, p.197).

Analisando a história da ocupação do Estado de Roraima, percebe-se que foi destinado um papel secundário aos povos indígenas e aos imigrantes que compõem a sociedade roraimense, havendo uma supervalorização dos pioneiros. A historiografia produzida pela elite local nega a importância do fazer democrático e da participação cidadã, forjando uma memória que, sutilmente, pretende justificar as formas excludentes de participação política na história de Roraima (MARTINS, 2010).

Além das questões indígenas, os dados socioeconômicos do Estado e, conseqüentemente do município, apresentam outros problemas relacionados ao seu desenvolvimento e à qualidade de vida da população. Atualmente 35% das famílias vivem em situação de pobreza em Roraima, com menos de ½ salário mínimo mensal per capita. A pobreza aumentou desde a década de 1990, quando o Estado tinha apenas 19% das famílias em situação de pobreza. Em Roraima, registra-se o maior índice de mortes por causas externas (22,5%), valor muito acima da média nacional (12,5%), com destaque para a violência do trânsito. Embora o índice de homicídios esteja abaixo da média nacional, ele afeta especialmente os jovens com até 19 anos e as mulheres. A violência e o trabalho escravo na zona rural são alguns dos atuais problemas no Estado (ISA, 2011).

Os dados socioambientais do Estado apresentam intenso impacto na capital, Boa Vista, que tem contingente populacional urbano de 314.900 mil habitantes (IBGE, 2014), o que corresponde a aproximadamente 65% da população total do Estado. Tornou-se o principal centro urbano do Estado a concentrar migrantes, principalmente nordestinos e indígenas, por se apresentar como o mais dinâmico e o que oferta maior quantidade de bens e serviços públicos e privados. Este cenário

colaborou para a carência significativa de concentração econômica na capital, mais que no restante do Estado.

A imigração em massa para Boa Vista começou em 1980, com a descoberta do garimpo e se estendeu por algumas décadas. Em 1950 a população era de aproximadamente 5.132 habitantes; enquanto em 2010 esse número chegou a 280 mil habitantes, caracterizando um quadro de urbanização rápido e intenso.

Atualmente a cidade de Boa Vista apresenta um quadro de desenvolvimento, com contornos de modernidade, mas os indicadores sociais são modestos. Na capital existem 22.952 famílias extremamente pobres (renda de até R\$70,00). O número de famílias beneficiadas com o Programa Federal Bolsa Família é de 22.892 e a estimativa total de famílias pobres cadastradas no município de Boa Vista é de 41.010 famílias, sendo que 1.043 dessas famílias residem em área rural ou indígena³⁰.

A população indígena também é representativa, especialmente nos bairros periféricos da cidade e mesmo não dispondo de critério censitário adequado para a população indígena urbana em Boa Vista, estima-se que esta cresceu muito ultimamente. Conforme o Centro de Atendimento a Migrantes na Cidade (CAMIC), da Diocese de Roraima e da Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), embora o número certo seja desconhecido, usando o critério da auto-identificação, essa população pode chegar aproximadamente a 30.000 ameríndios, considerando também o abrangente contingente de indígenas que migraram da República Cooperativista da Guyana (SOUZA, 2009).

Os indígenas migram para a capital Boa Vista, buscando melhoria nas suas condições sociais e devido ao choque cultural e a falta de preparo profissional, acabam se submetendo a subempregos, com atividades informais, como ambulantes ou empregados domésticos não registrados.

Paralelamente aos indígenas, tem ocorrido intenso fluxo de pessoas oriundas da República Cooperativista da Guiana em direção a Boa Vista, inserindo-se no mercado de trabalho também de maneira precária.

O estigma vivido pelos guianenses no município de Boa Vista suscita algumas reflexões:

³⁰Fonte: Dados obtidos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, setembro de 2013.

Mas quem são os guianenses estigmatizados de Boa Vista? São em geral trabalhadores urbanos vinculados ao mercado informal: autônomos, empregadas domésticas, pequenos proprietários de bares, trabalhadores de oficinas mecânicas, barbearias, institutos de beleza, aos quais juntam-se desempregados e desocupados, excluídos outrora de seu país, hoje do mundo de contracheque. Junto a estes, encontra associabilidade o guianense e a possibilidade de perigo para o cidadão boa-vistense que encara o diferente como inseguro (ALMEIDA; BARBOSA, 2008, p.139)

As mulheres guianenses têm arranjado trabalho principalmente como empregadas domésticas, quase sempre de maneira informal. Dado que, em sua maioria, são migrantes irregulares, não possuem os documentos necessários para adquirir qualquer garantia trabalhista. Sofrem ainda, duplo preconceito; racial e linguístico - são de origem africana e indígena e falam a língua inglesa, além da língua de suas etnias (RODRIGUES, 2009).

As consequências desse desorganizado crescimento populacional em Boa Vista são a multiplicação de bairros periféricos sem as mínimas condições de habitação, a ocupação desenfreada de áreas de proteção e de risco ambientais, o aumento da demanda por serviços públicos como escolas, hospitais, postos de saúde, transportes, entre outros, e os índices de desemprego e informalidade que alcançaram patamares elevados (BOA VISTA, 2006).

Mesmo sendo a capital de Roraima com maior contingente populacional do Estado e concentrando a maior parte das atividades econômicas, Boa Vista é caracterizada como uma cidade pobre, haja vista os graves problemas sociais existentes e as grandes desigualdades socioeconômicas entre sua população.

No campo dos indicadores retrata esta realidade, pois a desigualdade social no município de Boa Vista tem crescido. O Índice de Gini³¹ do município entre os anos de 1991 e 2000³² corresponde respectivamente a 0,573 e 0,580.

Em 2000, a participação dos 20% da população entre mais ricos era de 62,4% ou vinte e três vezes superior aos 20% da população mais pobres. Em 2010, o Índice de Gini, no município, correspondia a 0,593³³. O crescimento das desigualdades, atrelado ao crescimento populacional elevado, coloca cada vez mais, em risco a qualidade de vida da população e contribui para o esgarçamento do

³¹ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero) – quando não há desigualdade, a 1 (um), quando a desigualdade é máxima.

³² Fonte: Portal ODM – Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, www.portalodm.com.br, em 19.06.2013.

³³Fonte IBGE – Censo Demográfico de 2010.

tecido social. O Produto Interno Bruto de Roraima, de aproximadamente 75% do total do Estado, o que mais uma vez evidencia a forte concentração econômica nesta porção territorial em relação ao restante do Estado (BOA VISTA, 2006).

Os setores públicos, em suas diferentes instâncias governamentais, são os principais empregadores na cidade. Contudo, como a inserção nos postos de trabalho do Estado é realizada através de concursos, as vagas são distribuídas também entre as pessoas oriundas dos outros estados, o que contribui para agravar o quadro de desemprego.

O índice de emprego formal em Boa Vista já teve a pior situação do país entre as capitais. A cidade apresentou elevados índices de informalidade, o que demonstra baixo dinamismo de sua economia. Excetuando-se os servidores públicos, o emprego formal apresenta baixíssimos índices, o que impacta negativamente na arrecadação de tributos, implicando uma reduzida capacidade do poder público em ofertar serviços à sociedade. É importante também ressaltar a provável ligação existente entre o alto nível de informalidade e o forte fluxo migratório (POCHMANN et al., 2003).

Contudo, dados mais atuais (Observatório do Mundo de Trabalho, 2010)³⁴, indicaram possível crescimento econômico, apresentando um estoque de empregos no setor privado de 5.759 postos de trabalho em relação a 2009. Um crescimento de 18,1%, valor próximo ao crescimento de Roraima (18,5%) e superior ao do Brasil (8,3%).

O Relatório de Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista/2010, da SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento) explica que a estrutura produtiva do município está assentada no setor terciário. Por abrigar a sede do governo estadual, a geração de emprego é realizada, sobretudo, pelo setor público, que abriga o maior contingente, vindo a seguir, o setor comercial. A produção primária está assentada na pecuária e na cultura do arroz de sequeiro. Outras culturas de importância são as de soja e milho. O extrativismo no município é insignificante. O setor secundário abriga quase a totalidade da produção industrial do Estado, tendo como principais ramos: madeireiro, metalúrgico, alimentos, oleiro-cerâmico e construção civil.

³⁴ Fonte: www.reitoria.ifrr.edu.br/1757-boletim-do-mercado-formal-de-trabalho, em 10.11.2014.

Em relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)³⁵, é de 0,752, sendo que somente os municípios com IDH-M maior que 0,800 tem desenvolvimento humano considerado alto.

Embora o Mapa da Violência de 2013³⁶, tenha apresentado a redução de homicídios registrados em Boa Vista entre 2001 e 2011, permitem deduzir que, ao passo em que os índices diminuíram a desigualdade social, a violência ainda se mantém. Este, no entanto, é apenas um indicador do crescimento dos problemas sociais em Boa Vista, somando-se a este fato a prostituição, a mendicância, o subemprego, o tráfico e consumo de drogas e o número de roubos e furtos. Neste cenário, é possível que também configure grande parte do contingente de indígenas, que somados as populações já carentes, trazem consequências como o desemprego, falta de planejamento quanto ao desenvolvimento, degradação ambiental, inchaço nas periferias.

Essa rápida contextualização evidencia a expressão de aspectos que possivelmente interferem no comportamento político dos cidadãos, demonstrando a necessidade de uma reorientação política que vem sendo colocada na pauta dos movimentos sociais da região, no estado e município, no sentido de garantir a qualidade de vida da população e a diversidade natural e social.

As controvérsias socioeconômicas e políticas interferem no comportamento político da população. É necessário um novo modelo de desenvolvimento, construído a partir de diferentes atores sociais, que possibilitem mais participação e controle social.

6.2.3 O Modelo Político Instituído

A cultura política em suas formas e expressões está correlacionada com os valores, normas e atitudes dos cidadãos, num movimento dinâmico, que envolve a história e a situação política da sociedade local (AMORIN, 2006). Assim, aspectos históricos da política local, nos ajudam a compreender o conjunto de disposições de/para participação política.

³⁵O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, foi desenvolvido e calculado pelo Programa das Nações Unidas e Desenvolvimento – PNUD. É um índice concebido com o objetivo de comparar o nível do desenvolvimento humano dos países. O IDH-M (índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), originou-se dos IDH. A metodologia de cálculo do IDH-M envolve a transformação de três dimensões: Educação, Longevidade e Renda, (2013).

³⁶ Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil

A posição geográfica no extremo norte do Brasil e o quantitativo populacional pouco expressivo são fatores que talvez tenham colaborado para que o Estado de Roraima e sua capital Boa Vista sejam pouco estudados em seu modelo político. Esses aspectos, associados ao recente e lento desenvolvimento econômico, não aguçam o interesse entre os cientistas políticos brasileiros.

A economia modesta e a arrecadação fiscal pouco significativa fazem com que os governos estadual e municipal dependam quase exclusivamente de repasses de verbas da União. Devido a sua história de ocupação (primeiro através do oferecimento do “pacote de benefícios” aos imigrantes, depois da explosão demográfica motivada pelo garimpo), o cenário político local mantém a permanência de um Estado arcaico, cujo povo, excluído do processo político, fica à espera de lideranças que controlem e usufruam dos benefícios do poder público. O clientelismo e o paternalismo são modalidades de participação e integração política da maioria da população (SANTOS, 1998, p.9).

Mas, recentemente, o Estado vivencia uma nova dinâmica política embasada em coalizões partidárias, que têm o objetivo de angariar votos nas eleições. No período eleitoral, os diferentes partidos políticos unem forças no formato de coligação para a disputa dos votos, difundindo discursos de união para alavancar a execução das propostas políticas e de um padrão estável de governabilidade que, no fundo, só têm repercussão em função dos gastos crescentes nas campanhas eleitorais já que as agendas políticas ou as posições ideológicas não são muito diferentes (SENHORAS, 2013).

A nova dinâmica política do Estado de Roraima passa assim a ser muito mais polêmica e complexa, haja vista o comando político exercido pela aeronáutica durante o regime militar, ou pelos coronéis indicados pela União, desde o governo Vargas. Além disso, trazia em si características de fechamento, continuidade e previsibilidade política em comparação ao período após a redemocratização, com a formação de alianças políticas ao redor de apenas dois grandes nomes que se consolidaram na política roraimense (SENHORAS, 2013).

É possível que a redemocratização brasileira tenha trazido para Roraima, influências para a consolidação de um regime político democrático construído por oligarquias competitivas, as quais se baseiam tanto por continuidades quanto pelas convergências do passado no sistema político - caracterizado por compras de votos

e currais eleitorais - quanto por rupturas e conflitos que se formam entre as diferentes alianças políticas. Os jogos de poder levaram à formação de um sistema político propriamente dual e separado em grupos ou alianças políticas, que acabaram por diluir a escala rural e patriarcal do coronelismo político a um clientelismo mais racional e difuso no campo e nas cidades, portanto mais perigoso, embora ainda permeado pela lógica da compra de votos e pela identificação de grandes lideranças aglutinadoras de voto.

A dinâmica do sistema político caracterizado por oligarquias competitivas está consolidada em Roraima pela formação de uma dualidade. Por um lado, dentro do bloco de poder, estão presentes as elites competitivas, que são compostas por políticos tradicionais que controlam a máquina pública e o poder econômico (SENHORAS, 2013).

De outra banda, a superioridade de lideranças pessoais sobre os partidos políticos é um atributo local, e marca uma índole personalista à política boa-vistense, configurando uma matriz histórico-cultural tradicionalista e impetuosa, que não considera a participação popular e os partidos políticos.

Esse contexto político desfavorável facilita o clientelismo:

Como a política é dinamizada pelos candidatos de dentro do bloco de poder roraimense, e não por uma agenda de propostas políticas, o voto do cidadão passa a ser um instrumento de manobra individual, participante em um mercado político como cliente de quem oferecer mais privilégios econômicos ou políticos, o que repercute nos índices nacionais, tornando Roraima o estado com as eleições mais caras do país em termos per capita, com o maior percentual de cargos comissionados e de funcionários concursados (RÁDIO FOLHA, 2013).

Essa situação, que resulta em poucas ações voltadas para os princípios políticos doutrinários, faz com que a política roraimense seja baseada no nepotismo e na utilização excessiva de recursos clientelísticos. Colocar parentes e amigos em posições de poder dentro dos governos estaduais e municipais tornou-se uma prática comum nas gestões (SANTOS, 1998).

Por outro lado, fora do bloco que detém o poder, estão presentes os grupos políticos minoritários que não controlam o poder econômico e por isso não têm recursos para se elegerem.

As eleições em Roraima não acabam em um primeiro ou segundo turno, mas antes se perpetuam enquanto *um continuum* de insegurança jurídica, já que os

grupos perdedores se apoiam nas incongruências do clientelismo político para revogar os direitos dos grupos eleitos, tornando assim a democracia instável e suscetível à dança de cadeiras, ao longo dos anos. Basta ver a história, basta entender os dilemas judiciais do presente. Os partidos políticos não conseguem conexão com os cidadãos:

A autonomia política e o padrão clientelístico empreendido [...], diminuem a presença das instituições partidárias no âmbito estadual. Elas atuam como simples figurantes no processo político. Os partidos não são elos de ligação entre cidadãos e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo, organizações que competem por voto e que sempre estão sujeitas a conflitos internos, normalmente de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente à vontade dos chefes políticos (SANTOS, 1998, p. 11-12).

A dinâmica da política local mostra-se submetida a lógica própria, marcada pela continuidade de lideranças que se percebe como “donos do poder”.

Neste sentido, podemos considerar:

A cultura política tradicional, o poder político tradicional cumprem papel conservador e defensivo dirigido a manter simetrias e os relacionamentos de subalternidade. Transformar esta cultura e lógica autoritária de poder pode levar muito tempo (JARA, 1997, p.231)

Constata-se que o clientelismo permanece num cenário de desenvolvimento e de mudanças institucionais, de modo que as relações políticas não estão assentadas em critérios definidos. O predomínio da política elitista, da participação modesta, do personalismo e de práticas clientelistas permanece no Estado de Roraima, com engrenagens e ferramentas específicas da política municipal.

É possível que este contexto tenha domínio direto do comportamento político dos jovens, alimentando um processo cíclico, que se repete constantemente, influenciado pelos aspectos culturais e uso do poder econômico.

6.2.3 Cenário da Juventude Boa-Vistense: Circunstâncias e Contrariedades

Os aspectos históricos, culturais e socioeconômicos apresentados indicam os problemas que devem ser objeto de análise no cenário da participação política dos jovens, pois fazem parte da cultura política local. No caso específico do município de Boa Vista, a partir de dados da pesquisa do IDJM-Boa Vista/RR (Índice de

Desenvolvimento Juvenil Municipal)³⁷, foi possível verificar que 21,5% dos jovens estavam cursando o Ensino Médio, e apenas 35% concluíram esse nível de ensino. Desse universo, somente 3,6% dos jovens residentes em Boa Vista chegaram a concluir o Ensino Superior.

Os dados da pesquisa também revelam que 18,1% dos jovens ainda estão concluindo ou concluíram apenas o Ensino Fundamental (até 4ª série ou 3º ano do Ensino Fundamental). Em relação à renda *per capita*, os números levantados demonstram que 64,5% dos jovens vivem em famílias que têm um rendimento mensal de até três salários mínimos, sendo que destes, 28% sobrevive com um rendimento familiar de até um salário mínimo (SILVEIRA, 2009). Correlacionando a renda familiar ao nível de escolaridade, a pesquisa revelou que os jovens com maior escolaridade (Ensino Médio completo) pertencem às famílias com maior renda *per capita* (até três salários mínimos).

Sobre a estrutura ocupacional dos jovens, a pesquisa indicou que 33% estudam e trabalham. Aproximadamente 9% não estudam nem trabalham. Também é importante considerar que 27% dos jovens pesquisados somente trabalham, o que significa dizer que são jovens que estão fora do sistema educacional (entre eles, os maiores índices estão na faixa etária dos 20 a 24 anos).

Outro aspecto que expõe a vulnerabilidade social dos jovens neste município relaciona-se à saúde. Esse item, integrado pelos indicadores de mortes por causas externas, traz à tona algumas discussões importantes. O indicador remete a um tema muito peculiar sobre juventude: a violência.

De acordo com a análise do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em pesquisa realizada por Aquino e Rocha (2010), a taxa de mortes violentas de jovens no Estado de Roraima foi de 106.6 mortos por grupo de 100 mil habitantes. Os homicídios entre os jovens foram de 40.5 mortes por grupo de 100 mil. As mortes por arma de fogo são de 9 por 100 mil em 2010. Para cada 100 mil habitantes, 30 morrem por acidente de trânsito no Estado.

Sobre as causas da violência, é importante considerar que:

A desigualdade social está entre as maiores causas da violência entre os jovens no Brasil. Ela é o grande contexto, o pano de fundo, onde vive a

³⁷ O IDJM-Boa Vista/RR foi criado a partir da experiência do IDJ – Índice de Desenvolvimento Juvenil, publicado através do Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007.

população mais atingida por esse problema: as pessoas entre 15 e 24 anos”. (AQUINO; ROCHA, 2010, p. 12)

Um dos fatores que evidenciam a desigualdade social e expõem a população jovem à violência é a condição de extrema pobreza. Apesar de ser um agravante das situações de violência, a pobreza não é preponderante para o comportamento violento, mas sim a desigualdade social:

Como a violência afeta mais os pobres, é usual fazer um raciocínio simplista de que a pobreza é a principal causadora da violência entre os jovens, mas isso não é verdade”, afirma a pesquisadora. “O fato de ser pobre não significa que a pessoa será violenta. Temos inúmeros exemplos de atos violentos praticados por jovens de classe média (AQUINO; ROCHA, 2010, p. 18).

Para as autoras do estudo, é possível que superar a desigualdade possa significar a inserção de mecanismos compensatórios para aumentar a renda dos jovens extremamente pobres. Sendo necessário promover a inclusão social deles por meio da escola e do emprego que são os dois mecanismos lícitos de ascensão social. A pobreza não é preponderante para o comportamento violento, mas sim a desigualdade social.

Em âmbito nacional é importante considerar Castro e Abramovay (2009)³⁸, cuja pesquisa com jovens mostraram que essa população busca diferentes formas de participação. A pesquisa, que tratou da juventude ativista brasileira ainda percebeu que os jovens de hoje utilizam as novas tecnologias de informação e comunicação para potencializarem sua participação social. Essas novas tecnologias fazem-se presentes, de maneira hodierna, nos movimentos tradicionais e também criam novos espaços de participação. As chamadas redes virtuais dinamizam a participação da juventude e potencializam suas ações.

No Estado de Roraima e no município de Boa Vista, de maneira muito peculiar, é interessante observar a organização político-social dos jovens indígenas. As organizações sociais da juventude nesse meio lutam por causas específicas e conseguem expressiva representatividade, em ações que têm como objetivo garantir seus direitos. Entre outros documentos, que são produzidos nesses eventos,

³⁸ A pesquisa foi realizada com jovens participantes da etapa nacional da 1ª Conferência de Políticas Nacionais para Juventude.

podemos citar trechos da Carta do III Encontro “Juventude Fortalecendo a Luta e a Autonomia dos Povos Indígenas”, de 2013:

Nós, jovens indígenas, dos povos Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Wai-Wai, Sapará e Taurepang, representantes das etnorregiões das Serras, Surumu, Serra da Lua, Taiano e Amajari, após dois dias de muitas reflexões e análise do tema "Juventude Fortalecendo a Luta e Autonomia dos Povos Indígenas", e com a participação de nossas grandes lideranças, assim afirmamos:

Diante de tudo que relatamos e refletimos durante o nosso Terceiro Encontro, apenas queremos e pedimos que RESPEITEM NOSSOS DIREITOS. Não cometemos nenhum crime para ser julgados. Apenas queremos o direito de viver com dignidade, viverem paz, de correr e brincar, nadar e pular nos rios e igarapés. Queremos acordar toda manhã e dizer que estamos em nossa terra, em nossa casa. Porque a Terra faz parte de nossa vida, é dela que tiramos tudo que precisamos, é nela que está a história do nosso Povo.

E nós, Jovens indígenas, jamais fugiremos da luta e do nosso compromisso. Porque seremos fortes como o Grande Guerreiro Makunaima e corajosos como o Pajé Maruwai. Vamos lutar (COMUNIDADE INDÍGENA BARRO, T.I RAPOSA SERRA DO SOL, 2013).

Nesse sentido, outro exemplo é a ONG - Organização da Juventude Indígena e Mestiços de Roraima (OJIMES), que tem a finalidade de discutir políticas públicas, sobretudo na área da educação. Essa Organização luta por uma qualidade de ensino melhor para os indígenas, os quais sonham com o ingresso no mercado de trabalho.

O ano de 2011 marcou os 40 anos do Conselho Indígena de Roraima (CIR), e os 20 anos da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR). A realização da primeira Assembléia dos Tuxauas em 1971 é o marco da organização política dos povos indígenas em Roraima, que resultou na criação do CIR, uma das maiores e mais antigas organizações indígenas do Brasil. Desde então, os povos indígenas vêm promovendo assembleias anuais, fortalecendo-se politicamente e criando novas organizações que representam 50 mil pessoas de diferentes etnias e regiões (ISA, 2011).

Em relação às entidades ou organizações municipais, podemos destacar o Movimento “Nós Existimos”, que começou como uma campanha de apoio à demarcação das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol (TIRSS) e outros movimentos sociais urbanos, com objetivo de agregar diferentes grupos sociais excluídos ou marginalizados. Em 2006, o movimento transformou-se em associação, mantendo o princípio de integrar as lutas do movimento indígena, rural e urbano.

Outro exemplo são as Organizações de Assentados e Trabalhadores Rurais em Roraima, que denunciam a violência contra os povos indígenas e os conflitos no baixo Rio Branco. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) também tem representatividade no município de Boa Vista, pois iniciou um trabalho para sistematizar as denúncias de violência no meio rural, invasão e grilagem de terras. Um quarto exemplo são as Organizações ligadas à pesca, que representam os pescadores, extrativistas e outros setores ligados ao uso de recursos hídricos. Entre suas demandas, destacam-se a falta de políticas públicas específicas, a necessidade de ordenamento da pesca e a resolução de conflitos em várias regiões, sobretudo no baixo Rio Branco (ISA, 2011).

O desarranjo de informações locais, não permite constatar o quantitativo de jovens envolvidos nessas ações. Aparentemente, não existe qualquer trabalho pedagógico com objetivo de formação de lideranças políticas especificamente entre os jovens. No caso dos sindicatos, normalmente, estão engajados em aspectos de direitos trabalhistas. Em Boa Vista, os movimentos sociais com maior divulgação e organização para os jovens, estão relacionados às igrejas.

Neste sentido, numa análise mais contemporânea sobre o assunto, é importante refletir sobre essa relação das religiões com a sociedade:

É imprescindível que esses assuntos sejam cada vez mais aprofundados. As grandes visões religiosas mobilizam grande parte da população mundial e são decisivas para as decisões tomadas todos os dias por milhões e milhões de pessoas e famílias. Os valores espirituais, além de constituírem um fim em si mesmo, são um componente essencial do capital social de uma sociedade (SEM; KLIKSBERG, 2010, p.382).

Independente dos instrumentos que utilizam a participação política não é um tema irrelevante. As instituições, como as ONGs, igrejas, mídias, governos, ativistas e militantes têm um papel a ser desempenhado na formatação de uma conexão entre as oportunidades e a efetiva participação.

O tema é complexo e desafiador, pois

isso é parte da maneira com que se busca a democracia global sem esperar um Estado global. O desafio hoje é o fortalecimento daquele processo de participação. Não é um causa insignificante. Nem culturalmente estreita (SEM; KLIKSBERG, 2010, p.63).

Considerar que a ideia de promover e mobilizar o debate público sobre a participação política deve envolver seus principais atores. Neste caso, os jovens. Tal tema tem se revelado desafiador e discutir essa abordagem no âmbito municipal é só o começo de uma efetiva ação na direção de vislumbrar a ampliação para o cenário político nacional, conforme se faz essencial.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA REALIZADA EM BOA VISTA, RORAIMA

Estou semeando as sementes da minha mais alta esperança. Não busco discípulos para comunicar-lhes saberes. Busco discípulos, para neles plantar minhas esperanças (RUBEM ALVES).

7.1 JUVENTUDES E RELIGIÃO

Em relação à religião, 34,7% das respostas válidas indicam que os jovens que participaram da pesquisa são Evangélicos Protestantes, 23,7% são Católicos e que 6,4% não declararam vínculo com religiões. Esses percentuais demonstraram que 64,8% dos jovens participam de alguma religião. Merece destaque também, a parcela importante de jovens (24,4%) que responderam que acreditam em Deus, mas não tem religião.

Neste sentido, é importante observar que:

[...] em nenhuma outra época houve tantos jovens se definido com “sem religião”, mas ao mesmo tempo, também é significativo o número de jovens das igrejas orientais, pentecostais e católicos praticantes que dizem participar ativamente de grupos de sua igreja (NOVAES; MELLO, 2002, p.80).

Embora não houvesse direcionamento específico com a religião, os jovens boa-vistenses foram perguntados se fazem parte de algum grupo e a participação em grupos religiosos apresentou resultados significativos. As respostas válidas demonstram que 43,9% participam de grupos, sendo que 19,3% declaram participar de grupos religiosos. Esse índice ficou abaixo apenas da participação de grupos esportivos, onde 23,2% participam ativamente.

Tipos de grupos que os jovens participam	Frequência	Percentuais Válidos
1. Grupo de comunicação	12	3,1%
2. Grupos de esporte	89	23,3%
3. Grupos estudantis	34	8,9%
4. Grupos meio ambiente/ecologia	09	2,3%
5. Grupo associação de bairros	04	1,0%
6. Grupos artístico/culturais	33	8,6%
7. Grupos políticos ou políticos partidários	04	1,0%
8. Grupos religiosos	74	19,3%
9. Grupos de outras atividades políticas	02	0,5%
Total	401	100%

Figura 3: Distribuição da participação de algum tipo de grupo entre os jovens entrevistados no Município de Boa Vista – Roraima, Brasil, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa de campo Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Os dados das pesquisas regional (realizada em Belém) e nacional³⁹ sobre o mesmo tema são ainda mais evidentes. No Brasil, 42,5% dos jovens que declararam participar de algum grupo, assumem a religião como a atividade preponderante e na pesquisa regional em Belém, dentro desta mesma abordagem, os dados revelam que 36,1% dos jovens estão envolvidos com alguma atividade e escolheram a religião como a mais importante.

Esses dados também estão coerentes com os resultados da pesquisa desenvolvida pela UNESCO, *Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação (2007)*, que depois das atividades de lazer e esportivas, revelam o destaque que as atividades religiosas ocupam nas opções dos jovens:

Na extensa relação de atividades citadas em resposta à pergunta: “qual é a atividade que você mais gosta de fazer quando está fora de casa”, a atividade de ir à igreja foi a sexta mais citada como primeira opção, sendo a preferida de 5,4% dos jovens, ficando atrás da reunião com amigos (15,3%); praticar esporte (12,3%); dançar (9,1%); ir a festas (8,9%); e ir a bares (8,3%) (NOVAES; FONSECA, 2007, p. 165).

É importante atentar para o fato de que “a participação em grupos religiosos, portanto, pode ser analisada como um importante vetor para a construção de identidades juvenis, representando espaço importante de agregação social nessa fase da vida” (FONSECA; DANTAS, 2007).

³⁹ Neste estudo, quando houver referência sobre os “dados da pesquisa nacional” e ou “dados da pesquisa regional – Belém”, estamos nos referindo aos dados do Relatório Final da pesquisa nacional Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2005 e da pesquisa regional, intitulada Relatório Global Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório Regional – Belém, 2006 – os quais, serviram de base para os questionários no Município de Boa Vista, 2013.

Além disso, os dados comprovam a capilaridade social da religião no Brasil e demonstram que “pertencimento religioso” e “engajamento social/político” muitas vezes caminham juntos⁴⁰.

De acordo com a pesquisadora Regina Novaes:

[...] as instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos (NOVAES, 2005, p.289).

Embora não seja objeto de pesquisa nesta tese, as questões envolvendo religião e participação juvenil merece discussão específica. Entender como os jovens se relacionam com a religião, quais são os motivos que os conduzem à adesão religiosa ou quais são as experiências de participação social ou política que essa vivência proporciona são respostas que poderiam agregar informações para a compreensão da construção das identidades juvenis. Trata-se de um tema que tem forte influencia na formação dos jovens, haja vista, a rede de sociabilidade e de participação que promove.

É preciso reconhecer que as vivências religiosas trazem outras repercussões para a vida dos jovens, pois são lugares que possibilitam assimetria e disputa, caracterizando-se também como espaços de prestígio e de poder entre os jovens (RODRIGUES, 2007). Portanto:

a vivência religiosa tem outras repercussões para os jovens. Nas escolas e universidades alguns jovens chamam a atenção por sua facilidade de falar em público e sustentar argumentações nos debates. Características comuns em jovens que tiveram uma socialização em grupos políticos, em mobilizações sócias. A novidade é perceber que muitas vezes essas capacidades foram adquiridas numa trajetória religiosa (RODRIGUES, 2007, p.5).

As religiões estão aparecendo de modo muito concreto nessas discussões, porque estão atuando diretamente na vida dos jovens que vivem em comunidades carentes, através de atividades que além da religião, promovem o lazer, a recreação, as ações sociais, esportivas e culturais.

⁴⁰Pesquisa: Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação, p.149.

No quadro geral de países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil, onde poucos têm muitas possibilidades e muitos convivem com fortes carências, o papel desempenhado pelas religiões torna-se um elemento importante para análise.

A pesquisa em tela corrobora com essa afirmação, pois 97,1% dos jovens engajados em atividades religiosas estão classificados economicamente como classes E, D, C2, e C1 (com renda mensal média de no máximo dois salários mínimos). É possível que esse tipo de atividade seja capaz de influenciar diretamente as ideias e as condições de sobrevivência das pessoas.

Necessariamente, os jovens são os alvos mais acessíveis dessas ações, pois suas famílias são acolhidas pelas igrejas e proporcionam a elas o acolhimento e não raramente, o suprimento das necessidades básicas.

Neste sentido, numa análise mais contemporânea:

É imprescindível que esses assuntos sejam cada vez mais aprofundados. As grandes visões religiosas mobilizam grande parte da população mundial e são decisivas para as decisões tomadas todos os dias por milhões e milhões de pessoas e famílias. Os valores espirituais, além de constituírem um fim em si mesmo, são um componente essencial do capital social de uma sociedade (SEM; KLIKBERG, 2010, p.382).

Portanto, nesta relação entre juventude e religião seria imprudente deixar de considerar que a questão da religiosidade como um tema que permeia a vida de muitos jovens e que possivelmente, influencia seus valores, práticas, ações e relações sociais e políticas.

7.2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS VIA PROCESSO ELEITORAL

Analisando a participação política dos jovens em Boa Vista, via processo eleitoral⁴¹, é possível identificar que a escolarização geral dos eleitores varia entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (69% dos eleitores concluíram no mínimo, o Ensino Fundamental completo e no máximo o Ensino Médio). A proporção entre eleitores do sexo feminino e masculino é bem distribuída, havendo pequenas diferenças numéricas. Dos 183.173 eleitores existentes, aproximadamente 85.980 são homens e 90.851 são mulheres.

⁴¹www.tse.jus.br pesquisa de 11.09.2013

Embora os dados do TRE/RR apontem o aumento de 10,17% no colégio eleitoral de Roraima, o eleitorado do estado ainda é o menor do país. Em comparação a eleições anteriores, houve uma queda no número de eleitores jovens com voto facultativo, ou seja, aqueles que têm 16 e 17 anos. Em 2010, eram 9.897 e, em 2014, são 9.618 aptos a votar nesta faixa etária⁴².

Especificamente sobre a participação política dos jovens, os números obtidos através do TRE/RR (2013) indicam que do total de eleitores em Boa Vista, 39.896 (aproximadamente 22%) estão na faixa etária dos 16 a 24 anos e que esses jovens, em sua maioria, estão cursando o Ensino Médio.

Não foi possível averiguar a participação política dos jovens, via filiação partidária, de maneira confiável. As informações quantitativas necessárias para a análise não foram disponibilizadas pelas representações locais⁴³. Os partidos contatados, afirmaram não ter essas informações organizadas ou não responderam aos contatos telefônicos nem aos mails. Inclusive, alguns escritórios de partidos políticos locais encontraram-se sempre fechados. As informações obtidas informalmente revelaram que seus funcionamentos são somente a partir da proximidade das eleições.

Tais constatações indicam desinteresse dessas instituições em divulgar informações, a possível desorganização ou a falta de interesse em manter um banco de dados especificamente sobre a participação política dos jovens.

Mapeando a divulgação de eventos promovidos por partidos políticos e especificamente os eventos envolvendo os jovens, a partir dos meios de comunicação local e principalmente na internet, também se percebe escassez de iniciativas específicas para juventude⁴⁴.

Os dados obtidos através do site do TRE/RR indicaram apenas quais são os partidos políticos com maior representação no município, sem agregação etária. Entre eles, podemos citar os mais representativos em 2012: PDT, com 3.419 eleitores (aproximadamente 8% do total de eleitores filiados em algum partido político no município), o PSDB (com 2.603 eleitores filiados) e o PP (2.300 eleitores filiados).

⁴² Fonte: www.g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2014, acesso em 29/07/2014.

⁴³ Contato via mails e telefônicos com representações partidárias (sem sucesso na obtenção de dados sobre a participação política dos jovens) nos meses de outubro e novembro de 2013: PSDB, PMDB, PDT, PP, PRTB, DEM, PRB, PTB.

⁴⁴ Busca de dados via jornais escritos/televisivos, revistas locais e na internet no período de agosto a dezembro de 2013.

Sendo que o PDT e o PSDB permanecem na liderança das filiações nos últimos três anos.

A proporção de eleitores filiados em partidos políticos em Boa Vista não é significativa. Num total de 183.173 eleitores, somente 22.224, (aproximadamente 12,1%) dos cidadãos possuem alguma filiação partidária. Os estados de Roraima, Acre e Amapá são os estados com menores números absolutos de filiações partidárias⁴⁵.

O mapeamento da participação política dos jovens de 15 a 24 anos, no Parlamento Municipal, também é baixa. Entre os vereadores eleitos nos últimos oito anos (Legislaturas de 2005-2009, 2009-2012 e 2013-2016), verificou-se a ausência de representatividade jovem (quadro anexo). O quadro político dos últimos oito anos de Legislatura Municipal evidenciou a inexistência de jovens eleitos.

A falta de representatividade via processo eleitoral dos jovens no Município de Boa Vista, demonstrou a existência de uma lacuna na luta pelos seus interesses na sociedade local. Além dos interesses desses jovens estarem sem representatividade, ficou perceptível a não valorização da agregação das juventudes em relação ao processo eleitoral.

A falta de participação política e a escassa representação juvenil no parlamento municipal, possivelmente esteja alicerçada pela descrença e desqualificação dos agentes políticos e dos partidos, o que pode a curto e médio prazo, gerar uma crise no processo de democracia representativa local. Esse contexto, possivelmente remeta aos jovens o sentimento da não-representação pelos partidos e pelos governos, contribuindo para o fortalecimento da descrença na ação política.

Esta pesquisa mostra que ao falar de política, muitos jovens afirmam não gostar, mas quando o tema é a participação social, a maioria considera importante. Isso remete a relação da palavra política com partidos e governos. Contudo, qualquer forma de participação pode ser caracterizada como um ato político.

É importante considerar como o jovem boa-vistense não tem sido chamado para participar da política, via partidos políticos. Na pesquisa em tela, a falta de informações e interesses dos partidos políticos pelos jovens, ficou evidenciada e da mesma forma, os jovens retribuíram com o desinteresse. Especificamente em

⁴⁵ Fonte: www.tre.rr.jus.br/partidos/filiações postado em 30.04.2012 - acessado em 21.11.2013

relação aos grupos político-partidários, entre as respostas válidas, dos 379 entrevistados em Boa Vista, somente quatro afirmam participar desse tipo de atividade, o que representa apenas 1% dos jovens.

O impacto da mídia sobre o comportamento dos jovens é muito evidente e, especificamente no caso da política partidária, os meios de comunicação impactam negativamente quando o assunto é política.

A participação dos jovens na vida pública é de suma importância, contudo, às vezes pretende-se lançar sobre a juventude toda a responsabilidade pelas mudanças sociais, mas a responsabilidade não é só deste segmento e sim de toda a sociedade. Neste sentido, a formação dos jovens através do processo educativo é um diferencial, pois educação social, familiar e escolar são os principais instrumentos capazes de capacitá-los para as mudanças. Dependendo da sua formação, o jovem pode ter uma atitude positiva frente à política ou manter o *status quo* existente na sociedade. No caso específico desta pesquisa, podemos verificar que os partidos políticos e as instituições estão cada vez mais distantes dos jovens.

7.3 OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

A participação dos jovens boa-vistenses em atividades esportivas (23,2%) e religiosas (19,3%) é tímida, contudo se destaca. Pois os índices gerais de participação nas outras opções de atividades elencadas na pesquisa são inexpressivos. Apenas 1% dos jovens pesquisados participam de movimentos em prol da melhoria da qualidade de vida nos bairros, 2,3% participam de grupos ligados à questão ambiental e apenas 8,9% participam de alguma entidade ligada à representatividade estudantil, por exemplo.

No âmbito municipal, a estruturação de dados sobre a participação dos jovens em sindicatos, movimentos sociais, associações, ONGs e outros instrumentos de participação social são escassos. Esta constatação revelou que aparentemente não existe direcionamento em ações concretas e continuadas que estejam focadas nos jovens ou que sejam orientadas a partir de dados estatísticos que possam mapear estudos, comparar resultados e desempenhos. Através das informações disponibilizadas (em sua maioria através das redes sociais, pois não possuem endereços físicos), verificamos que os movimentos juvenis, associações, ONGs ou

sindicatos não apresentam nenhuma organização formal ou mesmo documental, que possibilitem estudos acerca do êxito ou fracasso das iniciativas.

Entre as escassas iniciativas que estão postadas na internet e/ou em redes sociais, podemos citar como exemplo as Conferências Municipais de Juventude que contam com a participação de entidades que atuam na defesa dos direitos dos jovens, que são recortes locais de políticas públicas nacionais. Desde 2008, as Conferências Municipais da Juventude foram realizadas em Boa Vista, mantendo um público de aproximadamente 200 jovens. Essas Conferências surgiram com o objetivo de fomentar debates acerca das políticas públicas nacionais e locais de juventude.

Outro exemplo, oriundo de política pública nacional para os jovens, é o Movimento Coletivo Jovem de Roraima que promove Encontros de Juventude, com foco na educação para a sustentabilidade socioambiental, mantendo diálogo, especialmente com escolas estaduais. Esse movimento, realizado através das escolas estaduais, promovem eventos e estimulam projetos de Educação Ambiental⁴⁶. Também as instituições nacionais, como União Nacional dos Estudantes e União dos Jovens e Estudantes do Brasil, unem esforços junto aos estudantes boa-vistenses com objetivo de melhorar a organização juvenil no cenário municipal.

Uma iniciativa, peculiar do Estado de Roraima é a iniciativa da Universidade Federal de Roraima (UFRR), juntamente com o Conselho Indígena do Estado de Roraima (CIR)⁴⁷, que promovem debates com objetivo de fortalecer especificamente os movimentos indígenas juvenis.

Os dados sobre eleitores que participam de algum partido político, associados à falta de organização social dos jovens ou de lideranças juvenis em associações, organizações, sindicatos e/ou outras formas de representação social no Município de Boa Vista (conforme constatado anteriormente), demonstram um quadro de carência de oportunidades para a formação política dos jovens. Não foram encontradas iniciativas bem estruturadas com objetivo de formar lideranças juvenis locais para o curto e médio prazo.

⁴⁶ Aproximadamente 80 escolas estaduais estão envolvidas neste processo. Contudo, em média quatro os cinco projetos anuais se sobressaem. Esses dados foram obtidos via Secretaria Estadual de Educação em Roraima, através do departamento de Educação Ambiental dezembro de 2013.

⁴⁷ www.une.org.br/ufrrrem 23.10.2013

A cultura da não-participação se repete na pesquisa Regional realizada em Belém(2006), que avaliou a mesma dimensão. Os índices de participação juvenil em atividades político-partidárias (0,8%) e movimentos que buscam melhoria da qualidade de vida dos bairros (3,4%) são pouco expressivos também com os jovens de Belém.

Essa mesma pergunta foi feita aos jovens que participaram da pesquisa nacional. As atividades político-partidárias (4,3%) e as atividades de trabalhos voluntários ou associativistas nos bairros (1.3%), não estão entre as prioridades elencadas, apresentando também baixos índices de participação.

As discussões sobre os interesses e as formas de participação dos jovens, trazem à tona algumas indagações importantes. Contrariando os baixos índices de efetiva participação no Município de Boa Vista, em Belém e no Brasil, a pesquisa Agenda Juventude Brasil de 2013⁴⁸, apresenta dados que divulgam que os jovens brasileiros valorizam a política e a vida democrática.

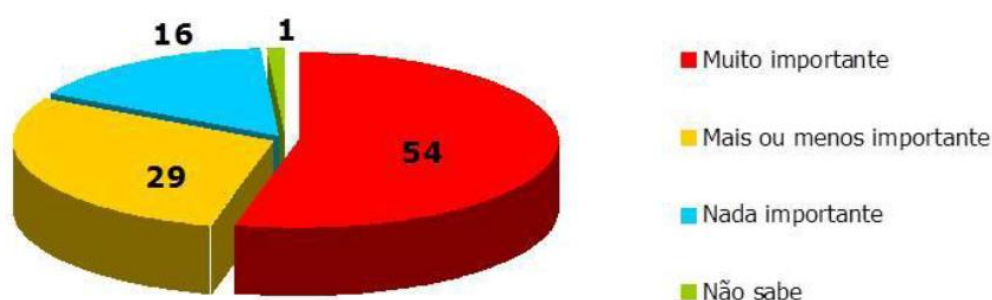


Figura 4: Percepção do grau de importância da política para os jovens brasileiros

Fonte: Agenda Juventude Brasil, PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude (2013).

Porém, quando essa mesma pesquisa avaliou o grau de participação dos jovens, a maioria dos entrevistados explica que nunca participou nem participaria da maior parte dos tipos de associação, entidades e grupos citados. Entre essas atividades destacam-se os partidos políticos (88% dos jovens não participam, nem desejam participar) e entidades ou movimentos por alguma causa, ou qualquer outro grupo (onde 81% não têm interesse)

⁴⁸ Agenda Juventude Brasil, 2013 é uma pesquisa do Observatório Participativo da Juventude – Participatório – que objetiva traçar um perfil e trazer à discussão sobre a opinião dos jovens brasileiros. Trata-se de um material publicado pela Presidência da República.

Na pesquisa, - Agenda Juventude Brasil, 2013, os únicos tipos de grupos que os jovens relataram não participar, mas participariam, foram os grupos em defesa do meio ambiente ou ecológico, clubes, associações esportivas, recreativas ou de lazer.

Portanto, nesses quatro estudos apresentados: *Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013)*, *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2005)*, inclusive no *Relatório Regional de Belém-PA (2006)* e *Agenda Juventude Brasil (2013)* é possível perceber o distanciamento dos jovens em relação aos movimentos sociais, instituições, entidades ou associações que envolvem participação coletiva e consciência política, mesmo admitindo a sua importância.

Alguns estudos e autores defendem que os jovens, ao contrário do senso comum, não são desinteressados pela política e pela participação. Defendem que os jovens estão participando a partir de outros canais e de diferentes formas:

Tais mudanças são motivadas pelas novas configurações sociais que interferem nas motivações e condições objetivas que favorecem ou inibem os processos de participação. Os jovens, evidentemente não todos, mantêm a motivação para a participação. Porém, apenas poucos deles estão dispostos a fazê-lo em espaços tradicionais e institucionalizados e também em torno de propostas cujos significados não dialogam com as contemporâneas condições de vivências do tempo da juventude. Um dos traços da característica juvenil, hoje, vem a ser o maior campo da autonomia que os jovens possuem frente aos adultos e as instituições, e a capacidade que diferentes coletivos de jovens têm demonstrado na invenção de novos espaços-tempos de participação (BRENNER; CARRANO, 2008, p.67).

Dentro desta perspectiva, existe a possibilidade de que o declínio da participação política tradicional possa estar relacionado não apenas com os valores da juventude brasileira, mas sim alicerçado em aspectos sociais mais abrangentes.

No caso da América Latina, o que tem colocado em risco a estabilidade do regime democrático é a crescente insatisfação da população com o desempenho das instituições políticas diante dos altos níveis de desigualdade, pobreza e exclusão social. Uma das explicações para a falta de credibilidade dos cidadãos na política está relacionada com constantes denúncias de corrupção no governo, à insatisfação com a qualidade dos serviços públicos e com o desempenho governamental (AMORIN, 2007, p.370-371).

Embora não seja possível afirmar, mais uma vez, a pesquisa em tela nos remete à coerência dos resultados da baixa participação entre os jovens boavistenses e a condição de classe econômica que pertencem (94,8% sobrevivem com

uma renda familiar média de no máximo dois salários mínimos), o que possivelmente revelou uma relação direta entre a participação e as oportunidades sociais que efetivamente os jovens possuem.

O descontentamento político pode estar relacionado às novas formas de participação das juventudes, e talvez possam ser entendidos a partir de modelos explicativos e tipificações da participação política, que podem ocorrer de diferentes maneiras. Dentre os tipos de participação, nos reportamos à solidariedade privada, que é caracterizada como uma forma de organização e agrupamento estabelecido entre os indivíduos que se sentem em condições de inferioridade em relação aos sistemas de valores da sociedade, se identificando em grupos que tenham atributos comuns. Seriam subculturas políticas, que participariam politicamente de maneira diferenciada, na medida em que os jovens sentem-se excluídos dos canais institucionais comuns de participação. As atividades compreendidas por esses canais de participação estariam relacionadas aos interesses comuns entre os atores envolvidos, que se articulam geralmente para contestar valores postos na sociedade (PIZZORNO, 1975).

As possibilidades de reinventar diferentes formas de comunicação e novas maneiras de produzir informação através das novas tecnologias são apreciadas pelos jovens. Hoje, cada vez mais, as novas tecnologias são aceitas entre os jovens como instrumentos de participação social e se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações, discussões e debates, com repercussão em larga escala. Portanto, não é possível negar que esses instrumentos tecnológicos alimentam novas bandeiras de participação e de luta (VITAL; NOVAES, 2005).

Rokeach (1968), explicou que as pessoas que vivenciam suas experiências sociais em espaços diversos, por isso apresentam padrões de atitudes diferenciados:

As experiências que ocorrem em instituições voltadas aos adultos ou pré-adultos, como sindicatos, clubes sociais e esportivos, ambientes de trabalho, dentre outros, são de fundamental importância para a formação da cultura política. Isto, entretanto, não impede-nos de apontar que as experiências de socialização na infância e na juventude são as que mais impactam as crenças, valores e atitudes políticas dos indivíduos (ROKEACH, 1968, p. 23).

As contribuições de Robert Dahl (1997) também corroboram com a afirmação da importância da socialização política precoce. Reporta que quando as

experiências de participação política são vivenciadas somente na idade adulta, são menos impactantes na vida dos indivíduos, pois se deparam com uma posição adulta mais cristalizada e menos suscetível às mudanças.

As influências desses múltiplos fatores comprometem o fortalecimento da democracia, pois ela só é possível, a partir do estabelecimento de duas condições básicas: a ampliação da participação e a educação política;

a teoria acerca da democracia destaca dois pilares básicos para a sustentação de um regime desta natureza. Primeiramente, as instituições, a realização de eleições, a ampla participação da sociedade nos processos de escolha, a liberdade de associação, de formação de partidos, etc. Em segundo lugar, existem os autores que abordam a necessidade da educação e informação como atributos básicos ao funcionamento da democracia (DANTAS, 2006, p. 78).

Autores, como Norberto Bobbio (1986), mostram-se preocupados com a apatia política da sociedade em geral. Defendem que, para vislumbrar um novo contexto, é necessário que haja a ampliação dos espaços sociais democráticos, entre eles, essencialmente, a escola.

7.4 JUVENTUDES E EDUCAÇÃO

Considerando o atual contexto dos movimentos sociais no Brasil e a efetiva participação da juventude, é salutar ressaltar a importância do investimento na vivência democrática durante o processo de formação da personalidade dos jovens. É durante a infância e parte da juventude que o indivíduo apresenta maior disposição para as novas aprendizagens:

As crenças acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida de uma pessoa, período em que é mais receptivo a elas. Quando este período é ultrapassado, os indivíduos tendem a possuir uma visão mais cristalizada, e suas crenças tendem a tornarem-se mais estáveis e menos suscetíveis a mudanças (DAHL, 1997, p.160)

Portanto, começando na infância, mas estendendo-se por todas as demais fases da vida do indivíduo, o processo de socialização política caracteriza-se como:

[...] o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não do sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e as instituições [...] (BAQUERO, 1997, p.10)

Esses processos de vivências políticas e de participação democrática são dinâmicos e continuados. Na medida em que as pessoas vivenciam suas experiências sociais em espaços distintos como a família e a escola, os seus padrões de atitudes e procedimentos vão sendo formados e/ou alterados (ALMOND; POWELL JR., 1972).

Para esclarecer a importância da educação no contexto da cultura e participação política, nos reportamos ao conceito de capital social – tema de estudos de SEN (2010, p. 305), que classifica o capital social em categorias: capital natural (dotação de recursos naturais), capital construído pela sociedade (infraestrutura e tecnologia), capital financeiro (comercial), capital humano (níveis de educação e saúde) e capital social.

O capital social é a categoria que melhor se vincula aos aspectos educacionais propostos neste estudo, estando organizado em quatro dimensões.

A primeira dimensão refere-se ao clima de confiança nas relações interpessoais. Ela analisa em que medida as pessoas acreditam umas nas outras ou em uma determinada sociedade. Envolve também a confiança que os integrantes de uma determinada sociedade têm em seus representantes legais.

A segunda dimensão avalia a capacidade de uma sociedade de constituir formas de cooperação, de associatividade. Inicia em níveis elementares, como a cooperação entre pessoas de convívio diário e chega a níveis mais elaborados, como a capacidade de acordos nacionais, transparecendo a “sinergia” de uma sociedade.

A terceira dimensão, proposta pelo autor, enfatiza a consciência cívica, que é representada pela atitude das pessoas diante de tudo que é de interesse coletivo, a maneira como participam dos debates públicos e se engajam nas questões de ordem social, como fazem proposições a elas.

A quarta dimensão explica que os valores éticos predominantes numa determinada sociedade, exercem forte influência sobre tudo que ocorre, são “os atos produtivos” dessa sociedade (SEN, 2010, p. 305-306).

O capital social, que tem relação com a formação acadêmica dos cidadãos e, passa, necessariamente, pela cultura e educação. Portanto, depende dos encaminhamentos das instituições educacionais, são determinantes em relação às

atitudes das pessoas frente ao fortalecimento dos processos democráticos, via participação:

O capital social é constituído pelos níveis de confiança, pela capacidade de associatividade, a consciência cívica e os valores éticos predominantes; é da mais alta relevância para o desenvolvimento da democracia (SEN, 2010, p. 307).

A relação entre capital social, participação política e desenvolvimento democrático é indiscutível. O capital social apoia-se no desenvolvimento cultural da sociedade, tornando a cultura um dos elementos mais importantes para a sua sobrevivência (ARIZPE, 1998).

Nesse sentido, a pesquisa sobre cultura e participação dos jovens em Boa Vista apresenta dados importantes que envolvem os níveis de escolaridade, as oportunidades de participação vinculadas às instituições escolares e a efetiva participação dos jovens nessas atividades.

Considerando as respostas válidas, no que se refere ao nível educacional, a pesquisa *Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções*, aponta que dos 401 jovens entrevistados, 99% são estudantes, sendo que 80,2% estudam em escola pública. Comparando os dados com a pesquisa realizada em Belém, os índices, nesta dimensão, podem ser comemorados, pois o relatório regional indicou que 42,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam fora da escola.

Em Boa Vista, embora os jovens estejam nas escolas (99%), não há indicativos de qualidade no processo educativo e nem sucesso acadêmico dos estudantes. Quanto aos anos de escolarização e a correspondência adequada entre idade-série, existem distorções. No Município de Boa Vista é o alto índice de jovens, acima de 18 anos que ainda não concluíram o Ensino Médio.

Idade	E.F 1ª/4ª Incompleto	E.F 5ª/8ª completo	E.M Incompleto.	E.M Completo	Supletivo E.M	E.S Incompleto	E.S Completo
18	3,8%	5,7%	62,3%	28,3%	0,0%	0,0%	0,0%
19	8,6%	8,6%	65,0%	11,4%	2,9%	2,9%	0,0%
20	0,0%	5,6%	77,8%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%
21	12,5%	0,0%	87,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
22	21,4%	21,4%	36,7%	7,1%	7,1%	0,0%	0,0%
23	0,0%	0,0%	20,0%	40,0%	0,0%	20,0%	20,0%
24	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	12,5%

Figura 5: Distribuição idade X escolarização em percentuais dos jovens de Boa Vista, Roraima, 2013, Brasil.

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Entre as respostas válidas, somente 20% dos jovens na idade dos 23 anos e 12,5% na idade dos 24 anos, concluíram o Ensino Superior, que teoricamente, num processo normal de escolarização (sem repetência ou evasão), todos os jovens dessa faixa etária já deveriam ter concluído a graduação por volta dos 21 ou 22 anos.

A maioria dos jovens entrevistados, ainda cursa o Ensino Médio, havendo diferente redistribuição no caso dos indígenas, em que 40% dos estudantes cursam Ensino Médio e 40% cursaram ou ainda cursam apenas o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série⁴⁹.

A pesquisa também divulga dados preocupantes em relação à escolarização básica dos jovens boa-vistenses, indicando que 21,4% e 25% dos estudantes de 22 e respectivamente 24 anos, não concluíram nem mesmo o Ensino Fundamental do 1º ao 4º ano. Dados semelhantes foram apresentados no Relatório Regional de Belém, na pesquisa intitulada Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2006), que revelou que 33,5% dos jovens também não concluíram sequer o Ensino Fundamental.

Cabe considerar que a educação brasileira é dividida em três níveis. O Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) para crianças entre as idades de seis e quatorze anos. O Ensino Médio, composto normalmente por três anos de escolaridade, que inclui adolescentes entre quinze a dezessete/dezoito anos e o Ensino Superior.

⁴⁹ No município de Boa Vista atualmente existem oito escolas indígenas, que estão distribuídas em vicinais mais afastadas do centro da cidade. Sobretudo, o acesso às escolas, em alguns casos, ainda é difícil, devido às péssimas condições das estradas e, no caso de algumas comunidades, devido à distância e a precariedade do transporte escolar. Esses são alguns dos fatores, que possivelmente explicam o baixo rendimento escolar das crianças e jovens indígenas, fazendo emergir um preocupante quadro de desigualdades de acesso e sucesso escolar para esses povos (Dados da Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Ensino, em dezembro de 2013).

A distribuição desigual da idade dos alunos/as ao longo das séries aponta para alguns problemas no percurso deste estudante. Esses problemas podem estar relacionados com o estudante ou com a instituição de ensino. Contudo, os problemas relacionados normalmente refletem um quadro de distorção na série-idade. Fatores como a entrada tardia na escola, a reprovação e a evasão explicam por que muitos alunos se encontram defasados. Podemos considerar que:

A distorção série-idade, que traduz ineficiências e desigualdades do sistema, explica porque uma alta taxa bruta de escolaridade para o conjunto da população pode não constituir um indicador a ser comemorado, posto que um contingente de pessoas pode estar engrossando o número de estudantes sem galgar os níveis superiores de escolaridade (ROSEMBERG; MADSEN, 2011).

As políticas para acelerar os estudos dos alunos em defasagem escolar, não atingem os adolescentes de maneira eficiente. Em Boa Vista, 50% dos jovens estudantes na idade entre 15 e 17 anos não estão matriculados na etapa da Educação Básica em que deveriam estudar: o Ensino Médio.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009 mostram que há mais de cinco milhões de estudantes nesta situação. O tempo de estudo entre os jovens, de acordo com dados as Pnad (Pesquisa por Amostra de Domicílios, 2011), indicam que o jovem brasileiro com mais de 15 anos estudou em média somente 7,7 anos. O tempo médio não é suficiente nem para completar o Ensino Fundamental, que duram nove anos. Em especial, os dados da pesquisa com os jovens boa-vistenses corroboram com o levantamento nacional, sobretudo na região Norte, onde apenas 39,1% dos alunos nessa faixa etária cursam o Ensino Médio⁵⁰.

A importância da escola e a construção do conhecimento passam, necessariamente pelas relações estabelecidas entre o professor e o aluno. Quanto mais fortalecidas estiveram as relações de confiança e identificação entre o educador e educando no espaço escolar, maiores serão as possibilidades de interação e a produção das novas aprendizagens;

Saber que não passo despercebido pelos alunos, e que a maneira como me percebem me ajuda ou desajuda no cumprimento de minha tarefa de professor, aumenta em mim os cuidados com meu desempenho. Se minha opção é democrática, progressista, não posso ter uma prática reacionária,

⁵⁰ Fonte: Pnad, 2011

autoritária, elitista. A percepção que o aluno tem de mim não resulta exclusivamente de como atuo. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e os educandos no “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola (FREIRE, 1996, p.97).

Contudo, quando a escola não mantém níveis aceitáveis de qualidade, o processo de ensino e de aprendizagem fica vulnerável. É possível fomentar as discussões sobre a qualidade da educação através dos dados obtidos nacionalmente pelo MEC – Ministério da Educação, e do Ideb⁵¹, que avaliam a qualidade da educação nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Ano	Anos iniciais do E.F – até 4ª série	Anos Finais do E.F – 5ª a 9ª série	Ensino Médio
2005	3,5	3,2	3,2
2007	3,5	3,5	3,1
2009	4,2	3,7	3,5
2011	4,5	3,7	3,5
2014	5,0	3,5	3,2

Figura 6: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Roraima – 2005/2014

Fonte: www.consed.org.br (2014).

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do PDE, para a educação básica. O PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação estabelece como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0, média que corresponde ao sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. (Portal do Inep – www.portal.inep.org.br - acesso em 27.05.2014).

Considerando que os jovens entre 15 e 24 anos, em sua maioria, ainda estão cursando o Ensino Médio (66,6% das respostas válidas) e que os índices da educação básica no estado, especialmente neste segmento são inexpressivos e estão estagnados, é necessário analisar aspectos da baixa participação dos jovens a partir de um contexto desfavorável.

Escola e juventude são partes indissociáveis do processo educativo e quando se estabelece um distanciamento nessa relação, os problemas educacionais emergem:

⁵¹ Ideb: É um indicador resultante da combinação de desempenho médio do Estado e/ou Município, resultante da avaliação da Prova Brasil, do Sistema Nacional da Educação Básica – SAEB, dos dados do Censo Escolar em cada etapa do Ensino Fundamental e Médio.

O desencontro entre o “mundo da escola” e o “mundo dos jovens” traz perdas para todos os atores escolares, já que eles acabam imersos numa rotina desinteressante e pouco motivadora, num ambiente pouco propício para os aprendizados e vivências que a escola deve promover. Altos índices de fracasso escolar, pichações e depredações, atitudes desrespeitosas no convívio escolar, apatia dos alunos são alguns dos sintomas desta situação (CORTI, 2001, p.8).

No caso específico dos temas sobre as juventudes boa-vistenses e a educação, carecem de novas pesquisas com objetivo de ampliar o entendimento acerca da abrangência, ideologias ou restrições que o processo educativo apresenta em relação às atitudes, crenças, valores ou motivações para a participação política dos jovens.

7.5 INSTITUIÇÕES ESCOLARES COMO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Esse estudo, também verificou se as escolas/universidades oportunizam a participação dos jovens, através de atividades no âmbito acadêmico, social e/ou cultural. As atividades selecionadas na pesquisa estão relacionadas direta ou indiretamente com a efetiva participação dos jovens. Entre as atividades que foram elencadas, estão ações comunitárias ou de trabalho social, as apresentações culturais, como teatro, música ou dança, debates e discussões, excursões, exibição de filmes, festas, seminários, as feiras de ciências ou concurso de redação e visitas a exposições em museus.

Neste caso, os jovens em Boa Vista foram indagados sobre a participação nas atividades ofertadas. Buscamos estabelecer uma correlação entre a oferta da instituição de ensino e a efetiva participação nas atividades. Neste sentido, é interessante observar, que mesmo nas escolas/universidades que ofertam as atividades aos alunos, em todas as opções, os alunos indicaram baixa participação.

Tipos de atividades oferecidas pela escola/universidades aos jovens	Percentuais de respostas válidas das atividades oferecidas pela escola/universidades aos jovens	Percentuais de respostas válidas da participação dos jovens nas atividades oferecidas pela escola/universidade
1. Ação comunitária /trabalho social	43,9%	23,6%
2. Apresentação de teatro/dança/música ou festivais culturais	61,6%	34,7%
3. Debates/ discussões	57,0%	39,1%
4. Excursão	30,5%	17,5%
5. Exibição de filmes	56,9%	40,9%
6. Festa	53,4%	34,8%
7. Seminários, Concurso de Redação ou Feira de Ciências	75,2%	63,0%
8. Visita a exposições ou museus	14,8%	9,8%

Figura 7: Atividades oferecidas pelas escolas X participação dos jovens entrevistados nas atividades oferecidas pela escola no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Para além do cotidiano dos conteúdos escolares oferecidos pelas escolas/universidades no Município de Boa Vista 75,2% da oferta está relacionada às atividades de cunho formal avaliativo: seminários, feiras de ciências ou redação, por exemplo. Essas atividades - que tem o caráter de avaliação formal são participação obrigatória na escola (pois geram notas), o que não possibilita analisar a iniciativa espontânea de participação dos jovens. Percebeu-se que são exatamente essas, as atividades que obtiveram maiores índices de participação, o que pode estar relacionado com as obrigações escolares e o processo de avaliação formal.

O Relatório Regional sobre Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2006) indicou que em Belém, as escolas concentram índices acima de 50% de participação em todas as atividades de entretenimento e culturais como festas, teatro, dança e música, sendo a participação dos jovens mais significativa do que em Boa Vista (34,7%).

Quando perguntados sobre os principais temas que despertam a participação dos jovens boa-vistenses nos debates e discussões promovidos pela escola/universidade, as respostas válidas indicam uma participação minoritária em temas importantes, como por exemplo, política e eleições, onde dos 309 jovens, 250 (78,4%) não participaram. Outro exemplo são as discussões/debates sobre os problemas da cidade ou do bairro em que o desinteresse na participação dos jovens

chegou a 76,5%. Os debates e discussões, que deveriam permear todas as disciplinas escolares (essencialmente no Ensino Médio), curiosamente são oferecidos por apenas 57% das instituições escolares em Boa Vista, sendo que a participação dos jovens ainda é inferior a essa oferta: apenas 39,1% participaram.

Podemos contatar que são escassas as oportunidades que as juventudes têm de discussão ou informação sobre os temas políticos ou socioeconômicos na escola, sendo que as respostas que os jovens apresentam em contrapartida, também são caracterizadas pela baixa adesão e pelo desinteresse.

Embora os debates, discussões, apresentação de filmes, feiras, seminários e redações tenham alguma aceitação por parte dos estudantes, podem não representar de maneira satisfatória as oportunidades ideais de atendimento para a demanda dos direitos dos estudantes de vivenciarem de maneira mais recorrente, as práticas sociais cotidianas.

A oferta das atividades ainda apresentam resultados tímidos, sugerindo a recorrente distância entre os interesses juvenis e as propostas que a escola é capaz de formular. Esses índices também podem indicar que existe uma carência de projetos inovadores ou de reelaboração dos seus projetos pedagógicos. Uma releitura nos currículos escolares na ótica da valorização de melhores condições para exercitar a participação e fortalecer aspectos fundamentais na formação da cidadania dos jovens seria possível através do empenho dos agentes educativos locais, através da reflexão coletiva. Essa reflexão começa com a discussão dos conceitos fundamentais sobre a educação e do papel da escola na vida dos estudantes.

A definição do tipo de escola e o papel que ela vai desempenhar na sociedade é um direcionamento possível e pode incentivar a participação dos alunos

A escola pública é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. Nenhum país do mundo se desenvolveu sem uma boa escola pública. Nenhuma sociedade se desenvolveu sem incorporar a grande maioria dos seus cidadãos ao bem viver. A escola pública do futuro, como escola para e pela cidadania, tem por objetivo oferecer possibilidades concretas de libertação para todos (GADOTTI, 2010, p.90).

O engajamento dos jovens pode ser influenciado pelos temas abordados e pela qualidade das informações apresentadas durante as atividades propostas pela

escola. Os temas e informações devem ser selecionados a partir dos interesses juvenis.

Entre as escolas/universidades que ofereceram os debates e as discussões, foram pesquisados a inclusão de alguns os temas, entre eles, os relacionados com sexualidade, aids e drogas, direitos humanos, política e eleições, problemas do bairro ou da cidade, projeto político pedagógico das escolas, regras da escola, disciplina e avaliação.

Neste caso, cabe comparar as respostas válidas no Município de Boa Vista e da pesquisa nacional *Juventude e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2005)*.

Temas dos debates e discussões realizados nas escolas	Escolas no Brasil, 2006	Escolas em Boa Vista – RR, 2013
1. Aids/sexualidade//drogas	72,7%	39,3%
2. Direitos humanos	37,9%	38,7%
3. Política/eleições	57,5%	26,1%
4. Problemas do bairro/cidade	28,3%	29,6%
5. P.P.P/regras da escola/disciplina/avaliação	45,7%	34,6%

Figura 8: Debates e discussões oferecidas pelas escola/universidade no Brasil, 2006 e no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil

Fonte: Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas, 2006 e Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Existem disparidades entre os índices apresentados nas pesquisas. Em âmbito nacional, as discussões sobre a sexualidade, por exemplo, já eram abordados pela maioria das escolas em parte das regiões brasileiras (72,7%), desde o ano de 2006. Em Boa Vista, mesmo nos dias mais atuais, ainda esse tipo de discussão acontece de maneira tímida (em apenas 39,3% das escolas). Outros temas como a política e as eleições, também divergem de maneira considerável nesta relação Brasil e Boa Vista (57,5% e 26,6%, respectivamente).

No contexto local, é necessário que as instituições escolares e, sobretudo os educadores, assumam a responsabilidade de fomento sobre os temas cotidianos, que permitam a reflexão das crianças e jovens, tornando-os aptos a expressarem opiniões e de interferir na realidade. Toda a prática educativa demanda a existência de instrumentos que possibilitam a formação política:

Mulheres e homens, somos únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos

únicos em que aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 1996, p.69).

Breve análise sugere que as escolas/universidades locais estejam atuando de maneira tímida nestas abordagens, talvez muito mais focadas nas disciplinas e conteúdos formais e que, mesmo em situações escolares favoráveis à participação a atitude dos jovens é desfavorável, pois nem todos participam.

Essa constatação remete ao entendimento de que é necessário criar oportunidades em abundância aos estudantes, acreditando que a participação é um exercício sistemático e continuado. Quanto mais os alunos participam, mais motivados e preparados estarão para as novas participações.

Contudo, é preciso considerar a educação e suas contradições. O papel dos educadores, as reflexões sobre os instrumentos de controle e avaliação, a complexidade da escola como instituição que necessita de uma reavaliação ou reorganização intelectual, para que a partir de posturas diferenciadas desinstalem conforto, orgulhos e alienações. Entender a escola como um instrumento de reprodução ou de emancipação do homem e refletir sobre o papel dos educadores na perspectiva da construção do conhecimento e não na transmissão deste, pode significar a superação de conclusões simplistas sobre o tema (RIBEIRO, 2012).

Para Althusser (1998), o sistema escolar pode reproduzir as relações de exploração e de poder, reforçando aspectos reprodutores das forças de exploração, determinando o papel da educação por ações de base econômica ou social que estão fora do contexto da própria educação.

Paulo Freire (1987) propõe uma pedagogia consciente, que problematize a realidade e convoque o estudante para a atitude política de enfrentamento, acreditando na possibilidade de mudanças.

Portanto, cabe às instituições educativas através dos educadores a tarefa de incentivar e desenvolver as competências necessárias para que os estudantes assumam posturas políticas, distante da neutralidade sobre as questões sociais.

A educação permite avançar na igualdade e nas oportunidades de participação juvenil. No entanto, esta alavanca de mobilização nem sempre funciona de maneira produtiva. Não bastam as oportunidades expressas é necessário qualidade na elaboração das atividades e das temáticas. O respeito aos aspectos

culturais, o acesso às informações de qualidade, a garantia de espaço para o contraditório, a percepção de que é necessário rever conceitos são alguns dos elementos que proporcionam um contexto favorável para o trabalho pedagógico focado na participação política juvenil.

Contudo, a escola não é a única responsável por esse processo:

O desenvolvimento de capacidades permite que a juventude aproveite suas potencialidades mediante a aquisição de habilidades. Nesta fase do ciclo de vida a educação formal constitui a fonte principal que nutre as potencialidades das pessoas. Porém, também é importante considerar outros espaços de desenvolvimento de habilidades e capacidades dos jovens, tais como as práticas associativistas e o acesso a novas tecnologias da informação e das comunicações, em que a juventude aprende fazendo (CEPAL, 2008, p. 27).

A escola pode assumir também esse caráter da educação informal, sendo um equipamento social disponível, que permite o acesso e a participação da comunidade e entorno escolar o que traz muitos benefícios às comunidades, sobretudo as mais pobres, que muitas vezes, carecem de espaços alternativos para o lazer, cultura, esportes e aprendizagens.

Partindo da concepção de escola como um equipamento social, os jovens pesquisados foram indagados sobre a frequência deles na escola/universidade nos finais de semana. Dos 401 entrevistados, 256 jovens (64,8% das respostas válidas) responderam que não frequentam suas instituições de ensino nos finais de semana. Entre os 139 (35,2% das respostas válidas) que afirmaram frequentar a escola/universidade no final de semana, 13,5% vai para a instituição de ensino para praticar esportes e 12,2% com objetivo de encontrar os amigos.

Nas demais atividades propostas pelas instituições de ensino, a participação dos alunos é menos representativa. Entre elas estão: as atividades culturais onde 9,9% dos alunos participam, aulas de reforço ou atividades preparatórias para o vestibular com 5,1% de participação, oferta de cursos profissionalizantes com apenas 7,6% dos estudantes participantes, celebrações religiosas, com 3,8% de participação e trabalhos voluntários com apenas 5,6% de participação.

Essa constatação revela números estatísticos que estão na contramão dos investimentos das políticas públicas educacionais para a Educação Básica no Brasil.

Desde 2010 que o Ministério da Educação utiliza como uma das diretrizes básicas, a educação integral. O Programa Mais Educação, por exemplo, criado pela

Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas como: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Essas recentes experiências pedagógicas no Brasil indicam o papel central que a escola tem na construção de uma agenda de Educação Integral articulando, a partir da ampliação da jornada escolar, políticas públicas, equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências que tornam possíveis a partir da Educação Integral.

Inclusive os recursos financeiros para a ampliação da jornada escolar estão previstos em políticas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Embora mais de 50% das escolas estaduais e municipais participem desses programas do Ministério da Educação⁵², a pesquisa realizada em Boa Vista (2013) demonstrou que a adesão em atividades educacionais fora do ambiente escolar são mais valorizadas que aquelas oferecidas no ambiente escolar. As modalidades de cursos profissionalizantes e de informática, por exemplo, são importantes para os jovens. Considerando as respostas válidas, aproximadamente 40,1%, dos jovens participam de algum curso profissionalizante fora da escola e 32,9%, participaram de cursos na área da informática em outras instituições.

Em relação aos cursos na área de informática, os dados sugerem que as instituições de ensino não têm se mobilizado para atrair os jovens para a participação dentro do ambiente educacional. Falta de infraestrutura e equipamentos ainda são algumas das carências observadas nas escolas. Porém, Recursos do Ministério da Educação tem sido disponibilizados às escolas públicas para investimentos em laboratórios de informática e professores, especificamente na área. Mesmo assim, parte dos jovens tem se dedicado a esta aprendizagem fora do ambiente escolar.

⁵² Fonte sobre a adesão das escolas: Secretarias Estadual e Municipal de Educação - Coordenações do Programa Mais Educação e da Educação Comunitária, em 2013

A escola/universidade que deveria servir de ponto de referência para o encontro entre educadores e estudantes, como um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, especificamente neste caso, não se concretiza.

7.6 JUVENTUDES E TRABALHO

Jovens e trabalho são temas recorrentes na agenda governamental brasileira, principalmente devido ao potencial criativo, típico da juventude e pela enorme contribuição que este segmento pode trazer ao desenvolvimento econômico, social e político de suas regiões de origem, sobretudo às regiões menos desenvolvidas do país, como é o caso da Região Norte.

Essa temática foi reconhecida como prioridade na XVI Reunião Regional Americana (2006), tendo obtido o apoio de todas as delegações tripartites presentes. Nesta oportunidade, os membros desta reunião aprovaram como *objetivo geral, em relação à juventude, a promoção de maior formação e melhor inserção no mercado de trabalho*⁵³. Assentindo essa importância, a pesquisa em tela sobre Participação e Cultura Política (2013), apresenta dados sobre a situação de trabalho dos jovens no Município de Boa Vista.

Na entrevista realizada com 401 jovens boa-vistenses, entre as respostas válidas, 52,3% dos jovens relataram que estão trabalhando de maneira remunerada, incluindo nesta abordagem, também os “bicos” (considerado trabalho sem vínculo formal).

Situação do trabalho atual	Percentuais válidos
1. Aprendiz, estagiário ou bolsista em projeto social	30,7%
2. Funcionário público, empregado com carteira assinada ou autônomo com INSS	9,3%
3. Empregado sem carteira assinada ou empregado sem INSS	8,8%
4. Empregador	1,8%
5. Outra situação	52,3%

Figura 9: Situação atual de trabalho dos jovens no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013)

⁵³ Relatório Trabalho Decente e Juventude, Agenda 2006-2015 – Brasil, 2009, p. 13.

Especificamente nesta pesquisa, é preciso considerar a faixa etária dos entrevistados quando se analisa os dados sobre o trabalho, pois 63,4% dos jovens têm menos de 18 anos, o que torna coerente os índices sobre a situação de trabalho: aprendizes, estagiários ou bolsistas em projeto social.

Entre os entrevistados, 52,3% das respostas válidas indicam que jovens vivenciam outra situação em relação ao trabalho, que, possivelmente possam estar relacionadas com o percentual de indivíduos que responderam que estão procurando trabalho (58%). Esses dados são similares aos resultados do Relatório Regional de Belém (2006), onde 74,8% dos jovens estavam desempregados.

Os índices demonstram claramente a restrição vivenciada pelos jovens, sobretudo das classes econômicas mais populares. Evidenciam o círculo vicioso que se estabelece com as populações pobres: educação de baixa qualidade, inserção precária no mercado de trabalho sem a devida qualificação profissional, muitas vezes resultando na distorção idade-série, tão evidente no contexto local. A falta de escolaridade adequada constitui um perfil profissional inadequado que impulsiona os dados da reprovação e do desinteresse dos jovens, dificultando a inserção no Ensino Superior.

O estudo realizado no Município de Boa Vista, encontra similaridade com a situação de empregabilidade, onde uma parcela significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir um espaço de boa qualidade no mercado de trabalho. Mesmo quando o jovem consegue trabalho, muitas vezes, ele é precário; o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade e baixos níveis de rendimento e de proteção social evidenciam essa dificuldade (CONSTANZI, 2009).

Pensar as relações estabelecidas entre o trabalho e a juventude, é um ponto de relevância, por conta inclusive, das escassas oportunidades reveladas;

uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Frequentemente, essa inserção é marcada pela precariedade, o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade e baixos níveis de rendimentos e de proteção social evidenciam essa dificuldade. Em termos relativos, os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora (CONSTANZI, 2009, p.19).

Nesta perspectiva, também podemos incluir a baixa escolaridade como um dos fatores determinantes nas condições precárias de empregabilidade. A pesquisa revelou que 72,4% dos jovens que trabalham sem carteira assinada e 88,9% dos que trabalham como autônomos, sem INSS, cursaram até, no máximo o Ensino Médio incompleto.

A restrição do mercado de trabalho e a carência da educação de qualidade comprometem a vida futura dos jovens, assim como são fatores que impedem o pleno exercício da cidadania. A empregabilidade está relacionada com aspectos da escolaridade, experiência profissional, disponibilidade de conciliação entre trabalho-escola/universidade e outras demandas, que possivelmente podem representar de maneira evidente a fragilidade do contexto juvenil.

7.7 MÍDIAS E NOVAS TECNOLOGIAS

O acesso à Internet e as novas tecnologias trouxeram uma nova cultura de comunicação, sobretudo nas gerações mais jovens. Diante desta nova conduta, é possível averiguar a existência de duas vertentes opostas que correm concomitantemente ao desenvolvimento da sociedade contemporânea. De um lado, é possível enxergar uma sociedade mais igualitária, mais livre e com pleno exercício do direito de expressão individual, porque o acesso à informação se tornou mais fácil e por outro lado, entretanto, o desenvolvimento dessas tecnologias representa a base dos novos embates entre conflitos sociais e profundas desigualdades no acesso às oportunidades e à melhoria da qualidade de vida (VIEIRA, 2014).

Devido a rapidez com que as pessoas e as informações interagem através das mídias é possível que elas tenham um forte poder no comportamento e na vida cotidiana das pessoas, sobretudo entre os jovens, que são mais vulneráveis às influências sociais. Os dados sobre as mídias e as novas tecnologias, levantados através da entrevista realizada com os jovens em Boa Vista, possibilita conhecer os meios de comunicação mais utilizados por este segmento, os locais e quantidade de acessos e as principais ingerências dessa ferramenta na vida cotidiana juvenil.

Quando foram indagados sobre a importância de se manterem informados em relação aos temas sociais, políticos, econômicos do mundo, 93,7% dos jovens boavistenses responderam afirmativamente. Entre os meios de acesso às informações mais utilizados estão as redes sociais (72,9%), a TV (67%) e os jornais e revistas

(51,3%) foram os mais citados. Interessante observar que a família (38,6%) e os professores (23,9%), neste caso, são menos procurados pelos jovens para a obtenção de informações, ficando, inclusive, abaixo dos amigos (44,5%).

Associando a baixa credibilidade e participação dos jovens nas atividades promovidas pela escola e os modestos resultados sobre a credibilidade do papel do professor como fonte de informação, vislumbramos certa inquietação em relação ao papel da educação escolar no Município de Boa Vista, sobretudo em relação à identidade do profissional da educação e seu papel na sociedade local.

Atualmente, é possível perceber que a profissão professor vem sofrendo crise na sua identidade, o que implica, entre outros problemas, na dificuldade de interação social dentro e fora da escola; no descontentamento pessoal do professor na realização das suas atividades e na descrença do seu papel social. No entanto, é necessária uma análise mais ampla neste tipo de discussão, pois não há ensino de qualidade, inovação pedagógica, sem reforma educacional e adequada formação e participação de professores. Essa discussão ultrapassa as análises locais. Possivelmente esta situação retrate a realidade do ensino no Brasil, que na maioria dos casos, apresenta uma oferta educacional desprovida de qualidade e de condições materiais e humanas de funcionamento adequado, atingindo principalmente as escolas públicas, única modalidade de acesso à educação escolar para a maioria dos jovens brasileiros (SPOSITO, 2005).

Essa releitura do papel da escola na sociedade, necessariamente deva contemplar um novo olhar às novas tecnologias da informação e do conhecimento, que fazem parte da vida dos jovens, até mesmo dos mais pobres. As pesquisas mais recentes sobre juventude sinalizam a facilidade e velocidade de desempenho dos jovens com as novas tecnologias da informação e da comunicação:

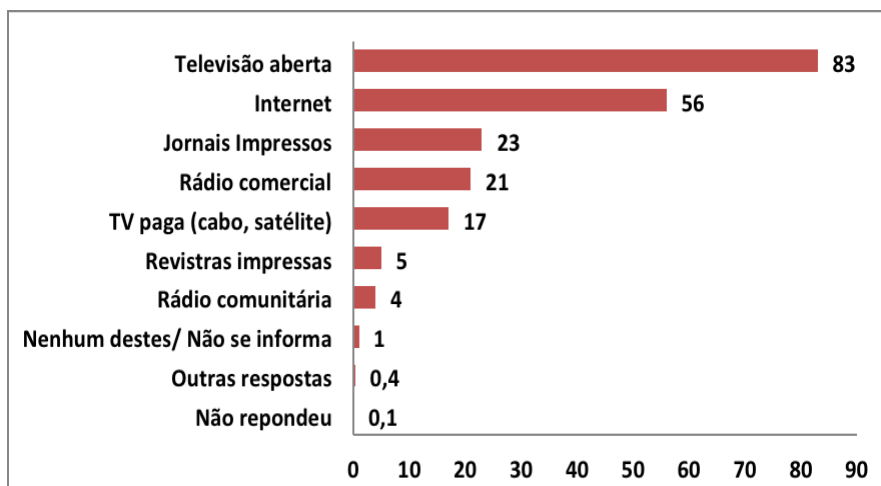


Figura 10: Meios que costuma se informar sobre o que acontece no Brasil e no mundo

Fonte: Pesquisa Agenda Brasil (2013).

Nesta pesquisa nacional, a TV aberta e a internet representam os principais meios de informações. Esses dados trazem à tona a discussão sobre as condições de acesso, a frequência, os locais e tempo que os jovens utilizam atualmente essas novas tecnologias.

Considerando as respostas válidas, na Pesquisa sobre Cultura e Participação Política realizada em Boa Vista indicam que 92% dos jovens têm acesso aos computadores, sendo a própria residência o principal local de acesso entre os jovens. Entre os 401 jovens pesquisados, 186 (66,7%) acessam a internet da sua própria residência.

Locais de acesso à internet	Frequência	Percentuais válidos
1. Associação de moradores e/ou centros comunitários	1	0,4
2. Casa	186	66,7
3. Casa amigos-parentes	20	7,2
4. Escola-universidade	2	0,7
5. Lan house - cyber café	54	19,4
6. Trabalho	16	5,7
Total	279	100,0
System	122	
Total	401	

Figura 11: Locais de acessos à internet entre os jovens no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

A pesquisa realizada pelo IBGE, sobre o percentual de acesso à internet em domicílios particulares em Roraima indicou que apenas 17,3% dos domicílios do estado tinha acesso à internet no ano de 2010⁵⁴. Os índices trazem também a informação que 70,8% dos estudantes de dez anos de idade ou mais, possuem telefone móvel celular para uso pessoal no estado⁵⁵. Porém, os resultados da pesquisa em Boa Vista (2013), indicam que mais de 60% dos jovens pesquisados entre 15 e 24 anos têm acesso à internet em seu próprio domicílio, evidenciando a necessidade de dados atualizados por parte dos órgãos oficiais.

As instituições nacionais que estudam o assunto, explicam que a capacidade e a oportunidade de conectividade apresentam números crescentes e são os jovens que estão revolucionando o acesso à informação e ao conhecimento (CEPAL, 2008).

Mais uma vez, chama a atenção o baixo índice de acesso nas escolas/universidade em Boa Vista (0,7% dos percentuais válidos). As instituições educacionais não aparecem como referência na utilização das novas tecnologias de comunicação e informação, descaracterizando o espaço escolar como um local de utilização de instrumentos tecnológicos. Esses dados também refletem a baixa utilização dessa ferramenta como opção pedagógica no trabalho do professor.

As novas tecnologias inovaram o processo educacional, trazendo para o ambiente escolar a condição de promover a interação do conhecimento entre os sons e as imagens. São instrumentos que podem ser utilizados de maneira pedagógica porque proporcionam um rompimento dos métodos tradicionais, repetitivos e sequenciais, para a utilização de métodos dinâmicos, onde é possível parar, "interromper a história no meio e abrir uma janela para outro ponto pelo qual o aluno se mostre curioso. Dessa forma a construção do raciocínio não é mais linear, mas multidimensional" (Trindade, 1996, p.42).

A ressignificação da escola e do papel do professor a partir da intervenção das tecnologias é fundamental, haja vista aspectos referentes à ideologia que circula nos meios de comunicação, nas redes planetárias e, verificando esta circulação, é necessário procurar saber como a ideologia opera nesta realidade. Cabe à escola, a partir da ressignificação de seu papel, compreender como se opera a ideologia e

⁵⁴ Fonte: IBGE, PNAD e Censo 2010.

⁵⁵ Fonte IBGE, PNAD 2011 – Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para o Uso pessoal.

ensinar aos estudantes a leitura adequada dessas formas simbólicas que circulam na mídia (BACCEGA, 1999).

Embora a escola não seja a única transmissora da ideologia na sociedade moderna, destaca-se como a instituição importante pelo pertencimento cotidiano no universo infantil e juvenil:

por isso, é de extrema importância na discussão das questões referentes à ideologia, neste momento em que a escola, instância fundamental de socialização, lugar privilegiado dos jogos do cotidiano, imbrica-se com os meios de comunicação e se abre para os usos das tecnologias em seus processos. Se por um lado a comunicação de massa se tornou um fator fundamental de transmissão de ideologias na sociedade moderna, por outro, é importante não se esquecer de que a ideologia opera numa grande variedade de contextos da vida cotidiana: das conversas entre amigos à solenidade das agências de educação (BACCEGA, 1999, p.12).

Portanto, não é mais possível que a escola ignore esses contextos e instrumentos, sob a pena de perder oportunidades de promover dinamismo e interesse dos alunos na descoberta de novas aprendizagens.

A pesquisa realizada em Boa Vista (2013), também avaliou a frequência de acesso à internet entre os jovens. Entre as respostas válidas, 61,4% declararam que acessam a internet “sempre”, 31,6% responderam que “de vez em quando” e apenas 7,0% disseram que “raramente” acessam a internet. Sobre as atividades em que os jovens gastam mais tempo na internet, em sua maioria, estão relacionadas a bate-papos, comunicação por e-mails e acesso às redes sociais.

Local que gasta mais tempo na internet	Percentuais válidos
1. Bate-papos, comunicação por e-mails e redes sociais	65,1%
2. Pesquisas de trabalho ou escolares	26,3%
3. Jogos	7,2%
4. Compras	0,9%
5. Sites de conteúdo sexual	0,4%

Figura 12: Locais de acesso à internet em que os jovens gastam mais tempo no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Entre os jovens que declaram acessar internet “sempre”, os adolescentes são os mais frequentes. Os índices mostram que entre eles, 76% têm entre 15 a 18 anos. Esses resultados corroboram as informações coletadas pela pesquisa da

UNICEF de 2013⁵⁶ sobre os jovens e o uso das novas tecnologias, especialmente na adolescência. Segundo os pesquisadores:

[...] para a maioria dos adolescentes, a internet é uma ferramenta de comunicação que faz parte de seu cotidiano, permitindo-lhes usufruir as possibilidades da vida online, estar em contato com outras pessoas, ter acesso a informações, bibliotecas virtuais e participar de debates sobre temas que interferem em sua vida (UNESCO, 2013, p.11).

O uso excessivo de redes sociais, em especial entre adolescentes e jovens tem preocupado pesquisadores, educadores e pais no mundo inteiro. Uma pesquisa desenvolvida em 2011, pela Academia Americana de Pediatria concluiu que o uso excessivo das redes sociais pode causar depressão⁵⁷. Os pesquisadores responsáveis pelo estudo o denominaram de ‘Depressão Facebook’, a qual atinge, especialmente, os adolescentes que ficam horas do dia navegando nas redes sociais. De acordo com a pesquisa, o uso sem moderação poderia acarretar atos de *cyberbullying*, ansiedade social e isolamento severo. Pesquisadores relatam que a forte adesão dos adolescentes às redes sociais reflete características típicas da juventude, como a necessidade de autoafirmação e de socialização e formação da identidade. Em épocas diferentes, outros interesses aglutinavam a juventude e também requeriam limites por parte dos pais e responsáveis.

Muitos outros aspectos relacionados às novas tecnologias têm sido objeto de pesquisas no Brasil, porque as novas gerações têm um acesso muito mais significativo à rede mundial de computadores. Alguns paradigmas estão sendo revistos. Entre eles, podemos citar o reconhecimento de que o acesso é muito diferenciado, entre ricos e pobres, entre negros e brancos, entre os menos e os mais escolarizados, inclusive, parece ultrapassado. No caso desse estudo, essas discussões parecem profícuas, na medida em que no Município de Boa Vista os dados revelam que os jovens mais pobres (classes econômicas E, D, C2 e C1 – com renda familiar de até no máximo dois salários mínimos), são os mais conectados.

Esta geração, mais conectada à internet, convive com uma nova realidade que experimenta vivências com relações interpessoais presenciais e virtuais:

Pensar os padrões de socialização e sociabilidade da atual geração juvenil exige que se faça referência à internet – o que, no geral, desperta

⁵⁶ Fonte: O Uso da internet por adolescente, Unesco – Brasília, 2013, p.11.

⁵⁷ Fonte: www.aap.occisso em 01.05.2014

temores e preocupações. Costuma-se dizer que os expedientes virtuais, vinculados às novas tecnologias de informação, afastam os(as) jovens do mundo real, exacerbam o isolamento e o individualismo. Certamente, estas “novas formas de estar no mundo” podem afastar os(as) jovens entre si e da realidade social em que vivem. Mas também não se pode negar que as TICs abrem novas possibilidades de aproximação entre jovens de diferentes setores sociais e, ainda, produzem novas formas de incidência no espaço público (JUVENTUDES SUL-AMERICANAS, 2010, p.97).

A discussão é emergente e diferentes caminhos para a análise surgirão. Em que pese todas as preocupações ou críticas relacionadas a esses novos canais de comunicação e diálogo estabelecidos, não se pode desconsiderar sua importância no contexto das novas formas de participação juvenil. No entanto, os estudos que investigam como, de fato, os jovens utilizam os recursos digitais para a participação política ainda carecem de refinamento. É preciso considerar que embora as novas tecnologias forneçam algumas ferramentas necessárias ao fomento da participação política, há outros fatores que condicionam a utilização da ferramenta à competência para tal feito, como por exemplo, o aprendizado para atuar e interagir no equipamento, associado à capacidade de reflexão, comunicação e liderança. A discussão ainda é periférica e os níveis de qualidade da relação dessas competências com diferentes graus de utilização da internet na vida cotidiana dos jovens, ainda é discutível.

7.8 ACESSO AO PATRIMÔNIO E AOS BENS CULTURAIS

Os jovens possuem experiências exteriores a escola e por isso apresentam diferenciadas aprendizagens sobre a construção de práticas sociais e interação com o mundo. Trazem como referência suas vivências na sociedade, alguns são trabalhadores, outros adolescentes, negros, brancos, pobres, ricos, filhos ou pais, *rappers* ou capoeiristas. Todas essas dimensões os constituem como sujeitos diferenciados entre si, embora compartilhem algumas características peculiares da idade (CORTI, 2001).

Quanto maior é a interlocução com a sociedade, maiores as possibilidades de incorporação, pela escola, das demandas juvenis, que não devem se traduzir em atividades pedagógicas rotineiras. A investigação sobre a dinâmica de ocupação dos jovens é importante para compreender os aspectos culturais e o lugar que eles

ocupam na organização da sociedade. Além disso, outros aspectos são possíveis de análise nesta dinâmica da participação em espaços culturais:

É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis (ABRAMO; BRANCO, 2008, p.176).

Quando vistos e respeitados desta maneira, como grupos com forte potencial para atuação na esfera social e política, capazes de propor soluções de problemas através de um diálogo inovador, as juventudes passam a conceber e experimentar a escola de maneira mais significativa.

Pela abordagem de questões que são importantes para a formação das identidades juvenis a pesquisa sobre *Cultura Política e Democracia: a participação política dos jovens no Município de Boa Vista, Roraima, 2013*, estimulou a expressão das opiniões sobre acesso aos bens culturais e lazer:

Locais de acesso à bens culturais	Percentuais válidos de participação entre os jovens
1. Centro ou espaços culturais	27,0%
2. Cinema	59,8%
3. Museus ou exposições	5,9%
4. Parques ou praças	71,6%
5. Shows musicais	45,8%
6. Teatro ou outros espaços que promovam peças teatrais	13,0%
7. Não frequenta nenhum desses lugares	11,3%

Figura 13: Acesso aos bens culturais e ao lazer entre os jovens no Município de Boa Vista - Roraima, 2013, Brasil

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

O município de Boa Vista, carece de espaços culturais, se comparado aos grandes centros urbanos. Equipamentos sociais de fomento à cultura, sobretudo com atividades musicais, espaços culturais e de lazer ainda são restritos. Na cidade existe somente um cinema e um museu – ligado à cultura indígena. Os shows musicais, quando possibilitam um acesso mais popular, são em sua maioria trazidos de outros estados, com poucas oportunidades para a cultura local. Não há uma estrutura adequada de teatro na cidade. A cidade possui muitas praças e parques,

contudo, os espaços públicos de lazer, em sua maioria, estão depredados, porque não possuem manutenção dos governos locais.

Mesmo assim, as praças e parques caracterizam-se como algumas das poucas opções aos jovens mais pobres. Possivelmente a realidade descrita possa justificar o alto índice de participação dos jovens nas praças e parques públicos (71,6%) e no único cinema da cidade (59,8%).

Sobre o elevado índice dos jovens nas praças e parques públicos, é importante atentar ao baixo nível de segurança nesses espaços⁵⁸, principalmente porque os jovens que frequentam, em sua maioria são os adolescentes, entre 15 e 18 anos. Vale ressaltar que esse público, em maioria, formado por adolescentes são oriundos de famílias pobres (96%), com renda média familiar de, no máximo, dois salários mínimos.

O documento intitulado Relação das vinte e quatro Propostas Aprovadas na Conferência Estadual da Juventude de Roraima retrata bem a realidade e as carências das juventudes locais. Em relação à cultura e ao tempo livre, os jovens reivindicam a reestruturação e/ou criação de centros culturais, parques, quadras esportivas, com o devido patrocínio para as atividades esportivas, a desburocratização dos processos para a criação de rádios comunitárias e a elaboração e execução de projetos e pontos de cultura pelos governos municipais e estaduais. Solicitam também a capacitação técnica de agentes jovens para viabilizar a capacitação de recursos com o objetivo de desenvolverem projetos culturais na sociedade local. Ainda solicitam incentivos para a criação de associações e cooperativas para o desenvolvimento de iniciativas em prol do meio ambiente, bem como, apoio logístico e financeiro dos governos para a criação de comitês, movimentos e grupos juvenis.

Além das novas aprendizagens, o documento sugere novas oportunidades para o desenvolvimento juvenil, desempenhando um papel importante no controle do tempo livre e agindo de forma incisiva na prevenção das situações de violência e/ou vulnerabilidade ao consumo de drogas.

Contudo, a pesquisa nacional sobre Juventude Brasileira e Democracia (2005), também revelou a preocupação dos jovens em relação à cultura e ao lazer,

⁵⁸A média nacional no número absoluto de homicídios cresceu 7% de 2011 a 2012. Roraima, Ceará e Acre foram as unidades da federação com maior aumento: 71,3%, 36,5% e 22,4%, respectivamente. Fonte: Mapa da Violência 2014 – Instituto Sangari.

retratando bem o contexto de privações. Entre as principais demandas estão: a falta de acesso aos espaços culturais e de lazer, a concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades, a pouca valorização da cultura regional, a falta de apoio para a cultura juvenil e a falta de segurança pública (p.34).

Mais uma vez, a realidade local demonstrou similaridade com a realidade em geral, deixando transparecer as mazelas e demandas oriundas das juventudes brasileiras.

7.9 PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

O estudo sobre a participação política das juventudes de Boa Vista, buscou compreender os significados e os caminhos que os jovens percorrem para a participação. As análises buscam combinar os dados locais obtidos com outras pesquisas regionais e/ou nacionais que retratam aspectos desse mesmo tema.

A pesquisa abordou a realidade do associativismo juvenil no Município de Boa Vista, partindo da unidade mais simples de análise, que é o envolvimento coletivo voluntário dos jovens em grupos. Inicialmente os jovens entrevistados foram indagados sobre qualquer tipo de participação em grupos, para posteriormente compreender seu engajamento nessas entidades ou movimentos.

A maioria dos jovens entrevistados (58,5%) nunca participou de qualquer atividade em associações, entidades ou grupos, sendo que 18% dos que já participaram, não participam mais e somente 23,5% participam atualmente das atividades apresentadas.

Entidades, grupos e movimentos	Participa atualmente	Já participou, mas não participa mais	Nunca participou
Ass. Comunitária de moradores	7,0%	3,7%	89,3%
Associações estudantis	3,9%	9,4%	86,7%
Clubes ou ass. Esportivas/lazer	6,5%	8,3%	85,2%
Grupos artísticos/culturais	5,5%	7,6%	87,0%
Grupos ambientalistas/ecológicos	2,1%	4,9%	93,0%
Grupos religiosos	14,1%	10,9%	75,0%
Grupos diversos (gangues/galeras)	2,6%	2,9%	94,5%
Trabalho voluntário	5,5%	8,3%	86,2%
Movimentos sociais negros/ indígenas/feministas/ de opção sexual	2,1%	4,2%	93,8%
Movimentos sociais (educação, saúde, moradia, etc.)	2,6%	6,8%	90,0%
ONGs	1,3%	1,6%	97,1%
Partidos políticos	1,3%	0,8%	97,9%
Sindicatos	1,3%	1,3%	97,4%

Figura 14: Participação atual, passada e não-participação os jovens no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013– em entidades, grupos e movimentos em percentuais

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Comparativamente à pesquisa nacional *Juventude Brasileira e Democracia (2005)*, os resultados do Município de Boa Vista apresentam dados similares. Os grupos religiosos são prioridade na agenda da juventude local, onde 14,1% dos jovens participam, em coerência com o percentual de 15,3% da pesquisa nacional. Em contrapartida, a segunda melhor opção dos jovens boa-vistenses são as associações comunitárias de bairro, onde 7% dos jovens estão envolvidos. No caso da pesquisa nacional esse tipo de atividade tem uma adesão tímida, de apenas 3% dos jovens.

É possível que essa diferença entre os percentuais se deva ao fato de que as associações de bairro em Boa Vista apresentam uma razoável militância, sempre relacionada com algum agente político local. Como a cidade é constituída por uma população pouco numerosa, a proximidade entre as autoridades e as pessoas é uma prática comum, que estabelece um determinado personalismo nessas relações, o que fortalece as associações de bairro, estando, portanto, muito próximas às famílias e conseqüentemente, dos jovens.

Posteriormente, os clubes ou associações de esporte ou lazer aparecem dentro das preferências juvenis, tanto em nível local (6,5%), quanto em nível nacional (8,3%). Esses tímidos índices, demonstram que o fomento, principalmente ao esporte, prática extremamente importante para o desenvolvimento juvenil, ainda com ausência de investimento, tanto no âmbito nacional, quanto local.

Especificamente sobre a participação política, os jovens foram indagados de como a classificariam a partir de quatro alternativas: considera-se politicamente participante, deixa a política para os outros, se informa, mas não participa de política e não gosta de política. Em relação a sua atitude frente à participação política, somente 9,1% dos jovens se consideram politicamente participantes. Dados similares com a pesquisa nacional, em que apenas 8,5% dos jovens brasileiros denominaram-se participantes.

Atitude frente à participação política	Frequência	Percentuais Válidos
Considera-se politicamente participante	35	9,1%
Deixa política para os outros	43	11,2%
Se informa – mas não participa de política	134	34,9%
Não gosta de política	172	44,8%
Total	384	100%

Figura 15: Classificação de atitude frente à participação política dos jovens no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Mediante a constatação de que 79,7% dos jovens no Município de Boa Vista declararam que não gostam de política ou que se informam, mas não participam, o estudo denotou em linhas gerais o baixo interesse juvenil pela temática.

É aceitável considerar que o conceito das juventudes em relação à política não é diferente daquele conceito equivocado estabelecido na sociedade como um todo: que está distante do cotidiano das pessoas e que se vincula apenas com o ato de votar. Neste sentido, as mídias, que tem forte poder de circulação da informação e que são instrumentos de fácil acesso aos jovens, tendem a apresentar de maneira recorrente os contra-valores éticos e morais estabelecidos nas relações entre agentes políticos e governos, acentuando ainda mais a descrença na política.

A palavra política, no senso comum, ainda vincula-se apenas às eleições ou aos governos. Quando a ideia é ampliada para a participação social ou coletiva, o interesse dos jovens emerge.

Contudo, no documento que apresenta as vinte e quatro propostas aprovadas na Conferência Estadual de Juventude de Roraima/2011, os jovens revelaram preocupação com a falta de comprometimento na formação política dos jovens através das instituições educativas. Interessante observar que a constatação de não-participação dos jovens (34,9%) e a declaração de que não gostam de política

(44,8%), associados ao documento citado, que clama por formação política para os jovens, demonstrou claramente a lacuna que existe na formação acadêmica dos jovens.

Neste mesmo documento as juventudes do estado sugeriram a criação da Secretaria Estadual da Juventude, como um canal para a participação política e como um espaço para a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para os programas e projetos que envolvam este segmento etário.

Relacionando a atitude dos jovens frente à participação política com a classe econômica, percebe-se similaridade de opiniões, portanto, os dados sugerem, que independente da classe econômica, as opiniões são semelhantes.

Porém, quando relacionamos escolaridade e participação, algumas opiniões são divergentes, mais uma vez, associando a importância da formação à efetiva participação política, pois foram os jovens mais escolarizados que se declararam politicamente participantes (50% com Ensino Superior Completo e 100% daqueles que cursaram Pós-graduação). Entre os jovens que ainda não concluíram nem o Ensino Fundamental, nenhum se considera politicamente participante.

O desinteresse pela participação política também é recorrente nos resultados de pesquisas nacionais. Numa pesquisa realizada em 2006⁵⁹ sobre os interesses, informações e compreensão da política, os resultados demonstraram que 78,5% dos brasileiros classificam-se pouco ou nada interessados em política. Esse quadro de resultados nos reporta a uma discussão mais ampla, que possivelmente, anuncia problemas com a democracia na medida em que uma proporção significativa de cidadãos decide não exercer seus direitos nem cumprir seus deveres (O'Donnell, 1993, p.1355).

A pesquisa *Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções, 2013*, apresentou algumas afirmações relacionadas à participação política e perguntou se os participantes da pesquisa concordavam totalmente, parcialmente ou discordavam parcialmente ou totalmente.

⁵⁹ Fonte: Opinião Pública. Encarte Tendências. Campinas, vol.17 nº1, junho, 2011, p.251-269.

	Frequência	Percentuais Válidos
Concorda totalmente	235	76,5%
Concorda parcialmente	36	11,7%
Discorda parcialmente	13	4,2%
Discorda totalmente	15	4,9%
Não sabe/não opinou	8	2,6%
Total	307	100%

Figura 16: Resposta sobre a seguinte afirmação: *A maioria dos políticos não representam os interesses da população no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013*

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

A pesquisa local indicou que 76,5% dos jovens pesquisados concordam totalmente com a afirmação “*a maioria dos políticos não defendem os interesses da população*”. Se adicionarmos nesta resposta a opinião daqueles que concordam parcialmente, teremos um percentual de 88,2% dos jovens com visão negativa sobre a atitude dos políticos eleitos frente aos interesses da população. Os dados obtidos na pesquisa nacional (64,7%) e regional, em Belém (61,2%), em menores índices, também demonstram o mesmo sentimento juvenil em relação ao tema.

Correlacionando a afirmação “*a maioria dos políticos não representam os interesses da população*” com a classe econômica em Boa Vista, percebeu-se uma correlação decrescente na medida em que melhora o nível socioeconômico dos jovens. O nível de concordância parcial ou total com a afirmação é de 95,8% entre os jovens da classe E, 85% dos jovens da classe D, 80% dos jovens da classe C2, 94,9% dos jovens da classe C1, 69,3% dos jovens da classe B2 e 50% dos jovens da classe B1. Mesmo apresentando índices ainda expressivos em todas as classes econômicas, existe um número menor de jovens que acreditam que os políticos não defendem os interesses da população, na medida em que a renda média familiar aumenta.

A pesquisa em tela traz à tona uma temática exaustivamente discutida pela Ciência Política nas últimas décadas: a falta de credibilidade na política e nos políticos, que resulta numa espécie de desinteresse ou “alienação” política dos jovens. Esses aspectos possivelmente estejam relacionados com a “não-ação” juvenil no campo da participação. Porém essa “não-ação” manifestada no campo político, em alguns casos, pode representar uma outra maneira crítica de manifestar, relacionando a “não-participação” a alguma forma de protesto:

A não-ação pode revelar também uma crítica, ainda que elaborada apenas no nível imaginário, que pode tanto atrair o jovem para a política, para transformá-la, como pode afastá-lo, sem por isso desvalorizar suas percepções críticas relacionadas à política. A crítica pode estar presente na ação engajada, como na ausência dela, sem que se deva afirmar a priori que uma postura é valorativamente superior à outra (FLORENTINO, 2008, p.2).

Além do “desinteresse e a falta de credibilidade na política”, outros fatores devem ser considerados no universo juvenil. Muitas vezes a rejeição e o descrédito pela política têm causas implícitas. Na pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas (2005, p.50-51), os jovens que participaram dos grupos de diálogo sobre o assunto, também denunciaram os “vícios” da politicagem nacional relacionando-os com “círculo vicioso da corrupção”, clientelismo, burocratização das organizações e falta de compromisso dos políticos com a realização das suas promessas eleitorais. Portanto, é importante conhecer mais a fundo as motivações e atitudes dos jovens brasileiros. Muitas vezes, “*não são os jovens que desconhecem a relevância da política, mas a forma predominante de se fazer política no país não os reconhece como interlocutores, gerando em muitos deles a indiferença ou aversão*” (ABRAMO; VENTURI, 2000, p.5).

	Frequência	Percentuais Válidos
Concorda totalmente	237	77,5%
Concorda parcialmente	53	17,3%
Discorda parcialmente	5	1,6%
Discorda totalmente	4	1,3%
Não sabe/não opinou	7	2,3%
Total	306	100%

Figura 17: Resposta sobre a seguinte afirmação: *É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013*

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Em Boa Vista (77,5%), assim como nos dados da pesquisa nacional (89%), a maioria dos jovens concorda totalmente com a afirmação de que “*é preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses*”. Quando relacionamos a resposta positiva dos jovens que acreditam no poder da coletividade com a classe econômica a qual pertencem percebemos que são os mais pobres que acreditam na causa coletiva. A juventude que pertence às classes econômicas E, D, C2, C1, têm um nível de credibilidade nas causas coletivas acima de 90%, enquanto que os jovens

que pertencem à classe econômica B1 (mais abastada economicamente), somente 50% demonstram credibilidade neste tipo de iniciativa.

Relacionando a escolaridade com a credibilidade na força da luta pela defesa dos interesses coletivos, são os jovens com maior nível de escolaridade, que mais acreditam nessa afirmação, o que possivelmente associe a educação com ativismo em causas coletivas.

A anuência dos jovens, sobre a importância da organização coletiva, é de grande valia, pois pode servir de referência para a participação. Quando os interesses individuais se transformam em causas comuns, somam forças, porque as associações podem contrapor-se ao poder instituído. Quando um número de indivíduos comunga certas doutrinas e quando os seus partidários assumem o compromisso de disseminar aquelas doutrinas e se comprometem a lutar pela realização das suas causas (SILVA, 2007, p.18).

A participação dos jovens pode impulsionar as demandas de um grupo específico:

Entendendo que a democracia – longe de sistema político que visa proteger os interesses de todos – é um sistema que visa defender os interesses da maioria (TOCQUEVILLE, 1969, p. 126).

Nesse cenário, duas proposições podem ser apresentadas. A primeira delas diz respeito à disponibilidade pessoal dos jovens para o engajamento em questões de ordem política e social, haja vista, a *“luta pela sobrevivência”* vivenciada pela maioria dos jovens, sobretudo os de baixa renda. A segunda proposição está relacionada à participação juvenil voluntária em manifestações, trabalhos voluntários, grupos ou associações, que não se dão “naturalmente” e sim, precisam ser estimuladas através da educação, oportunidades e iniciativas relacionadas na dimensão do papel dos governos, que não podem abdicar de suas responsabilidades.

A militância política de muitos jovens é despertada através de movimentos ou grupos e não pelos partidos políticos. Grupos culturais, esportivos e sociais trazem possibilidades para a formação política, se configurando como outras formas de participação, às vezes, distantes das vias tradicionais. O jovem precisa vivenciar a participação, por vias que lhe sejam agradáveis e estimulantes.

Esse estudo remete a outras abordagens que estão além da efetiva participação, correlacionando o tema com a importância das abordagens sobre as vulnerabilidades juvenis no município de Boa Vista.

Mesmo nesta perspectiva, a importância do acesso e condições favoráveis à participação não deve ser ignorado e nesta dimensão, os aspectos socioeconômicos são reveladores.

A pesquisa acadêmica, identificada como *Vulnerabilidade Social dos Jovens do Município de Boa Vista/RR. Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJM) como parâmetro de análise*⁶⁰, de 2009, apresentou o Índice de Desenvolvimento Juvenil Municipal, que foi elaborado com o objetivo de pesquisar aspectos e graus de inclusão/exclusão, que promovem a desigualdade e a falta de oportunidades que afetam os jovens em relação às possibilidades e acesso aos benefícios sociais considerados básicos (educação, saúde e renda). Foram combinados seis indicadores para estruturar os três índices parciais, cuja média, constitui o IDJM:

DIMENSÃO	INDICADOR	ÍNDICE PARCIAL
1. Educação	a) Percentual de analfabetismo no Estado de Roraima. b) Escolarização adequada dos jovens do Município de Boa Vista. c) Qualidade no ensino municipal.	Índice de Educação
2. Saúde	a) Mortalidade por causas internas entre os jovens do Município de Boa Vista. b) Mortalidade por causas externas entre os jovens do Município de Boa Vista.	Índice de saúde
3. Renda	a) Renda familiar <i>per capita</i> dos jovens do Estado de Roraima.	Índice de renda

Figura 18: Dimensões e Indicadores do Relatório do IDJM – Boa Vista/RR

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2014).

Comparativamente, o fechamento geral do IDJM em 0,400, com outros dois índices: Brasil (0,535) e Estado de Roraima (0,526), os resultados indicaram uma grave defasagem no investimento das políticas públicas de desenvolvimento das potencialidades juvenis e nas condições básicas de sobrevivência da população jovem local. O índice do Município de Boa Vista, aproximou-se dos números da Região Norte (0,462), contudo, salientamos uma grande alteração em relação ao

⁶⁰ Essa pesquisa foi realizada pela mesma autora do estudo sobre Participação e Cultura Política em Boa Vista, 2013, em sua dissertação de Mestrado em 2009.

indicador da saúde (Região Norte: 0,600 e Município de Boa Vista: 0,228), indicando sérios problemas juvenis em relação à saúde.

Partindo da análise nas dimensões da saúde, educação e renda, foi possível comprovar que o IDJM é baixo, o que significa dizer que existe um grande número de jovens (sobretudo os mais pobres) em situação de alta vulnerabilidade social no Município de Boa Vista (SILVEIRA, 2009, p.79-87).

Existe a hipótese de que a ampla participação dos cidadãos, jovens ou não, nas decisões políticas, tanto através dos poderes estabelecidos como na vida comunitária poderá ser mais efetiva a partir de um “nivelamento das condições sociais” dos sujeitos. É a igualdade social e o sistema político que tornam os cidadãos motivados para a liberdade política e, conseqüentemente, para a participação:

Nas nações democráticas onde a liberdade política é imperativa – diferentemente das nações onde essa liberdade é cerceada – há uma tendência para que os indivíduos se tornem menos individualistas e, portanto, mais conhecedores dos problemas comunitários e mais interessados em participar da vida política da comunidade (SILVA, 2007, p.15).

Não basta a reunião dos jovens para afirmar necessidades ou identidades, é preciso que todos estejam envolvidos com as mudanças, de maneira consciente e realista. Para que as associações de jovens sejam efetivadas através de organizações, conselhos ou grupos devem estar articulados aos outros grupos sociais e/ou políticos. Também é necessário que esses grupos não se fortaleçam excluindo pessoas ou outros grupos, devem ser fortalecidos a partir da inclusão, sem manifestação de nenhuma forma de discriminação:

Esse conjunto principal de condicionantes torna-se interessante por combinar comprometimento com mudanças positivas para o Brasil, percepção sobre a negatividade do(a) jovem se fechar em grupos e também desejo de apoio político e governamental para os grupos. Este último condicionante deveria ser objeto especial de novas investigações, pois pode expressar tanto a cobrança de que o Estado se comprometa com garantia das condições materiais e políticas para o exercício do direito à livre organização social coletiva, como também expectativa de alguns(mas) para que os governos e políticos subvençionem e tutelem ações de grupos (JUVENTUDE BRASILEIRA E DEMOCRACIA: participação, esferas e políticas públicas, 2005, p.60).

As pesquisas sobre o tema indicam a necessidade de que os governos valorizem e abram os espaços para as organizações locais com objetivo de fomentar a participação juvenil.

Apresentar ferramentas que permitam a interatividade entre os cidadãos e governos, representa uma possibilidade de instrução, acesso à informação e um serviço coletivo para os grupos sociais. Discutir o desenvolvimento de mecanismos que redimensionam a comunicação na esfera política e social é possível e salutar para a gestão democrática. Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas possibilitam uma nova visão de comunicação e são instrumentos de comum acesso, especialmente entre os jovens.

Diante desta perspectiva, a pesquisa em tela apresentou aos jovens a temática, buscando perceber o nível de concordância da afirmação.

	Frequência	Percentuais Válidos
Concorda totalmente	199	65,5%
Concorda parcialmente	65	21,4%
Discorda parcialmente	17	5,6%
Discorda totalmente	12	3,9%
Não sabe/não opinou	11	3,6%
Total	304	100%

Figura 19: Resposta ao questionário sobre a seguinte afirmação: *É preciso abrir canais de diálogo entre cidadãos e o governo no município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013*

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

Comparativamente, os índices revelam que em Belém - grupo que representou a região norte na pesquisa nacional (2006), 84,2% dos jovens concordam que é necessário “*abrir canais de diálogo entre os(as) cidadãos(às) e o governo*” e que entre os jovens boa-vistenses (2013), onde 65,5% tem a mesma opinião. Aproximadamente 21,4% dos jovens em Boa Vista também concordaram, mas parcialmente com a afirmação.

Na pesquisa de opinião nacional, a valorização do diálogo como espaço de interlocução entre os jovens e os setores governamentais apareceu de maneira ainda mais incisiva. Entre os jovens entrevistados no Brasil (2005), 85% concordaram totalmente com a afirmação de que “*é preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo*”, sendo que os percentuais estão dispostos homogeneamente em relação ao nível de escolaridade, o que demonstra que possivelmente independente da classe econômica, os jovens manifestaram opiniões semelhantes em relação a essa afirmação. São os jovens que já participam de algum grupo que mais sinalizam a necessidade de mais diálogo e canais de participação entre governos-cidadãos (86,9%).

Provavelmente, a demanda é oriunda das vivências desses sujeitos, e deve ser considerada. É preciso ponderar que em Boa Vista, essa questão apresenta uma determinada correspondência com a realidade local, por ser uma cidade de médio porte, composta por uma população de 314.900 habitantes⁶¹, onde ainda é possível ter acesso, com certa facilidade às instituições e aos agentes políticos locais, desde os vereadores até o próprio governador do Estado.

A falta de espaço para discussão ou participação via setores governamentais pode também estar associado com a falta de informação dos jovens em relação aos canais de participação já existentes (fóruns, conselhos, audiências públicas, participação em elaboração de planos diretores, etc.). Alguns governos atualmente já utilizam a participação popular na elaboração de seus programas de governo, porém, algumas vezes, esses canais de participação são eventuais, funcionando como uma ação pontual.

É importante que os jovens saibam que o programa governamental é uma ação estratégica, que vincula pontos centrais das políticas governamentais, com as demandas advindas dos canais representativos da população. Representa uma abertura de espaços, onde a população pode elaborar proposições e indicar soluções. Essa forma de participação abre uma maior inclusão da sociedade no processo decisório e pode influenciar as ações da gestão pública (ROCHA, 2009).

Ainda em relação a esta abordagem, devemos considerar que os canais de participação popular também podem estar desgastados na opinião dos jovens, o que denotaria um sentimento de descaso e de desvalorização ou até mesmo de insignificância da vontade popular. Outra questão a ser avaliada seria a facilidade de acesso aos espaços de participação que precisam ser dinâmicos, interativos e atraentes ao universo juvenil. Muitas vezes, são espaços de participação que utilizam instrumentos burocráticos e inadequados nos quais não apresentam retorno às demandas, restando o sentimento de indiferença em relação às opiniões apresentadas, e isso acaba afastando os interesses dos jovens.

Da discussão sobre os mecanismos que redimensionam a esfera pública, o que já acontece na esfera social, as ferramentas tecnológicas conduzem a nova visão de comunicação entre pares, principalmente através da internet, onde a busca por consensos parece se efetivar de maneira mais dinâmica. Neste sentido, se a

⁶¹ Fonte: Dados IBGE, 2014.

intenção é estreitar o diálogo entre cidadãos e governos, especialmente com os jovens, a inserção das novas tecnologias torna-se um caminho viável, pela familiaridade que esse segmento tem com as novas tecnologias.

O reconhecimento da participação juvenil é outro aspecto relevante. Muitas vezes, os jovens sentem-se desvalorizados em suas opiniões e na possibilidade de serem aceitos socialmente como cidadãos atuantes e capazes de contribuir coletivamente. Os jovens brasileiros denunciam as ausências relacionadas à sobrevivência material, mas também pedem mais atenção, numa evidente cobrança pela escuta e pelo seu direito de expressão (JUVENTUDE BRASILEIRA e DEMOCRACIA: participação, esferas e políticas públicas, 2005, p.78-83).

Considerando que na política a ação coletiva vai além da proteção social e dos direitos dos cidadãos e atinge patamares que retornam aos cidadãos, como defesa dos seus direitos particulares, foi apresentado aos jovens durante a pesquisa, a afirmação de que *“cada pessoa tem que cuidar dos seus próprios interesses”*.

	Frequência	Percentuais Válidos
Concorda totalmente	104	34,8%
Concorda parcialmente	66	22,1%
Discorda parcialmente	44	14,7%
Discorda totalmente	68	22,7%
Não sabe/não opinou	17	5,7%
Total	299	100%

Figura 20: Respostas sobre a seguinte afirmação: *Cada pessoa tem que cuidar dos seus próprios interesses* no Município de Boa Vista - Roraima, Brasil, 2013

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

. Considerando as respostas de concordância total e parcial, podemos afirmar que 56,9% dos entrevistados admitem em diferentes níveis a afirmação. Se considerarmos as discordâncias parciais e totais da frase, podemos considerar que 37,4% dos jovens têm um posicionamento contrário à afirmação.

Neste caso, podemos observar que na medida em que a renda familiar média dos jovens é maior, os índices decrescem. Apenas 50% dos jovens da classe B1 concordam com a afirmação, em contrapartida, 85,4% dos jovens da classe E, 86,6% dos jovens da classe D, defendem essa premissa. Esses índices possivelmente possam ter relação com a condição social do sujeito que, desprovido de suas necessidades básicas (de saúde, segurança e educação, por exemplo), se

torna socialmente vulnerável e deixa de pensar na coletividade, “*travando uma luta individual pela sobrevivência*”.

Não é possível dirimir uma discussão sob esta ótica, sem mencionar aspectos referentes à cidadania, alicerce da democracia. A noção de cidadania referenda cada indivíduo como membro de pleno direito de uma comunidade, em esferas que expressam direitos e deveres, sendo a condição essencial para o êxito de uma sociedade (A Democracia na América Latina rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos, 2004, p.50).

A cidadania prevê a inclusão de todos os cidadãos e a proteção de seus direitos individuais:

a cidadania caracteriza uma situação de inclusão em uma “comunidade de cidadãos”. Mas esta última não pode ser definida simplesmente pelo direito de voto e pela garantia de ver protegido um certo número de liberdades individuais. A cidadania se caracteriza também pela existência de um mundo comum. Em outros termos, possui, necessariamente, uma dimensão social (ROSANVALLON, 2002).

O conceito de cidadania é construído sistematicamente na vida dos sujeitos, podendo ser consolidado, a partir das vivências juvenis, assim como a participação é uma ação apreendida, que passa pelos bancos escolares, pela intenção educacional.

A educação capacita e conscientiza o cidadão, promovendo o desenvolvimento da cidadania cujo exercício configura-se como requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais (PATEMAN, 1992). Neste sentido, somente a participação cidadã, é capaz de produzir mudanças na consciência política e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais (MACPHERSON, 1978). Nos casos de omissão na dimensão educacional, esses conceitos não se estabelecem.

Em países como o Brasil, com altos índices de desigualdades a ação coletiva, por vezes é substituída pela luta individual em busca da sobrevivência. Essa condição, somada ao descrédito no regime político local (que é o caso na maioria da opinião dos jovens nesta pesquisa), contribui para que cada vez mais, o sujeito abdique de seus direitos à participação e fique centrado no seu contexto individual.

Tendo seus direitos negados, uma parcela significativa da população, sobretudo os menos favorecidos, submetem-se a uma espécie de “*cidadania de segunda classe*”:

Os invisíveis nas sociedades latino-americanas (são) aqueles que não formam parte das sociedades civis, simplesmente porque não tem identidade, projeto, organização social e forma de luta para afirmar-se, defender-se, para conquistar seus direitos e reconhecimento público. Em nome da verdade, é necessário reconhecer o avanço da cidadania formal, aquela com direito a voto, particularmente no período de recente democratização. Mas ter direito político de voto não é o mesmo que ser cidadão, exatamente em função do que mencionei acima, quanto à inclusão e à garantia prática de direitos fundamentais, não apenas civis e políticos, mas também o direito ao trabalho e à renda, a comida, a casa, a saúde, a educação, etc. (GRZEBOWSKY, 2002).

Aspectos éticos na conduta dos agentes políticos são massificados pela mídia, muitas vezes reportando ao conceito de que a política se relaciona com condutas erradas. É neste contexto de atuação dos representantes políticos que a tabela abaixo apresentada traz à discussão a percepção dos jovens sobre a temática.

	Frequência	Percentuais Válidos
Concorda totalmente	207	67,6%
Concorda parcialmente	47	15,4%
Discorda parcialmente	13	4,2%
Discorda totalmente	23	7,5%
Não sabe/não opinou	16	5,2%
Total	306	100%

Figura 21: para a Distribuição da resposta seguinte afirmação: *A maioria dos políticos*

Fonte: Participação Política das juventudes de Boa Vista, Roraima: vivências e percepções (2013).

A pesquisa de opinião realizada em Belém (2006) apontou que 62,6% dos jovens pesquisados reconhecem que *“a maioria dos políticos só defendem seus próprios interesses”*, resultado muito similar à mesma afirmação apresentada pelos jovens boa-vistenses (67,6%). Somando a concordância total com aqueles que concordam parcialmente com a proposição, os índices entre os jovens em Boa Vista chegam a 83% dos jovens que acreditam que os políticos só defendem os seus próprios interesses. É possível considerar, que se o jovem, que não acredita na ação dos seus agentes políticos, sinta-se o único responsável pela busca da garantia dos seus direitos, o que mais uma vez, reforça a postura individualista de que sozinho deve buscar seus interesses.

O interesse e o acompanhamento da população pela atuação ética e responsável dos atores políticos é uma ação de particular importância nas sociedades. A democracia está diretamente ligada a esses valores (a ética que

envolve os direitos humanos, os direitos civis e demais elementos que garantem a eficiência da atuação Estatal, salvaguardando a política e suas instituições), sendo a corrupção, enquanto desvio de conduta, uma ameaça ao bem comum, ao bom funcionamento do Estado e ao desenvolvimento, pois eles afetam a credibilidade do sistema político (Herrán, 2007, p. 66).

Nesse sentido, a participação popular pode garantir resultados mais eficazes para a política:

há duas formas de exercer política. Pode-se viver 'para' a política ou pode-se viver 'da' política. [...] Quem vive 'para' política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em 'objetivo de sua vida', [...] colocando-se a serviço de uma 'causa' que dá significação à sua vida. Neste sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. [...] Do que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que 'vive da política' (WEBER, 2001, p. 68).

A independência da política e o compromisso com a causa coletiva são fatores essenciais para o bom exercício da função política, sendo fundamental que os jovens conheçam os organismos encarregados do controle da função pública e de suas receitas. Os recursos públicos devem ser empregados de acordo com as normas e procedimentos legais.

Somente a rejeição cidadã às práticas individualistas e às diversas formas de corrupção e/ou clientelismo, não garante a adequada conduta dos agentes políticos. A existência de órgãos fiscalizadores, por si só não garantem a boa gestão política, cabendo aos cidadãos o papel de agentes ativos, que primam pela transparência no controle das políticas públicas e seus recursos. Contudo, a ação coletiva, o refinamento das informações sobre os canais de participação e o controle social devem ser aprendidos desde muito cedo, sendo a educação o caminho mais eficaz para essa realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores que motivaram a presente pesquisa abarcam a relevância e a paixão pelas temáticas relacionadas às juventudes, a existência de um número significativo de jovens, as variáveis culturais na sociedade local e a escassa produção científica na Região Norte, no Estado de Roraima e Município de Boa Vista, sobre esse assunto.

O estudo examinou dados quantitativos acerca da participação em algumas instituições governamentais (via processo eleitoral-parlamento municipal) e, também não-governamentais (via colegiado de estudantes, participação em ONGs, entidades, grupos, movimentos sociais e filiações político-partidárias), além da identificação das vivências, percepções, motivações e atitudes das juventudes locais sobre a participação política. Traçando correlações entre os dados desta pesquisa com outras, nos âmbitos nacional e regional, foi possível analisar e interpretar as especificidades e a lógica da participação política das juventudes local.

Discutir aspectos da democracia participativa e da participação política dos jovens, sem levar em consideração as adversidades por eles enfrentadas, é produzir análises superficiais e incompletas. Agregar alguns elementos nesta discussão, como a pobreza, a exclusão, a desigualdade social, o processo educacional ineficiente ou os contextos de participação extrainstitucionais, podem agregar consistência para a discussão.

A abordagem realizada neste estudo foi delineada a partir dos aportes teóricos da Corrente Psicossociológica, Sociológica, Teoria da Escolha Racional e estudos sobre a cultura política, que possibilitaram uma análise abrangente do material coletado na pesquisa de campo. Empreendeu-se compreender as condições em que vivem as juventudes boa-vistenses, suas semelhanças, diferenças e perspectivas frente aos desafios que a sociedade atual lhes impõe. A pesquisa destacou a importância da participação política dos jovens na sociedade, sem deixar de considerar os aspectos histórico-culturais, políticos e o aparato institucional existente.

Consideramos que os regimes e os partidos políticos, assim como as demais instituições governamentais ou não, quando operam adequadamente, possibilitam a participação efetiva dos sujeitos e se transformam nos principais canais de

expressão das demandas, servindo como uma ponte de ligação entre as juventudes e governos, fortalecendo os processos democráticos.

As juventudes são apreendidas neste estudo como estratos da sociedade que estão em permanente construção e gradualmente incorporam a complexidade dos conhecimentos relacionados ao funcionamento da sociedade local, nas dimensões culturais, sociais, biológicas e psicológicas, cujas aprendizagens podem se refletir positivamente através dos posicionamentos políticos. Neste sentido, as vivências, percepções e a história de vida dos jovens, são fundamentos que assumem posição importante na sua formação, pois se consolidam ao longo da vida. Esse processo sistêmico e contínuo desenvolve-se com ênfase na educação social, familiar e escolar.

O processo de participação política juvenil foi analisado através de um questionário aplicados aos jovens de 15 a 24 anos e do levantamento de dados de algumas instituições governamentais e não-governamentais. A educação, a situação familiar, o trabalho, as mídias e acesso à cultura, a participação e cultura política local foram as variáveis que permitiram a melhor abordagem para essa temática.

O Estado de Roraima, institucionalmente jovem, criado a partir da Constituição Brasileira de 1988 e que teve seu primeiro governador eleito apenas em 1991, com suas peculiaridades na elaboração das políticas públicas de ocupação, podem ter influenciado na formação cultural e política do município de Boa Vista. Com um processo de migração populacional intenso, devido ao garimpo, na década de 80, o quadro de urbanização constituiu-se de maneira muito rápida e intensa, possivelmente incentivado pelas práticas “*paternalistas e assistencialistas*” da gestão governamental.

Somando-se a essas práticas, aspectos da diversidade cultural no município (como das comunidades ribeirinhas e dos povos indígenas, por exemplo) bem como a excepcionalidade da área de tríplice fronteira, ostentaram fatores que, provavelmente contribuíram para o atual comportamento político da população. A resistência à participação, a organização coletiva, a cultura de assistencialismo e a dependência dos governos locais, a falta de credibilidade na política e seus agentes são algumas das características detectadas, que ainda permanecem latentes nas jovens gerações.

O perfil dos entrevistados mostrou predominância dos adolescentes (de 15 aos 18 anos) que, em maior número, participaram da pesquisa. Possivelmente,

devido à maior disponibilidade de tempo em suas residências nos horários pesquisados. Houve um equilíbrio quantitativo em relação ao sexo, sendo a amostra composta por homens e mulheres, em proporções equilibradas.

. Considerando os jovens que pertencem às classes econômicas E, D, C2, C1 – os índices indicam que 94,8% dos jovens pertencem às famílias com renda média máxima de dois salários mínimos, sendo que 45,2% sobrevivem com uma renda familiar de até um salário mínimo. No caso deste estudo, concentramos esforços em manter as discussões no âmbito dos jovens pobres, que foram entrevistados em maior proporção.

A presente pesquisa trouxe componentes para a análise das atividades laborais desenvolvidas pelos jovens no âmbito municipal. Aproximadamente 50% dos jovens estão envolvidos com alguma atividade relacionada ao trabalho. Especialmente os adolescentes, são os que estão envolvidos com a aprendizagem e as primeiras experiências de trabalho através de estágios, projetos de primeiro emprego (âmbitos federal ou estadual) e bolsas em projetos sociais. É importante considerar, que na realidade local, alguns dos projetos sociais não apresentam o trabalho como eixo central (ainda alimentando a “cultura assistencialista” tão resistente no cenário municipal), estando mais relacionados com esporte e lazer e outras formas de entretenimento.

O estudo reporta a inquietude em relação aos níveis de escolaridade das juventudes locais. Embora sejam estudantes (99%) os jovens estão em defasagem idade-série, isto é, estão com o processo de escolarização básica em atraso. Aos 18 anos, os jovens deveriam, ter concluído o Ensino Médio. Contudo, aproximadamente 80% dos jovens com idade superior aos 20 anos ainda permanecem no Ensino Médio ou até mesmo sem concluir o Ensino Fundamental (5º ao 9º ano).

Se compararmos os dados sobre o nível de escolaridade dos estudantes jovens da capital com a população indígena, ribeirinha ou que reside no interior do estado, os retrocessos educacionais ainda são maiores. Essas populações são as mais vulneráveis e com carências educacionais profundas, porque as dificuldades de acesso e permanência na escola são mais evidentes.

O baixo nível de escolaridade poderá remeter os jovens boa-vistenses à margem da legalidade em seus empregos e os fragilizar na defesa dos seus direitos. Além disso, a baixa escolaridade poderá torna-los despreparados para o mercado

de trabalho e comprometer o futuro desses sujeitos, que ficam à mercê da empregabilidade informal ou das baixas remunerações. Os dados obtidos indicaram que os jovens empregados formalmente, em maioria estão concluindo o Ensino Médio ou tem nível maior de escolarização. Os jovens com menores níveis de escolaridade são os que trabalham sem benefícios trabalhistas; sem carteira assinada ou são autônomos sem INSS.

Essa dinâmica estimula o processo cíclico da restrição e falta de oportunidades favoráveis ao desenvolvimento juvenil, em que os jovens pobres, com baixo nível de escolaridade, precisam entrar no mercado de trabalho precocemente, sem qualificação profissional porque não terminaram a escolaridade básica a contento e que não o fizeram porque são pobres e porque precisam trabalhar desde muito cedo.

Para que se rompa com esse círculo vicioso, além da efetividade dos aspectos sociais, políticos e econômicos, que são estruturais na sociedade local, é necessário atuar de maneira séria e comprometida na educação das crianças e dos jovens. A discussão sobre a educação é complexa porque envolve diferentes agentes sociais, responsáveis pela formação educacional: família e sociedade, através das instituições e organizações governamentais e não-governamentais.

Em relação à educação escolar, não é possível desconsiderar os baixos índices educacionais no município de Boa Vista, sobretudo nos níveis de escolaridade que atendem aos adolescentes e jovens, observados através dos indicadores nacionais de qualidade. Contudo, é conveniente considerar aspectos da concepção do ensino escolar, que são mais abrangentes, pois envolvem os papéis ideológicos da educação e os posicionamentos de seus agentes.

Considerando os dados da pesquisa sobre as oportunidades de participação juvenil em atividades promovidas pelas instituições educacionais, nos deparamos com um quadro de imprecisão nas escolas/universidades locais. A falta de planejamento, clareza, dinâmica, objetividade e atrativo nas escassas ofertas, podem ser indicativos de fatores que corroboram para a falta de participação dos estudantes.

Sem a possibilidade de vivenciar formação política e desenvolver habilidades e competências necessárias, o compromisso político juvenil fica sem alicerces.

Mesmo quando os jovens admitem que as instituições de ensino oferta atividades de cunho social e/ou político, a participação não se concretiza. Os fatores da não-participação podem ser correlacionados com os dados apresentados na pesquisa de baixa credibilidade nas instituições, nos professores e na família como agentes de informação e conhecimento.

Embora reconhecendo que as escolas/universidades ocupam lugar de destaque e relevância na condução das aprendizagens das crianças e jovens, elas não são as únicas instituições responsáveis por esse processo. As organizações, entidades, movimentos, associações e outros grupos sociais, políticos, esportivos ou religiosos também são canais de participação e podem contribuir para a formação política dos jovens.

Na pesquisa, examinamos outros canais de participação, ainda que as bases documentais não tenham apresentado dados confiáveis sobre o tema. Em Boa Vista, não encontramos estudos, relatórios, documentos ou dados organizados para análises ou comparações contundentes, evidências ou mapeamentos de grupos juvenis nem dados sobre evolução. Existem algumas ações pontuais, reportaram às políticas públicas nacionais, contudo, mantiveram características de “eventos que cumprem agendas obrigatórias”.

Neste cenário de baixa participação, as entidades religiosas assumiram um lugar de destaque entre a preferência dos jovens. Embora não seja objeto dessa tese, é possível tecer algumas considerações a partir das vivências e percepções detectadas através da pesquisa.

Os grupos de jovens ligados às igrejas, quase sempre caracterizados por dinamismo, relacionando música, dança, teatro, ativismos ecológicos ou dinâmicas de grupos, se convertem em atividades atrativas. Contudo, é importante ressaltar a escassez de dados para uma análise objetiva sobre a temática. Aprofundar estudos sobre os objetivos das atividades de cunho religioso e o perfil dos jovens participantes poderá suscitar fundamentos para a análise.

É preciso expandir a discussão e analisar a existência, ou não, de conveniências socioeconômicas nessas formas de participação. Às vezes, como pano de fundo nessas proposições religiosas, existe a busca pelo atendimento às necessidades básicas das juventudes que, castigadas pela cruel realidade da pobreza e da restrição social, sentem-se atraídas. As instituições religiosas, em

muitos casos, acabam fazendo o papel que foi relegado pelo estado ou pelos governos.

Os dados da pesquisa revelam a necessidade de novos estudos nessa direção, para que se esclareçam as percepções e as motivações relacionadas com essa forma de participação que, indubitavelmente, apresenta identificação com o universo juvenil.

Entre as opções de participação apresentadas aos jovens em Boa Vista os índices inexpressivos estão relacionados com sindicatos e partidos políticos. A pesquisa de opinião também investigou a percepção dos jovens, sobre participação através do processo eleitoral, nos partidos políticos e pela representatividade juvenil nas legislaturas municipais.

Dados do IBGE (2010) revelaram que 22% dos eleitores do município de Boa Vista têm entre 16 a 24 anos. No ano de 2012, dos 18.935 jovens de 16 e 17 anos, aptos para votar, apenas 10.726 votaram (dados TRE/RR, 2012), o que remete a dificuldade dos partidos políticos em captar os mais jovens para suas instituições partidárias.

Complementando a discussão investigamos a quantidade de jovens que são filiados aos partidos políticos. Porém, as instituições pesquisadas demonstraram indiferença por este público. Não há histórico sobre a participação, nem documentos que viabilizem quantificar a participação dos jovens. Mapeando eventos através da divulgação das mídias locais, também não encontramos nenhuma publicidade ou referência sobre a participação juvenil especificamente em partidos políticos⁶².

Em pesquisa formal⁶³, na Câmara Municipal de Boa Vista, buscamos informações sobre os jovens vereadores eleitos (até os 24 anos) nas três últimas legislaturas (2005 a 2016). Nenhum representante desta faixa etária foi encontrado.

Esse cenário identificou uma lacuna na representatividade juvenil, aludindo possíveis consequências para o cenário político. A falta de credibilidade na potencialidade dos jovens, revelada pela indiferença dos partidos políticos, poderá mantê-los afastados das discussões e interesses políticos e sociais. Temas importantes sobre políticas públicas, específicos para a faixa etária são alguns exemplos desse desperdício. É possível que o cenário apresentado também afete a

⁶² A busca via internet se deu no ano de 2013. É importante considerar, que não se tratava de um ano eleitoral. Talvez, outro cenário seja vislumbrado no ano de 2014, ano de eleições no Brasil.

⁶³ Dados obtidos através de documento para a Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista, com resposta emitida em 12 de novembro de 2013, através do Ofício da CMBV -n.º 451.

formação de novas lideranças. Estabelece-se um hiato entre a interatividade com os partidos, agentes políticos e outras formas de representação e as juventudes locais ficam desprestigiadas.

O quadro que vislumbra a escassa participação juvenil em partidos políticos e organizações governamentais e não governamentais complementa outras opiniões reveladas pela pesquisa que relacionam-se com aspectos da cultura política local. Menos de 10% dos pesquisados consideram-se politicamente participantes e afirmam que preferem deixar a política para os outros. Aproximadamente 50% dos jovens asseguram que não gostam de política e apenas 34,9% revelam que apenas se informam sobre os assuntos relacionados à política, mas não participam.

Na perspectiva de uma possível classificação da cultura política dos jovens boa-vistenses pelo padrão de atitudes e valores, podemos considerá-la moderada. A cultura política moderada é a mais coerente com a sociedade estudada, pois os jovens reconhecem o sistema político, porém não se colocam aptos ou dispostos a participar, deixando as decisões a cargo do aparelho administrativo. Os membros têm consciência do sistema político, mas não estão dispostos a participar (Almond & Verba, 1965).

Entre os entrevistados, 83% revelaram descrença nos políticos frente à defesa dos interesses da população. Percebe-se uma pequena variação nestes índices, quando correlacionados com a classe econômica. Entre os mais pobres os escores são maiores, atribuindo superiores demandas sociais oriundas das comunidades carentes. Quanto mais desprovidos economicamente são os jovens, maior é a dependência e a expectativa em relação ao trabalho dos políticos e, conseqüentemente, maior o nível de decepção com as atuações.

O descrédito nos agentes políticos, revelado pelas juventudes locais, possivelmente, esteja relacionado com as mazelas sociais, vivenciadas nas comunidades pobres que estão desprovidas inclusive nos setores básicos como a saúde e educação. Os jovens, assim como as crianças e os idosos, são mais vulneráveis.

É pertinente também considerar a influência das mídias nesta relação da falta de credibilidade entre jovens e agentes políticos. O acesso e a rápida disseminação das informações, através das novas tecnologias, constitui-se fator impactante para os jovens.

O baixo nível de participação dos jovens pode ser justificado pelas constantes informações sobre o caráter da individualidade dos agentes políticos, que defendem apenas seus próprios interesses. Este sentimento de abandono pelo estado e pelos agentes políticos, possivelmente, constitua-se como pano de fundo para alicerçar o relato de 60% dos jovens que assumiram que *cada pessoa tem que cuidar dos seus próprios interesses*. Mais uma vez, a opinião mais contundente nesse sentido é a dos jovens mais pobres. São eles que, desde muito cedo, têm que lutar pela própria sobrevivência, destoando da situação dos jovens mais abastados economicamente que em tese, possuem melhores condições e mais oportunidades.

Os canais sociais de participação e os mecanismos de controle sobre o governo local estão afastados do universo juvenil. A falta de informação ou o desconhecimento sobre as suas formas de atuação condicionam os jovens a não-participação, que resultou na denúncia da falta de canais de diálogo entre cidadãos e governo (opinião de 86,9% dos jovens). Nesse sentido, é preciso ponderar a importância da formação política para os jovens, pois participação é uma atitude apreendida e estimulada.

A pesquisa revelou constante interatividade entre os jovens e as novas tecnologias. Essa é a geração das relações virtuais, contrastando-se às relações presenciais. O computador, através das redes sociais, e a televisão são os principais instrumentos utilizados pelos jovens, na busca de novos conhecimentos e informações.

A família e os professores obtiveram escores menores na opinião dos jovens. Uma parcela pouco significativa deste público reportou algum interesse pelas informações emitidas por esses dois agentes. Tal cenário, que vislumbra uma relação direta entre juventudes, novas tecnologias e aprendizagens, está localizado numa linha tênue entre a distinção de valores e os contra-valores sociais nesses canais de informação e comunicação.

Pela própria característica do desenvolvimento biopsicossocial, os jovens são suscetíveis às influências dos grupos e curiosidades. Portanto, é importante que saibam distinguir entre os conteúdos virtuais que são adequados, daqueles impróprios, preconceituosos ou descabidos.

Essa temática tem sido objeto de constantes discussões entre pais e educadores. A não-apropriação ou apropriação tímida das novas tecnologias pelos

educadores e pais, pode prejudicar os adolescentes pela falta de direcionamento ou utilização dos instrumentos tecnológicos.

Saber como e onde obter informações de qualidade através das novas tecnologias, assegura aprendizagens valorosas aos jovens que orientados, serão capazes de selecionar as informações que veem, ouvem ou nas quais interagem.

Os resultados da pesquisa demonstraram que entre os locais de acesso às novas tecnologias (principalmente as redes sociais) os menos utilizados pelos estudantes são as escolas. Assumir a responsabilidade de ensinar a melhor maneira de explorar as ferramentas tecnológicas, garantindo informações confiáveis e recomendadas pode assegurar novas aprendizagens de qualidade aos jovens.

As novas tecnologias estão entre as preferências juvenis e se revelam vetores para a formação das identidades juvenis no cenário das novas formas de participação.

A falta de opções e acesso aos bens culturais em Boa Vista, agrava as carências de oportunidades dos jovens. Pelas características locais (ausência de bons museus, teatros, shows musicais, áreas de esporte e lazer), os jovens boavistenses, em grande escala, são frequentadores assíduos das praças e parques. Este público é formado pelos mais pobres e pelos adolescentes. É comum na cidade que praças e parques (principalmente à noite) sirvam de ponto de encontro entre jovens que constituem “galeras”, o que, na linguagem local, constitui-se de grupos violentos, envolvidos com a criminalidade e uso de drogas, portanto, constituem-se lugares de alta vulnerabilidade.

O conjunto de dados examinados neste estudo caracterizou as juventudes locais entrevistadas pelas escassas oportunidades e baixo nível de participação. Participaram em maior escala da pesquisa os jovens pobres, com defasagens no nível de escolaridade. Do ponto de vista das percepções, o interesse dos jovens pelos temas relacionados à política e sociedade existe, porém, as vivências revelam a baixa participação. Romper com essa dicotomia entre o interesse e a baixa participação é um dos desafios para governos e gestores públicos.

Os dados coletados remetem as juventudes boavistenses a um afastamento e restrição ao sistema político local. Os jovens demonstram desinteresse pelos partidos políticos e pelos processos eleitorais. Em contrapartida, as instituições pesquisadas expressaram descaso pelo segmento. Constitui-se uma lacuna na

formação política dos jovens, que são sujeitos basilares para a manutenção do cenário futuro da democracia na sociedade.

Alicerçados pela pouca efetividade das instituições e das políticas públicas estaduais ou municipais, as perspectivas futuras de participação política dos jovens permanecem distantes da realidade. Nessa perspectiva, o processo democrático fica fragilizado e vulnerável pela falta de oportunidades e fortalecimento das jovens lideranças políticas locais. Contudo, as restrições das juventudes boa-vistenses, aqui apresentadas, podem ser transformadas através de ações positivas que atuem na superação dos problemas. Para que isso aconteça, é necessário reorientar os conceitos, ações e políticas públicas relacionadas às juventudes. Esse é um esforço coletivo, construído por diversos atores sociais, pelas instituições e pela efetiva participação das próprias juventudes.

Esta tese pretendeu contribuir para a reflexão e o debate acerca das juventudes e as formas de participação, com objetivo de avaliar as atuais condições e perspectivas para o fortalecimento do processo democrático na sociedade local.

O trabalho limitou-se pelos escassos indicadores prévios no município de Boa Vista e pela abrangência do tema. Contudo, o número de variáveis coletadas nesta pesquisa permite outras abordagens, sob outros olhares, relacionando juventudes com outras temáticas. Que esta pesquisa amplie a discussão sobre o tema e contribua para que as juventudes locais possam ser respeitadas e sintam-se impulsionadas em direção aos seus projetos e sonhos.

O esforço aqui empreendido pode ser visto como um primeiro estudo. Outras pesquisas são necessárias para agregar informações e permitir diferentes reflexões.

REFERÊNCIAS

ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2012. Acesso www.abep.org . Acesso em 13 de janeiro de 2014.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni, (org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Bramo, 2008.

ABRAMO, H. e VENTURI, G. **“Juventude, política e cultura”**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Revista Teoria e Debate, nº45, 2000.

ALMEIDA, Linoberg Barbosa & BARBOSA, Édio Batista. **Ponte da Exclusão**: Brasil, Guiana e a Perversa Lógica da Globalização. Edição on-line Texto & Debate. Revista da UFRR. Capa – v.1, nº14, 2008.

ALMEIDA NETO, A.R. **Participação e Democracia para os liberais do século XIX**. Aurora, Marília, v.5, n.2, p.7-8, jan-jun/2012.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Political attitudes and democracy in five nations. Boston. Little Brown and Company, 1965.

_____. La Cultura Política. In: **Diez textos básicos de Ciência Política**. 2 ed. Ariel Ciência Política, 2001.

ALMOND, G.A.; POWELL, G.B. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ALTHUSSER, P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AMORIN, Maria Salete Souza de. **Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em ciência Política, Porto Alegre, 2006.

_____. **Cultura Política e estudos de poder local**. Revista Debates, Porto Alegre, v.1, p.99-120, jul.- dez., 2007.

_____. Anais do II Seminário Nacional dos **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS. ISSN 1982-4602

AMORIN, Maria Salete Souza de. **Cidadania e participação democrática**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.

ANTUNES, Ricardo. **As rebeliões de junho de 2013**. OSAL – Observatório Social de América Latina. CLACSO, nº34 – Brasil em movimento, 2013.

ARIZPE, L. **La cultura como contexto Del desarrollo econômico y social em los umbrales del siglo XXI.** [S.1.]: Banco Interamericano de Desarrollo – BID. Washington – DC. 1998.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n.17, p.11-31. Nov.2001.

AQUINO, Luseni; ROCHA, Enid. **Desigualdade social, violência e jovens no Brasil.** Disponível em http://www.andi.org.br/direto/artigo_ipea.doc>. Acesso em 20 de maio de 2010.

BABBIE, Earl R. **Métodos de pesquisa de survey.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Ressignificação da escola: a circulação da ideologia.** Comunicação & Educação, São Paulo, [16]: 7 a 15, set./dez.1999.
BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n. 2, p. 380-413, nov., 2008.

_____. Partidos e cultura na América Latina: uma combinação de instabilidade política? In: BAQUERO, Marcello (org.). **Desafios da Democratização na América Latina.** Debates sobre Cultura Política. Porto Alegre, Ed. UFRGS; Canoas, Centro Universitário La Salle, 1999.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre, Ed. Universitária-UFRGS, 2000.

_____. **O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil:** um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, nº8, p.3-34, jul. 1997

_____. **Democracia e Desigualdades na América Latina:** novas perspectivas. Porto Alegre. Editora: UFRGS, 2007.

BARREDA, Mikel; COSTAFREDA, Andréia. La democracia importa, pero no basta para la igualdad. In: BINETTI, C.; CARRILLO, F. (ed.)? **Democracia com Igualdad?** Uma mirada de Europa hacia América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo, Colombia, 2004.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa:** Referendo plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Vitória. **Educação para a Democracia** (versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP, 1996).

BERLIN, Isaiah. John Stuart Mill y los fines de la vida. In MILL, John Stuart. **Sobre la libertad.** Tradução de N.R. Salmones. Madrid: Alianza, 1986.

- BOA VISTA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor/2006**. Disponível em www.boavista.rr.gov.br. Acesso em 13 de junho. 2013.
- BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **O Futuro da Democracia**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.
- BOLZAN, José Luiz. **As crises do Estado e da Constituição e a Transformação Espacial dos Direitos Humanos**. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2000, p. 59.
- BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. São Paulo: Malheiros, 7 ed., 2001.
- _____. **Sobre a Democracia**. Brasília, Ed. UnB, 2001.
- _____. **Teoria do Estado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- BOTTOMORE, T. "Introdução". In SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- BORBA, Julian. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**. Opinião Pública [online], 2005
- BRAGA, Ruy. **As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível**. OSAL – Observatório Social de América Latina. CLACSO, nº34 – Brasil em movimento, 2013.
- BRASIL. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília, DF: MTE, OIT, 2010. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>.
- BRENNER, Ana Karina; CARRANO, Paulo. **Formas e conteúdos da participação de jovens na vida pública**. Net. Revista Proposta - Fase. Juventude: a arte do poder, n. 115, ano 32, p. 66-71, jan/mar, 2008. Disponível em: <<http://www.fase.org.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.
- BROTO, Márcio Eduardo. **Cultura Política: críticas, expressões e influências**. Revista ComUnigranrio, vol.1, n.1, 2009
- CADEMARTORI, Daniela. M.L. **O Diálogo Democrático**. Alain Touraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl. Curitiba: Juruá, 2006.

CAMPBELL, A. *et alii* (1966), *Elections and the political order*. Nova Iorque, John Wiley & Sons, Inc. CEPAL, 2008. **Juventude e coesão social na Ibero-América**. Um modelo a ser construído.

CARLSON, I.; PAYNE, J.M. **Estudo comparativo de estatísticas de emprego público em 26 países da América Latina e do Caribe**. Diálogo regional de políticas. Washington: BID, 2002.

CASTRO Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando Mitos: Juventude, Participação e Políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude – Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO, Mônica M. M. de. **Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CHAVES, Edilson. **História do estado de Roraima**. *Vídeoaulas on-line* do IESDE BRASIL S/A, 2008. Acesso em www.videoaulasonline.com.br, acesso em 09.12.2013.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL. (2008). **Juventude e coesão social na Ibero-América** – um modelo a ser construído. Santiago do Chile, outubro de 2008. (Original em espanhol). Disponível no site: www.eclac.org/publicaciones/xml/1/34391/Juventud_cohesionSocial_Portugues.pdf

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONVERSE, Philip. **Public Opinion and Voting Behavior**. In Greenstein e Polsky. Handbook, Addison-Wesley Publishing Company. 1975

CORTI, Ana Paula. O encontro das culturas juvenis com a escola. Ana Paula Corti, Maria Virgília de Freitas, Marília Pontes Sposito. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2001.

COSTA FILHO, Benone; SANTOS, Raimundo Nonato Gomes dos. **O despertar para o movimento indígena em Roraima nas décadas de 70 e 80: a luta pela autonomia política indígena e seus ambientes ancestrais**. IN: VIEIRA, Jaci

COSTANZI, Rogério Nagamine. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____ (org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Versão Eletrônica disponível em http://hemi.nyu.edu/course-rio/perfconq/material/text/intro_hist_indig.htm Último acesso em 22 de agosto de 2013.

CRUZ, Patrícia Alves da. **Comportamento Eleitoral: um estudo sobre as Teorias Explicativas para o voto no Brasil**. Monografia em Sociologia Política, UFPR, 2009.

DAHL, Robert. **Democracy and its Critics**. New Haven – London, Yale University Press, 1989.

_____. **Sobre a Democracia**; Robert A. Dahl; tradução de Beatriz Sidou. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2009 (reimpressão).

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia**: participação e oposição. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo. Ed. USP, 1997

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

DALTON, Russel J. **Citizen attitudes and political behavior**. In: Comparative Political Studies, vol. 33, n. 6-7. August/September. Sage Publications, Inc., 2000.

DANTAS, Humberto. **Educação Política e Ausência de Participação no Brasil**. Impulso, Piracicaba – SP, 17(44): 77-89, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (2007). **Diretas Já: vozes das cidades**. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 409-427.

DIAS, Luiz Antônio. **Política e Participação Juvenil: os “caras-pintadas” e o movimento pelo impeachment**. Revista História Agora, nº4, 2008.

DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DORO FILHO, Ivan Gomes. **Barreiras ao Desenvolvimento**: a expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a demarcação de terras indígenas – Representações de Índio e a territorialidade não indígena em Raposa Serra do Sol, Roraima. Rio de Janeiro, UFRJ, Egal, 2009.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper & Row Publishers. 1957.

_____. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.

DUARTE, A.W.B.D. Survey. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F.

DUPPRE, Nádia Cristina. **Monografia Simplificada**.
www.monografiasimplificada.com.br acesso em 20.06.2014

EASTON, David. **Uma teoria de análise Política**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

ENCARTE TENDÊNCIAS. Opinião Pública, Campinas, vol.17, nº2, Novembro, 2011, p.516-540.

EUGÊNIO, Marcos F. Napolitano de. ***Nós que amávamos tanto a democracia: Protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo*** (1977-1984). São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP. 252 p.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do Patronado Político Brasileiro.** Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo. 1958.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4^{oa} ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** 2^a ed. Belo Horizonte: UFMG, 1991 – reimpressão 2008.

FLORENTINO, Renata. **Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens.** Opinião Pública, vol.14. Campinas, junho de 2008.

FONSECA, Alexandre B. DANTAS, Elen L. Participação dos jovens cristãos na construção das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007.** Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friederich Ebert; Ação Educativa, 2007, p. 39

FONSECA, Alexandre Brasil. NOVAES, Regina. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade,** UNESCO, 2007.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FORGIONI, Paula A. **Os Fundamentos do Anti-truste.** São Paulo: RT, 2005, p. 59.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração,** São Paulo, v.35, n. 3, p.105-112, 2000. Disponível em www.unisc.br. Acesso em 16.06.2014.

GADOTTI, M. **Escola cidadã.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos debates sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Educação não-formal e cultura política.** São Paulo: Cortez, 1999.

GRZEBOWSKY, Cândido. **O papel da sociedade civil.** Texto elaborado para o PRODDAL, 2002.

Guilherme (org.). **O Rio Branco se enche de História.** Boa Vista: EDUFRR, 2008, p.197-220.

HERRÁN, Guillermo. **Ethical Governance? What Influence do Knowledge and Ethical Values Have on Political Decision-Making Processes?** In: JELENIC, Josip; VOGEL, Bernhard (orgs.). **Building Values: The Purpose of Politics in the Age of Globalization.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, p. 61-70, 2007.

HOBBSBAWN, Eric.J. **As forças da democracia – In : A era do Capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio. 1936

HUNTINGTON, S.P. **Choque de civilizações?** Madrid: Tecnos, 2003.

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa:** princípios, casos e processos. Rio de Janeiro: Lidaador, 1967.

IBASE, 2004. Relatório nº 08. **Observatório da Cidadania. Medos e Privações: obstáculos a segurança humana.** Acesso www.ibase.br em 09.12.2013.

IBASE. Pesquisa: **“Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para Construir a Democracia Regional”**, 2008.

IBASE, PÓLIS e UNIPOP. Relatório Final. **Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas.** Rio de Janeiro, 2005.

IBASE e PÓLIS. Relatório Final - Região Metropolitana de Belém. **Juventude brasileira e democracia – participação, esferas e políticas públicas**, 2006. Disponível em: www.ibase.br/pubibase/media/ibase-relatorio_juventude.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2010.

IBGE, 2010 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.com.br. Acesso em 13 de junho. 2013.

IBGE, 2011 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.com.br. Acesso em 08 de agosto. 2014.

IBGE, 2014 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.com.br. Acesso em 06 de outubro de 2014.

ÍNDICE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA AMÉRICA LATINA – IPC. **Relatório Regional**. Buenos Aires, Setembro – 2005. Acesso www.al.sp.gov.br/arquivos/documentação/e/ipc_comp_2005, em 09.12.2013.

INGLEHART, Ronald. **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político em 43 sociedades**: Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/SigloVeintiuno, 2001.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, v. 82, n. 4, dec., 1988.

INGLEHART, Ronald, WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Tradução de Hilda Maria Lemos Pandoja Coelho; revisão técnica Benício Vieiro Schmidt – São Paulo, Francis, 2009.

INSTITUTO SANGARI; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Mapa da Violência, 2014. Acesso em: www.sangari.com/mapadaviolência/, em 03 de janeiro de 2014.

ISA – Instituto Socioambiental. **Diversidade Socioambiental de Roraima. Subsídios para debater o futuro sustentável da região**. Organização Ciro Campos – São Paulo: 2ª edição revisada, 2011. Acesso www.socioambiental.org – em 10/12/2013.

JARA, C.J. **Construindo o poder político local**. Caderno CRH, Salvador, n.26/27, p. 211-213, jan./dez. 1997.

Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional. Centro de pesquisas para o desenvolvimento Internacional – IDRC/Canadá, 2008.

KEY, V.O. **The Responsible Electorate. Racionality in Presidential Voting, 1936-1966**. Cambridge. The Belknap Press of Harvard University Press. 1966.

KINZO, M.D. **“Partidos, eleições e democracia no Brasil pós 1985”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.19, nº54, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **O contexto da juventude na América latina e no Caribe: as grandes interrogações**. RAP – Rio de Janeiro, set/out., 2006.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e Reforma Institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. Dados. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 311-347, 1991,

LEAL, Victor Nunes. (1975), **Coronelismo, enxada e voto**. 2 ed., São Paulo, Alfa-Ômega.

LEOPOLDINO DA FONSECA, João Bosco. **Direito Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 253.

LIPSET, Seymour Martin. 1967. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Livro das Juventudes Sul-americanas. Instituto Brasileiro de análises sociais e Econômicas, IBSE. Rio de Janeiro, 2010.

MACEDO, Ubiratan Borges de. Liberalismo. In: BARRETO, Vicente de Paulo (coord.). **Dicionário de Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2006, p.531.

MACPHERSON, C.B. **A democracia Liberal: origens e evoluções**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MADISON, James. (1787), "*Federalist 10*"; "*Federalist 63*". In: HAMILTON, et al., 1961.

MADUEÑO, Luis E. **Sociologia Política de la Cultura**. Una Introducción. Universidad de los Andes, centro de Investigaciones de Política Comparada, Mérida-Venezuela, 1999.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano10, v. 29, p. 5-34. 1995

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A. & STOKES, S. C. 1999. Introduction. In : _____. (eds.). *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge : Cambridge University

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. **The principles of representative government**. New York University and CNRS, Paris .Cambridge University Press, 2002-2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, Vinicio Carrilho. Estado Democrático de Direito Social. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 173, 26 dez. 2003.

MARTINS, Elisangela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MATOS, Sidney Tanaka de Souza. **Liberalismo e Democracia. Apontamentos sobre a evolução dos conceitos liberais de democracia**. Revista Mediações, londrina, v.4, n.2, p.42-50, jun/dez, 1999.

MENEGAT, Rualdo. **Ondas de manifestações sacodem as ruas do Brasil: a sublevação das redes sociais no século XXI**. Opinião Pública: www.sul21.com.br/jornal/category/opiniaopublica . Acesso em julho de 2013.

MELLO, Carlos (Org.). **Métodos quantitativos: pesquisa, levantamento ou survey**. Aula 09 da disciplina de metodologia de pesquisa na UNIFEI. Disponível em >www.carlosmello.unifei.edu.br. Acesso em 16.06.2014.

MENESES, Maria Paula G. **O “indígena” africano e o “colono” europeu: a construção da diferença por processos legais**. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 2010.

MILL, John Stuart. **Sobre la libertad**. Tradução de N.R. Salmones. Madrid: Alianza, 1986.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos**. Redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jul/Ago, 1997, nº5 Set/Nov/Dez, 1997, nº6.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia**. Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MONTENEGRO, Eduardo J.S. **Estatística Programada passo-a-passo**. V.III. Editora: Faculdade de Administração, 1981.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo; Martins Fontes, 1975.

MOREIRA, Felipe Kern. **Não fale da Paz de Westfália!** Ed. Meridiano, vol. 13, n. 129, jan./fev., 2012.

MORLINO, L. Explicar la realidad democrática: que tan relevantes son las traducciones autoritarias. **Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 2, 2007.

MOVIMENTO PELO VOTO CONSCIENTE, 2004. Acesso www.votoconsciente.org.br em 10.12.2013.

MUKAI, Toshio. Participação do Estado na Atividade Econômica. In: **Limites Jurídicos**. São Paulo: RT, 1979, p.10.

NAMEM, Alexandre; FIORETTI, Elena; RODRIGUES, Lana; CARNEIRO, Orlando; SILVA, Evilene. **Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista (Roraima)**. PNOPIG/ CAPES (Bêniojul/1996-jul/98), Relatório Final, Universidade Federal de Roraima-UFRR, 1999.

NEVES, Fabrício Jesus Teixeira. **Tocqueville e Stuart Mill: Reflexões sobre o Liberalismo e a Democracia**. Acesso em www.achegas.net/numero/dezessete/fabricio_neves_17.htm, em 06 de novembro de 2014.

NEVES, Rodrigo Santos. **O Estado regulador**. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n.44, jul.-set. 2003.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A juventude de hoje. In: Thompson, André A. (Org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

NOVAES, Regina. **Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença?** In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

NOVAES, Regina Reyes. MELLO, Cecília Campelo do A. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. Comunicação do ISER, Rio de Janeiro, ISER, Ano 21, nº57, 2002.

O`DONNELL. Guillermo. **“On the State, democratization and some conceptual problems: a latinamerican view with glances at some postcommunist countries”**. In *WorldDevelopment* 21 (8), 1993

_____. Notes on the state of democracy in Latina América. Documento preparado para o projeto “El democracia en América Latina”, patrocinado pela Divisão Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2002.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Construção de Identidades Coletivas de Sujeitos Sociais**. In: Anais do XIII Congresso brasileiro de Sociologia. UFPE, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pasto & MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. ***Diretas já, um movimento social híbrido***. *Revista debates, Porto Alegre*, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez. 2012.

ONU, 2002. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em 08 de outubro de 2013.

ONU, 2004. **La Democracia em América Latina**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

OPINIÃO PÚBLICA. **Encarte Tendências: A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas**. Campinas. v. 16, n. 1. jun. 2010.

OPINIÃO PÚBLICA. **Encarte Tendências**. Campinas, vol.17. nº1, julho de 2011.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

PETRUCELLI, José Luiz . **Qual a diferença entre preto, pardo e negro?** 2013. Acesso www.noticias.terra.com.br, em: 26 de julho de 2014.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio participación política. In: PIZZORNO, Alessandro; KAPLAN, Marcos; CASTELLS, Manuel. *Participación y*

cambio social em la problemática contemporânea. Buenos Aires: Siap Planteos, 1975. P. 13-82.

PNAD, 2009. **Pesquisa Nacional por Domicílio – IBGE**. Acesso www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pnad2009 em: 07 de dezembro de 2013.

PNUD 2002, **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Mundi-Prensa: Madri. 2002

PNUD-2004. **Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – La Democracia em America Latina: Para uma democracia de cidadanas y ciudadanos**. Aguialar, Altea, Taurus, Alfaguara, S. A. Buenos Aires.

POCHMANN, M.; AMORIN (org.); CAMPOS, A (org.); AMORIN, Ricardo (org.); SILVA, Ronnie (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil – Dinâmica e Manifestação Territorial**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTELLI, HUGUES. **Gramsci e a Questão Religiosa**. Tradução de Luiz João Galo. São Paulo: Paulinas, 1984.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **A Democracia na América Latina. Rumo à democracia de Cidadãs e cidadãos**. Nova York, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2013. Disponível em www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. **Democracia e Cultura: uma visão não culturalista**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em 3 out. 2012.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: e experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RADMANN, E. R. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

REIS, Elisa. P. **Mudança e continuidade na política rural brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Ômega. 1988

RELATÓRIO TRABALHO DECENTE E JUVENTUDE. Agenda Hemisférica 2006-2015 – Brasil. OIT - Organização Internacional do Trabalho.

RENNÓ, Lúcio. Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira. In: BAQUEIRO, M. (org.). **Desafios da Democratização na América Latina**. Debates sobre cultura política. Porto Alegre: UFRGS; Canoas, Centro universitário La Salle, 1999.

RENNÓ, Lúcio; SMITH, Amy. E.; LAYTON, Matthew, L.; BATISTA, Frederico. **Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: Uma visão da Cidadania**. Ed. Intermeios, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Cultura Política, Instituições e Experiência Democrática no Brasil**. Revista Sociologia Política., Curitiba, 28, p.205-219, jun.2007.

RIBEIRO, Sheila Santos Carvalho. **A ideologia da escola para Althusser: definições e contraposições**. Revista Fasem Ciências. Vol.2, n.2, jul.-dez./2012.

ROCHA, Alexandre Lobão. **A exclusão legal de População carente**. Editora Thesaurus - Brasília, 2009.

RODRIGUES, E.S. **Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana**. In: ARAGÓN, L.E. (Org.) **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: UFPA, 2009

RODRIGUES, F. S. PESQUISA DE CAMPO. Projeto de Pesquisa intitulado: **Deslocamento Populacional da Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana**, realizado em Roraima, Venezuela e Guiana, tendo como Orientadora a Professora Dr^a. Fancilene Rodrigues junto ao CNPq/UFRR, Boa Vista, 2008.

RODRIGUES, Solange dos Santos. **Como a juventude brasileira se relaciona com a religião?** In. Observatório Jovem/Uff, 2007. Versão Eletrônica disponível em <http://www.uff.br/obsjovem>. Último acesso em 12 de novembro de 2014.

ROKEACH, M. 1968. **Beliefs, Attitudes and Values**. São Francisco: Jossey-Bass.

RORAIMA – Indicadores Gerais/2012, Indicadores Econômicos, Sociais e Ambientais de Roraima. Disponível em www.seplan.rr.gov.br .Acesso em 21.06.2013.

ROSANVALLON, Pierre. Texto preparado para o PRODDAL, 2002.

ROSEMBERG, Fulvia; MADSEN, Nina. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 390-434.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1712-1778. **Do contrato social ou Princípios do direito político**; tradução Eduardo Brandão; organização e introdução Maurice Cranston. – São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2011.

_____. **Do contrato social**. Princípios do Direito Político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p.52.

_____. **Emílio ou Da Educação**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SALES, Teresa. **Raízes da desigualdade social na cultura brasileira**. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs. Acesso em: 12 nov. 2012.

SANCHÉZ-PARGA, José. ¿Por qué sé deslegitima la democracia? El desorden democrático. In: **Ecuador Debate**, Quito-Ecuador, Agosto, 2004, p. 42-82.

SANTILLI, Paulo. Trabalho escravo e brancos canibais: uma narrativa histórica Macuxi. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita (orgs). **Pacificando o Branco: cosmologia de contato no Norte Amazônico**. São Paulo: Ed. UNESP. Imprensa Oficial do Estado, 2002. P 487-506.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAE/Universidade Federal do Pará, 2004.

SANTOS, Roberto Ramos. **“Roraima: do pára-queda político ao clientelismo”**. Revista Textos & Debates, UFRR, n.05, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O Século de Michels: competição oligárquica, lógica autoritária e transição na América Latina. Dados. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 283-310, 1985.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SARTORI, G. **Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

SCHMITT, Carl. **Verfassungslehre**. Munique, Ducker & Humblot. 1928.

SCHMITT, Carl. **The Crisis of Parliamentary Democracy**. Cambridge: MIT Press. 1988

SCHUMPETER, J.A. **Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999-2000.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENHORAS. Elói Martins. **“Oligarquias Competitivas no sistema político roraimense**. Acesso www.folhabv.com.br em 27.06.2013.

SILVEIRA, Stela Aparecida Damas da. **Vulnerabilidade social dos jovens no município de Boa Vista/RR: Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) como parâmetro de análise** – Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de. **População Indígena de Boa Vista/RR: uma análise sócio-econômica**. Porto Alegre, 2009.

SOUZA, Carla Monteiro. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

SOUZA, Claudio André de. **Pensando a democracia: desafios e reflexões sobre a representação política na contemporaneidade**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, n.2, ano 3-julho/2012. www.revista.pidorama.ifba.edu.br Acesso em 11.11.2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA. **Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista-RR, 2010**. Disponível em: <www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados.../Boa_Vista.pdf> Acesso em 13 de Maio de 2013.

SIÉYÈS, Emmanuel J. (1789b). **Quelquesidées de constitutionapplicables à laville de Paris**. Versalhes, Baudoin, impressão da Assembléia Nacional. julho de 1789

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 22ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2003.

SILVA, José Otacílio da. **O pode político na visão de Tocqueville: um diferencial entre antigos e modernos**. Revista Espaço Acadêmico. Ano VII, nº75, agosto de 2007.

SILVA, Rosana Kelly Pedro. **Método de Pesquisa Survey**. Acesso www.partes.com.br em 16.06.2013.

SILVEIRA, Stela Aparecida Damas da. **Vulnerabilidade social dos jovens do município de Boa Vista/RR: Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) como parâmetro de análise**. Dissertação Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SOLT, F. Economic inequality and democratic political engagement. **American Journal of Political Science**, v. 22, n. 1, jan. 2008.

_____. (1789c). **Dire de l'Abbée Siéyès sur la question du veto royal**. Versalhes, Baudoin, impressão da Assembléia Nacional. 7 de setembro de 1789.

SPOSITO, Marília Pontes. **Indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. Revista de Estudios sobre Juventud. Ano 9, nº 22. México. DF, janeiro-junho de 2005.

TATAGIBA, L.F. **Participação, Cultura Política e Modelos de Gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.

TRINDADE, Nanci. *O PC faz mal à saúde? Isto é*, São Paulo: Abril, nº.1396, p. 106, 17 jul. 96

UNESCO. O uso da internet por adolescentes, Brasília, 2013.

UNESCO. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília, 2006.

VIANNA, Alexander Martins. **“Absolutismo”**: os limites do uso de um conceito liberal. Revista Urutágua, n. 14, dez. 07/jan./fev./mar., 2008.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense. 1987.

VILHENA, Altamiro. **Impressões Amazônicas blog**. Disponível em: <<http://impressoesamazonicas.wordpress.com/impressoes-integrais/>>. Acesso em: 05 junho de 2013.

VIEIRA, Ana Beatriz Manhas. **O impacto da mídia na construção dos valores sociais**. Escola Paulista de Magistratura. Artigos Científicos, 2014 – Doutrinas e Jurisprudências. www.epm.tjsp.br

VIEIRA, Jaci Guilherme (Org). Texto de RODRIGUES, Kátia Brandão & SOUZA, Carla Monteiro. **Migração Maranhense para Boa Vista**. O Rio Branco se enche de História – Boa Vista, Editora da UFRR, 2008.

_____. (Org). Texto de FILHO, Benone Costa & SANTOS, Raimundo Nonato G. dos Santos. Texto: **O Despertar para o Movimento Indígena em Roraima nas décadas de 70 e 80**: a luta pela autonomia política indígena e de seus ambientes ancestrais. O Rio Branco se enche de História – Boa Vista, Editora da UFRR, 2008.

VIOLA, Eduardo. MAINWARING, Scott. **Novos Movimentos Sociais: cultura política e democracia; Brasil e Argentina**. 1987. In: SCHERER-WARREN, I.

KRISCHKE, P.J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Brasiliense.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013. Homicídios e Juventude no Brasil**. Rio de Janeiro, 2013.

WEBER, Max. Política como Vocação. In: _____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, p. 59-124, 2001

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília, Editora da UNB. 1991.

WEFFORT, Francisco. **Qual Democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZIBECHI, Raúl. **Debajo y detrás de las grandes movilizaciones**. OSAL – Observatório Social de América Latina. CLACSO, nº34 – Brasil em movimento, 2013.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO APLICADO: JUNHO A DEZEMBRO/2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DINTER EM CIÊNCIA POLÍTICA**



PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1. Sexo:** 1 Masculino 2 Feminino
- 2. Idade:** _____ anos
- 3. Raça (resposta única e estimulada):**
01 Amarela 02 Branca 03 Indígena 04 Parda
05 Preta 06 Outra raça, qual? _____
- 4. Estado civil (resposta única e espontânea):**
1 Solteiro(a) 2 Casado(a)-vive junto 3 Outra situação
- 5. Filhos:** 1 Tem filhos 2 Não tem filhos
- 6. Religião (resposta única e estimulada):**
1 Afro-brasileira (umbanda-candomblé, outras)
2 Católica 3 Espírita 4 Evangélica protestante
5 Judaica 6 Orientais (budista-seicho-no-iê, outras)
7 Acredita em Deus, mas não tem religião 8 Sem religião 9 Outra religião

1. EDUCAÇÃO

7. Escolaridade (resposta única e estimulada):

- 01 Não frequentou a escola (**ir direto para a pergunta 19**)
02 Ensino Fundamental (da 1ª a 4ª série incompleta)
03 Ensino Fundamental (da 1ª a 4ª série completa)
04 Ensino Fundamental (da 5ª a 8ª série incompleta)
05 Ensino Fundamental (da 5ª a 8ª série completa)
06 Ensino Médio incompleto
07 Ensino Médio completo
08 Supletivo (Ensino Fundamental)
09 Supletivo (Ensino Médio)
10 Curso pré-vestibular (particular)
11 Pré-vestibular comunitário (público)
12 Ensino Superior incompleto
13 Ensino Superior completo
14 Pós-graduação

8. Em sua vida escolar, a maior parte do tempo você estudou em escola pública ou privada?

- 1 Escola pública 2 Escola Privada

9. Você está estudando atualmente?

- 1 Sim 2 Não (ir para pergunta 19)

10. Neste ano, sua escola realizou atividades de:

- 10.1 Ação comunitária - trabalho social

- | | | | | |
|------|--|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| | | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/N |
| 10.2 | Apresentação de teatro, dança, música, festivais culturais | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.3 | Debates ou discussões | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.4 | Excursão | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.5 | Exibição de filmes | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.6 | Festa | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.7 | Seminários, concurso de redação, feira de ciências | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 10.8 | Visita a exposições, museus | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |

11. Você participou das atividades que sua escola realizou?

- | | | | |
|------|--|--------------------------------|--------------------------------|
| 11.1 | Ação comunitária - trabalho social | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.2 | Apresentação de teatro, dança, música, festivais culturais | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.3 | Debates, discussões | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.4 | Excursão | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.5 | Exibição de filmes | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.6 | Festa | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.7 | Seminários, concurso de redação, feira de ciências | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |
| 11.8 | Visita a exposições, museus | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não |

12. (Somente para quem disse que a escola realizou DEBATES ou DISCUSSÕES)

Neste ano, sua escola realizou debates ou discussões sobre:

- | | | | | |
|------|---|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 12.1 | Aids – sexualidade – drogas | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 12.2 | Direitos humanos | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 12.3 | Política – eleições | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 12.4 | Problemas do bairro ou da cidade | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 12.5 | Projeto Político Pedagógico, regras da escola, disciplinas ou formas de avaliação | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |

13. Você participou desse(s) debate(s)?

- | | | | | |
|------|---|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 13.1 | Aids – sexualidade – drogas | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 13.2 | Direitos humanos | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 13.3 | Política – eleições | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 13.4 | Problemas do bairro ou da cidade | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 13.5 | Projeto Político Pedagógico, regras da escola, disciplinas ou formas de avaliação | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |

Vamos citar alguns espaços relativos à sua escola-universidade e você deverá dizer se conhece e também se participou deles.

14. Conhece?

- | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 14.1 Conselho de Classe ou Colegiado de Curso | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 14.2 Conselhos da Escola- Universidade | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 14.3 Grêmio Estudantil ou Centro Acadêmico | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 14.4 Representante de Classe ou Líder Estudantil | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |

15. Participa ou já participou?

- | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| 15.1 Conselho de Classe ou Colegiado de Curso | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 15.2 Conselhos da Escola- Universidade | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 15.3 Grêmio Estudantil ou Centro Acadêmico | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |
| 15.4 Representante de Classe ou Líder Estudantil | 1 <input type="checkbox"/> Sim | 2 <input type="checkbox"/> Não | 3 <input type="checkbox"/> Ns/No |

16. Você frequenta a escola-universidade nos finais de semana?

- 1 Sim 2 Não (ir para a pergunta 18)

17. Para que você vai à escola-universidade nos finais de semana? (resposta múltipla e estimulada):

- 01 Assistir a apresentações de teatro, música ou dança
- 02 Encontrar amigos(as) outros(as) jovens
- 03 Frequentar curso pré-vestibular ou aulas de reforço
- 04 Frequentar cursos profissionalizantes
- 05 Participar de cultos ou celebrações religiosas
- 06 Participar de cursos ou oficinas culturais e artísticas
- 07 Participar de festas
- 08 Praticar esportes
- 09 Realizar trabalhos voluntários ou atividades junto a comunidade
- 10 Outros motivos

18. Qual(is) o(s) curso(s) que você fez ou está fazendo além das aulas regulares, dentro ou fora da escola/universidade? (resposta múltipla e estimulada):

- 01 Atividades culturais (música-teatro-artes plásticas- dança – outros)
- 02 Cursos profissionalizantes
- 03 Esportes (ginástica-futebol-capoeira-outros)
- 04 Informática – computação
- 05 Língua estrangeira
- 06 Pré-vestibular comunitário (público)
- 07 Pré-vestibular privado
- 08 Reforço escolar
- 09 Religião
- 10 Outros cursos
- 11 Nenhum curso

4. SITUAÇÃO FAMILIAR

19. Destes itens, qual a quantidade de cada um tem na sua casa?

- | | | | | | | |
|-------|--|---|---|---|---|--------|
| 19.1 | Televisão em cores | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.2 | Rádio | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.3 | Banheiro | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.4 | Automóvel de passeio | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.5 | Empregada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.6 | Computador – notebook | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.7 | Máquina de lavar ou tanquinho | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.8 | DVD | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.9 | Geladeira | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |
| 19.10 | Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 ou + |

20. Qual o grau de instrução do chefe da sua família?

- 01 Ensino Fundamental – até a 4ª série incompleto
 02 Ensino Fundamental - da 4ª série completo até a 8ª incompleto
 03 Ensino Fundamental até 8ª série completo até o Ensino Médio incompleto
 04 Ensino Médio completo até superior incompleto
 05 Superior completo ou mais

5. TRABALHO

21. Você está trabalhando (qualquer trabalho remunerado, inclusive “bico”)?

- 1 Sim (ir para pergunta 23) 2 Não (ir para a pergunta 22)

22. Você está procurando trabalho?

- 1 Sim (ir para pergunta 23) 2 Não (ir para a pergunta 22)

23. Qual é a sua situação no seu trabalho atual?

- 01 Aprendiz
 02 Bolsista de projetos sociais
 03 Conta própria autônomo(a) com INSS
 04 Conta própria autônomo(a) sem INSS
 05 Empregado(a) com carteira assinada
 06 Empregado(a) sem carteira assinada
 07 Empregador(a)
 08 Funcionário(a) Público(a)
 09 Estagiário(a)
 10 Outras situações

6. MÍDIA E ACESSO À CULTURA

24. Você costuma se informar sobre as coisas que estão acontecendo no mundo?

- 1 Sim 2 Não (ir para a pergunta 26)

25. Como? (resposta múltipla e estimulada)

- 01 Amigos(as), turma ou colegas de trabalho

- 02 Colegas de escola da universidade
- 03 Familiares
- 04 Internet ou redes sociais
- 05 Jornais ou revistas escritas
- 06 Professores
- 07 Rádio
- 08 Televisão
- 09 Outras formas

26. Você costuma frequentar: (resposta múltipla e estimulada)

- 01 Centros ou espaços culturais
- 02 Cinema
- 03 Museus ou exposições
- 04 Parques ou praças
- 05 Show musicais
- 06 Teatro ou assistir peças de teatro em outros espaços
- 07 Não frequenta esses lugares

27. Você tem acesso a computador?

- 1 Sim 2 Não (ir para a pergunta 32)

28. Você acessa a internet?

- 1 Sim 2 Não (ir para pergunta 32)

29. Você acessa a internet sempre, de vez em quando ou raramente?

- 1 Sempre 2 De vez em quando 3 Raramente

30. De que local você acessa mais vezes? (resposta única e estimulada)

- 1 Associação de moradores, centros comunitários...
- 2 Casa
- 3 Casa de amigos ou parentes
- 4 Escola universidade
- 5 Lan house – cyber café
- 6 Telecentros públicos
- 7 Trabalho
- Outro lugar, qual? _____

31. Com que atividade você gasta mais tempo na internet? (resposta única e estimulada)

- 1- Bate-papo
- 2 – Compras
- 3 – Jogos
- 4 – Mandar ou receber email
- 5 – Redes Sociais (facebook, instagran, twiter, etc)
- 6 – Pesquisas para a escola
- 7 – Pesquisas para o trabalho
- 8 – Sites com conteúdo sexual

Outra atividade, qual? _____

32. Você colabora ou colaborou com algum desses meios de comunicação? (resposta múltipla e estimulada)

- 1 Jornal comunitário
- 2 Jornal de escola
- 3 Jornal de grupos independentes
- 4 Produção de vídeos
- 5 Rádio comunitária
- 6 Televisão comunitária
- 7 Nunca colaborou

Outro meio, qual? _____

33. Aproximadamente quantos livros completos você leu este ano?

- 1 2 3 4 5

7. PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

34. Você faz parte de algum grupo?

- 1 Sim 2 Não (ir para pergunta 36)

35. Qual(is) o(s) tipo(s) de atividade que o(s) grupo(s) do(s) qual(is) você participa realiza(m)? (resposta múltipla e estimulada)

- 1 Grupo de Comunicação (rádio, TV comunitária, jornal da escola-universidade...)
- 2 Esporte
- 3 Grupos Estudantis
- 4 Meio ambiente ecologia
- 5 Melhoria da qualidade do bairro (associações, grupos de voluntários...)
- 6 Grupo de música, dança, teatro ou outro artístico-cultural...
- 7 Político ou partidário
- 8 Religioso
- Outra atividade, qual? _____

36. Você já participou de algum movimento ou reunião para melhorar a vida de seu bairro ou da sua cidade?

- 1 Sim 2 Não (ir para pergunta 38)

37. Quais eram os objetivos desses movimentos ou reuniões? (resposta múltipla e estimulada)

- 1 Construção de espaços públicos como áreas de lazer ou quadras de esportes
- 2 Melhoria da educação escola- universidade
- 3 Melhorias ou construção de postos de saúde ou hospitais
- 4 Saneamento ou causas ambientais
- 5 Segurança
- Outro objetivo, qual? _____

38. Apresentamos alguns tipos de associações, entidades e grupos e você deve numerar cada um deles, esclarecendo se você participa atualmente, se já participou e não participa e não participa mais ou nunca participou.

- 1 Participa atualmente
 2 Já participou e não participa mais
 3 Nunca participou

38.1	<input type="checkbox"/> Associação comunitária, de moradores ou de amigos do bairro
38.2	<input type="checkbox"/> Associação estudantil, grêmio, centro acadêmico ou união de estudantes
38.3	<input type="checkbox"/> Clube ou associação esportiva, recreativa ou de lazer (skate, por exemplo)
38.4	<input type="checkbox"/> Grupo artístico ou cultural (hip hop, funk, rap, grafite, bandas, etc)
38.5	<input type="checkbox"/> Grupos de defesa do meio ambiente - ecológicos
38.6	<input type="checkbox"/> Grupos religiosos
38.7	<input type="checkbox"/> Grupos diversos(galeras, gangues...)
38.8	<input type="checkbox"/> Grupos de trabalho voluntário
38.9	<input type="checkbox"/> Movimentos sociais (negro, feminista, indígena, liberdade de opção sexual, etc)
38.10	<input type="checkbox"/> Movimentos sociais (saúde, educação, moradia...)
38.11	<input type="checkbox"/> ONGs
38.12	<input type="checkbox"/> Partidos políticos – Qual partido?
38.13	<input type="checkbox"/> Sindicato de trabalhadores – associação profissional -
38.14	<input type="checkbox"/> Outro, qual?

39. De um modo geral, como você classifica sua atitude frente à participação política? (resposta única e estimulada)

- 1 Considero-me politicamente participante
 2 Penso que se deva deixar a política para as outras pessoas que tenham mais competência do que eu para tratar deste assunto
 3 Procuro me informar sobre política, mas sem participar pessoalmente
 4 Não gosto de política

40. Você saberia me dizer o que significa cada um destes itens?

40.1	ALCA	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.2	ECA	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.3	Inclusão social	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.4	Greenpeace	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.5	ONG	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.6	ONU	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No
40.7	Política de cotas	1 <input type="checkbox"/> sim	2 <input type="checkbox"/> não	3 <input type="checkbox"/> Ns/No

41. Você tem título de eleitor?

- 1 Sim 2 Não

42. Qual o nome do presidente (a) do nosso país?

Ns/No

43. Qual o nome do governador (a) do nosso estado?

_____ Ns/No

44. Qual o nome do prefeito (a) da nossa cidade?

_____ Ns/No

45. Vou mostrar algumas frases e gostaria que você me dissesse o quanto concorda ou discorda delas respondendo se: (COLOCAR O NÚMERO).

1. concorda totalmente
2. concorda parcialmente
3. discorda parcialmente ou
4. discorda parcialmente
5. Ns/No

45.1 <input type="checkbox"/>	A maioria dos políticos não representam os interesses da população
45.2 <input type="checkbox"/>	É preciso que as pessoas se juntem para defender seus interesses
45.3 <input type="checkbox"/>	É preciso abrir canais de diálogo entre os cidadãos e o governo
45.4 <input type="checkbox"/>	Cada pessoa tem que cuidar dos seus próprios interesses
45.5 <input type="checkbox"/>	A maioria dos políticos só defendem seus interesses pessoais

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Número do questionário _____

Nome do entrevistador _____ Bairro do entrevistado _____

Coleta _____ Data ___/___/2013

Checagem _____ Data ___/___/2013

Validade do questionário sim não _____ Data ___/___/2013

Supervisão _____ Data ___/___/2013

ANEXO B**VEREADORES ELEITOS: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR: 2005-2016****1. Legislatura Municipal em Boa Vista/2005-2009**

Nome do vereador	Data nascimento	Idade inicial na Legislatura
Marcelo Vieira de Carvalho	17/08/1965	40
Iracema Araldi	06/12/1956	49
Osmar Francisco Sampaio da Silva	28/12/1969	36
Rogério Matos Moreira Trajano	03/01/1967	38
Alfonso Rodrigues do Vale	05/06/1944	61
Braz Assis Behnck	29/04/1952	53
Francisca Pleneilda P. Gouveia	12/02/1964	41
George da Silva Melo	29/10/1964	41
Ivo de Souza Pereira	11/03/1972	33
José Reinaldo P. da Silva	17/06/1958	47
Maria de Lourdes Pinheiro	14/01/1940	65
Paulo Miguel Marchioro	05/07/1967	38
Sebastião Correa Lira Neto	05/02/1968	37

Fonte: Gabinete da Presidência/CMBV/Ofício/nº451/2013

2. Legislatura Municipal em Boa Vista/2009-2012

Nome do vereador	Data nascimento	Idade inicial na Legislatura
Braz Assis Behnck	29/04/1952	57
George da Silva Melo	29/10/1964	45
JosielVanderley da Silva	01/09/1955	54
Rosival Soares de Freitas	22/10/1959	50
Alfonso Rodrigues do Vale	05/06/1944	65
Francisco de Souza Cruz	08/05/1965	44

George da Silva Melo	29/10/1964	45
Idinaldo Cardoso da Silva	28/05/1977	32
Manoel Neves de Macedo	19/04/1964	45
Maria de Lourdes Pinheiro	14/01/1940	69
MasamyEda	01/10/1978	31
Mauricélio Fernandes de Melo	30/04/1976	33
Paulo Bastos Linhares	30/07/1975	34
Janice Coelho (suplente)	24/08/1971	38
Sebastião Correa Lira Neto	05/02/1968	41
Telmário Mota de Oliveira (suplente)	15/02/1958	51

Fonte: Gabinete da Presidência/CMBV/Ofício/nº451/2013

3. Legislatura Municipal em Boa Vista/2013 – 2016

Leonardo Rodrigues Moreira	24/05/1975	38
Aline Maria de Menezes R. Chagas	09/11/1979	34
Marcelo Rodrigues Batista	24/03/1976	37
Júlio Cezar Medeiros Lima	01/10/1978	35
Mirian dos Reis Melo	12/09/1973	40
Sandro Denis de Souza Cruz	27/08/1974	39
Abel Salvador Mesquita Júnior	25/03/1962	51
Adelino Dias de Souza Neto	24/07/1988	25
Alcinira Magalhães Mota Freitas	13/12/1966	47
Alexandre Moreira dos Santos	13/08/1977	36
Antônio Adberto Resende Veras	30/05/1954	59
Edvaldo Moura de Sousa	11/03/1976	37
João Maria Mário Cesar Balduino	23/01/1961	52
José Flávio de Matos	01/03/1971	42
Manoel Neves de Macedo	19/04/1964	49
MasamyEda	01/10/1978	35

Mauricélio Fernandes de Melo	30/04/1976	37
Mayara da Silva Ferreira	12/06/1984	29
Paulo Carpejane Alves Ferreira	22/11/1975	38
Paulo Bastos Linhares	30/07/1975	38
Sandro Cavalcante França	29/11/1976	37

Fonte: Gabinete da Presidência/CMBV/Ofício/nº451/2013